

San Luis, a Missão



SAN LUIS, A MISSÃO

1687 – 1801

Créditos da edição de 2021:

Anna Olívia do Nascimento / Anderson Iura Amaral Schmitz
Editoração e Capa: Luiz Homero Amaral / Revisão: Ivone Avila

Capa: Imagem de São Luiz Gonzaga esculpida em madeira.

Autoria: José Brasanelli - século XVIII; e Ruínas da Igreja da Missão de San Luis.

Autoria da foto: Historiador Hemetério José Veloso da Silveira em 1875.

Contracapa: Carta Anua de 1713 – Arquivos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Fotos: Liz Cholet, Henrique Avila e acervo do IHGSLG



Bibliotecária responsável: Karen Avila CRB10/2223



Coletânea de livros clássicos missioneiros

Esta obra é parte da coleção de obras clássicas reeditadas sobre a temática missioneira numa iniciativa do governo do Estado do Rio Grande do Sul e integra as comemorações dos 400 anos das Missões Jesuíticas Guaranis, celebrados em 2026.

A coordenação é da Secretaria de Estado da Cultura (Sedac), por meio do Instituto Estadual do Livro (IEL) e do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP).



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL



editoriariodasletras@gmail.com

Rua André Marques, 255 - Centro - Santa Maria - RS - CEP: 97010 041

Impresso no Brasil, 2026

Gráfica Pallotti - Santa Maria - RS



Anna Olívia do Nascimento
Anderson Iura Amaral Schmitz

SAN LUIS, A MISSÃO

1687 – 1801



MARTINS LIVREIRO - EDITORA

2021

Agradecimento

*A Ana Tereza Cavalheiro Pires, por sua generosidade
e desprendimento em favor do conhecimento
histórico na preservação da cultura missioneira;*

*A Ivete Maria Catelan, por sua incansável
disposição para auxiliar, com devotamento
e energia, nas tarefas imprescindíveis
para a realização desta obra.*

Sumário

Mensagem de agradecimento	7
Prefácio	9
Introdução	13
Primeiros habitantes	17
Fundação da Missão: primeiros tempos	21
Padre Francisco de Avendaño e a Estância de San Luis	28
Estrada das Missões	32
San Luis no alvorecer do século XVIII	39
Relações políticas	45
Economia	47
Plano urbanístico	48
Saúde pública	56
Educação	58
A mulher missioneira	61
Arte	68
Religiosidade	84
O Tratado de Madrid 1750 – 1756	94
A repercussão entre os índios	103
Depoimentos dos 11 índios missioneiros	119
O Diário de Gomes Freire	126
A transição 1757–1768	135
O índio e o padre	135
O Tratado de El Pardo e a expulsão dos Jesuítas	141
A Missão de San Luis segundo o Inventário de Francisco Bruno de Zavala	143
Inventário das Coisas da Igreja do Povo de San Luis	153
Inventário das demais coisas da Missão	156
A Missão de San Luis pós-expulsão dos Jesuítas	161
Considerações Finais	165
Referências Bibliográficas	167
Anexos	169

Mensagem de agradecimento

Março de 2020. Nesse mês e ano, os meios de comunicação anunciaram, ao mundo estarelecido, a chegada de uma pandemia tão nefasta como a de 1918. Foi um choque e uma surpresa geral, porém ainda não se conhecia a exata dimensão do prejuízo que esse vírus iria causar.

Por outro lado, em 7 de novembro de 2019, o Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga, festejara seus 35 anos de atividades ininterruptas e planejava, para o ano de 2020, uma intensa programação cultural que envolvia a realização de seminários, pesquisas, exposições, viagens, reestruturação do acervo e uma série de outros eventos.

Em função da pandemia, porém, nada disso foi possível realizar e o Instituto, pela primeira vez, viu-se obrigado a fechar suas portas, de março a agosto de 2020. Aí, sem nenhuma atividade externa, voltou a funcionar, com extrema observação e cumprimento de todos os protocolos formulados pelas autoridades sanitárias. De agosto de 2020 a março de 2021, esta Instituição se manteve em atividade interna e planejando um futuro promissor, mas incerto.

Desde o ano da fundação (1984), em seu plano de ação, o IHG manteve a ideia de publicação de um livro que retratasse os primórdios de nossa cultura histórica local. Os anos foram passando e, apesar de a Instituição ter publicado 12 livros e participado de outros, o projeto foi sendo postergado e somente em 2021, com novos planos, aflorou a ideia de escrever um livro inédito referente à historiografia missioneira, no qual seria abordada a história de uma Missão inserida no contexto universal: a Missão de San Luis, um dos Sete Povos Missionários. Assim, surgiu o livro San Luis, a Missão.

Durante esse período tão difícil, o IHGSLG foi capaz de se reinventar para garantir à posteridade um livro pois, como diz o notável escritor português Eça de Queiroz, “só um livro é capaz de fazer a eternidade de um povo”.

Esta instituição cultural sente-se no dever de externar sua gratidão a todos que, mesmo envolvidos nos dramas decorrentes de um futuro incerto, deram-lhe seu incentivo e demonstraram seu apreço e, por isso, registramos nos anais desta Casa o nome dos sócios e amigos que, de forma presencial ou virtual, externaram seu apoio e sua consideração. Nossa gratidão vai, portanto, para Maria Ivone de Avila Oliveira, Marli Antunes Cadore, Lila Branca Fabrício Rocha, Maria Inês Meister Meira, Ivete Maria Catelan, Lauro Machado de Oliveira, Enderson Rocha de Moraes, Heloísa de Moraes Fernandes, Adriana Regina Catelan, Dalva Gomes de Araújo, Franco Ferreira de Oliveira, Ana Teresa Cavalheiro Pires, Irene Gomes, Regina Said Fontana, Jane-te Melo de Souza, Mario da Silva Meira, Neiva Terezinha Genro Ojopi, Maria de Lourdes Juchen, Roseli de Oliveira Grings, Pery Augusto Sommer Pereira, Júlia Castro dos Santos, Robson dos Santos Freire e Adir Antônio Bender. A todos, nosso agradecido reconhecimento.

São Luiz Gonzaga, novembro de 2021.

Anna Olívia do Nascimento
Presidente do Instituto Histórico e
Geográfico de São Luiz Gonzaga

Anderson Iura Amaral Schmitz
Coordenador do Centro de
Documentação e Memória do IHGSLG

Prefácio

Ana Teresa Cavalheiro Pires
Sócia Efetiva do IHGSLG

Em uma tarde de sol, com seu tom vespertino de final de inverno e início de primavera, fui visitar o Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga, instituição honrada e de ininterrupta atividade, desde sua fundação em 7 de novembro de 1984.

Adentrando no recinto, os lápis, canetas, papéis e livros pareciam falar por si, tal a magia contagiante do ambiente.

Fui recebida pela secretária, Ivete Catelan, que me acompanhou à sala da presidente da entidade. Com seu humor de sempre, esta foi logo contando sobre sua nova pesquisa que resultara na formação de um livro intitulado San Luis, a Missão. Fiquei encantada com a relevância do tema, sua história, o entusiasmo e a paixão dos pesquisadores, professora Anna Olívia do Nascimento e professor Anderson Iura Amaral Schmitz. Os autores dessa obra, na defesa de suas convicções, foram pródigos em retratar a riqueza de detalhes, nas páginas deste livro, resultado do respeito com que fizeram a pesquisa em fontes originais no Brasil e no exterior.

O livro é uma obra que não pode deixar de ser lida e consultada, tal a importância das informações sobre a história da Missão de San Luis (1607-1801). O tema aborda sua fundação e o auge de seu período de existência durante seus 81 anos de abundância e prosperidade, desenvolvimento econômico, saúde pública, educação, arte, religiosidade e relações políticas.

A vasta obra que compõe o quadro de produção intelectual das Missões já foi contemplada em diversos estudos. Entendemos que o gênero aqui apresentado poderá contribuir para uma melhor compreensão dessa grande obra que a Companhia de Jesus representou no contexto dos Sete Povos, partindo do princípio que revela fontes bibliográficas que podem servir como referência para conhecer a História e servir de inspiração para outras pesquisas, devido ao acervo de documentos encontrados.

Muitos dos textos foram buscados em arquivos e bibliotecas de diversos países. A pesquisa é abordada em detalhes: nos escritos do índio Neranda (1754), mayordomo de San Luis, além das cartas do padre Sepp; carta de Gomes Freire aos caciques dos Sete Povos; nos diários de Expedição de Gomes Freire de Andrade e no diário da Guerra Guaranítica escrito pelo padre Tadeo Henis; nos Relatórios da Transmigração dos Sete Povos escritos pelo padre Nusdorffer; no Informe do padre Avedaño sobre denúncia de São Miguel das Missões de um possível furto de gado em 1698; depoimentos jurados de 11 índios em 1756; e no Inventário da Missão de San Luis, com indicação de fontes e originais de registros encontrados.

A atualidade presente do tema escrito pelos pesquisadores é o que torna relevante os dois São Luiz existentes. O primeiro é um San Luis que estava esquecido em arquivos e bibliotecas e no qual se percebe a riqueza de detalhes e fatos ocorridos ao longo dos séculos. Nele são examinados: os primitivos habitantes da região missioneira e o empenho dos padres jesuítas e dos índios oriundos da Redução de Concepción acompanhados pelo fundador, padre Miguel Fernandez em 1687, que lança as bases da fundação da Missão de San Luis. Um dos critérios mais evidentes é a abundância de vertentes encontradas e cujo aproveitamento hídrico foi fundamental na implantação de um modelo valorizado por historiadores e estudiosos. Logo após, em 1695, o padre fundador é substituído pelo padre Francisco de Avedaño que, em documentos analisados, mostra o destaque de seu trabalho na parte estrutural da Missão e na delimitação da Estância de San Luis e o estabelecimento do caminho percorrido pelos índios, mais tarde conhecido como Estrada das Missões.

Na abordagem desse primeiro San Luis e seus principais Curas (denominação dada ao padre responsável pela Missão) sobressaem os aspectos que deram magnitude a essa integrante dos Sete Povos.

No tocante às relações políticas, havia o mesmo sistema de instituição basilar, o Cabildo, com eleições feitas anualmente entre os próprios cabildantes para ocuparem diferentes cargos. A posse dos eleitos era realizada na missa dominical em frente ao pórtico da igreja e com a presença de toda a população. Os cacicados da Missão de San Luis seguem o mesmo padrão dos de Concepción em que podem ser destacados os caciques das famílias Neranda, Curupi e outras.

A questão econômica nesta Missão foi habilmente administrada por padres e pelo Cabildo (corregedor, tenente-corregedor, dois alcaides... todos índios) e era sustentada pela intensa atividade agropecuária, principalmente na criação de gado e produção de erva-mate. O destino das exportações e comercialização dos excedentes de produtos agrícolas dos Sete Povos Missioneiros – tabaco, erva-mate, açúcar e couro – era Buenos Aires e Colônia do Sacramento.

Dentre as práticas das oficinas na produção de bens necessários à comunidade, o trabalho dava à Missão notável autossuficiência. Já naquela época, a Missão adotava o método de separar o regime misto entre propriedade privada e pública, cuja forma era guardar a produção em pequenos armazéns domiciliares e a parte que pertencia à comunidade era depositada em um grande armazém, em sacos marcados com o nome das famílias. No auge de sua existência e prosperidade – século XVIII – a Missão de San Luis desenvolveu a indústria e o artesanato. Dos teares, saíam os tecidos de algodão e lã necessários para o vestuário da população, como o “tizú” (tecido de seda entremeadado por fios de ouro e prata), cuja referência foi encontrada no Inventário de 1768. Como o dinheiro não circulava, os padres fixavam um valor de câmbio para cada produto. O comércio era uma atividade importante, monitorada pelo mayordomo, integrante do Cabildo e feita em sistema de troca. O peso raramente circulava e a moeda espanhola era a forma de pagamento de imposto à coroa espanhola.

No quesito saúde, havia os visitantes domésticos (enfermeiros), os “curuzuias”, conforme o livro de Mansueto Bernardi, Missões: índios e jesuítas. Segundo os padres Furlong e Antonio Sepp, nas primeiras décadas do século XVIII, nas reduções havia hospitais que desapareceram no final do século. Eles, porém, somente funcionavam no período das epidemias, como no surto do sarampo em 1638. Embora não fosse médico, o padre Sepp desempenhou essa função destacando-se ainda no cultivo de várias plantas alimentícias e na pesquisa de ervas medicinais. As notícias que temos dele como Cura em San Luis, encontram-se na obra de sua autoria, Jardim de Flores Paraquario.

Em San Luis, a arte foi cultivada como a de um agente da fé. Havia pintores e escultores que receberam ensinamentos do Irmão Brasanelli. Com a chegada de Sepp, a Missão passa a destacar-se na fabricação de instrumentos musicais, nas danças e na tecelagem, bem como na fabricação de tapetes de lã e seda.

A educação teve a música como suporte fundamental para o desenvolvimento intelectual do índio missioneiro. A Companhia de Jesus tinha como norma, ao criar nova Redução, a instituição de uma escola para crianças e adolescentes. O “Caton” era um livro escolar que circulava não só nas Missões, mas nas escolas coloniais, destinado ao ensino da leitura e dos números, assim como o “Catecismo” no discernimento dos princípios da religião cristã. Simultaneamente ao ler, escrever e contar, eram oferecidas aulas especiais de artes.

Graças ao Inventário lavrado por Zavala, quando da expulsão dos jesuítas em 1768, a planta da Missão de São Luiz, único dos Sete Povos a possuir tais informações com riqueza de detalhes, foi retratada com fidelidade.

Esta obra mostra o esplendor e a grandiosidade do que foi São Luiz Gonzaga no tempo missional. Hoje os vestígios da fulgurante Missão descritos no Inventário são poucos e não revelam sua grandeza. Os santos da Igreja Matriz, algumas colunas, algumas pedras e a Pia Batismal constituem o acervo que restou da antiga Missão. O livro relata, portanto, o que perdemos ao longo dos séculos.

Sou daquelas que acreditam que a apresentação de um livro jamais deve tirar do leitor o prazer de surpreender-se com seu conteúdo. Sinto-me honrada e, ao mesmo tempo, instigada a escrever estas linhas para integrar tão importante pesquisa. Espero que você, caro leitor, não tenha a menor dúvida: esta é uma obra que conta a história de San Luis, um dos mais fascinantes dos Sete Povos.

Introdução

O livro que ora apresentamos, *San Luis, a Missão* (1687 – 1801), é o resultado de um intenso trabalho de pesquisa bibliográfica e documental. A Missão de San Luis¹, hoje cidade de São Luiz Gonzaga, situada no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, é detentora de uma importante história que transcende os fatos locais e regionais e se insere na história do Brasil e universal, como legítimo e precioso momento da ação civilizadora na América Latina, implantada pela Companhia de Jesus, nos séculos XVII e XVIII.

São Luiz Gonzaga, tão rica em fatos que aqui ocorreram, ao longo dos séculos tem registros de notável relevância que, no entanto, permanecem esquecidos em arquivos e bibliotecas, não só no Brasil, mas em diversos países.

A intenção que nos leva a escrever sobre São Luiz é divulgá-la para que as gerações posteriores não fiquem privadas do conhecimento histórico que ajuda a entender nossas raízes.

San Luis faz parte de um todo, cuja história ainda hoje suscita um notável interesse entre os pesquisadores e historiadores ao receberem referências de viajantes que, admirando seus remanescentes, deixaram expressa a magnitude de seu passado. Nesse contexto estão Saint-Hilaire, Lallemant, Hemetério, Beschoren e muitos outros que puderam presenciar o que essa Missão representou no contexto dos Sete Povos.

Ao longo do tempo, fomos sendo privados da presença de edificações, tais como parte do claustro, conhecida ainda no século XX, como “o colégio” com suas colunas dóricas, e outras que o tempo e a falta de previsão julgaram sem utilidade frente ao progresso que se avizinhava, sem se dar conta de que a preservação da memória histórica é de fundamental importância para conhecimento de nosso passado.

Este livro vem a público com o objetivo de reunir o testemunho de historiadores e pesquisadores que se dedicam ao estudo das Missões e, do vasto acervo de documentos pesquisados, entre outros tantos, foram reunidos os seguintes:

1. - Neste livro, para a Missão de São Luiz Gonzaga, será utilizado seu nome original em espanhol: San Luis.

• Diário da Expedição de Gomes Freire de Andrade às Missões do Uruguai, escrito pelo Capitão Jacinto Rodrigues da Cunha, extraído da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, editada em 1853;

• Diário da Guerra Guaranítica (1754–1756) escrito pelo padre Tadeo Henis e cujo original se encontra no Arquivo de Simancas, Espanha;

• Relatório sobre a Transmigração dos Sete Povos, escrito pelo padre Bernardo Nudorffer (1751–1755), e cujo original se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro;

• Carta Ânua de San Luis, de 1713, cujo original se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro;

• Carta de Gomes Freire aos caciques dos Sete Povos, julho de 1754, com original na Universidade Católica da América, Washington – USA;

• Escritos de Chrisanto Neranda² - 1754, mayordomo de San Luis, tradução do guarani para o espanhol no Arquivo Histórico de Madrid;

• Cartas do padre Sepp, publicadas no livro “Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos”, edição de 1697;

• Informe do padre Francisco de Avendaño sobre a denúncia de São Miguel das Missões de um possível furto de gado, 1698 – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro;

• Informação do Padre Francisco de Avendaño sobre a legítima posse da Estância de San Luis, 1699 – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro;

• Depoimentos Jurados de 11 Índios – 1756, cujo original se encontra no Arquivo de Simancas, Espanha;

• Declaración de la Verdad, do padre Cardiel, com original na Biblioteca Nacional de Espanha e o livro Las Misiones del Paraguay, onde está escrito um importante texto desse padre que viveu nas Missões;

2 - O sobrenome de Chrisanto foi grafado de diferentes formas e optamos por “Neranda” por ser igual à identificada na família dos caciques de Concepción, seus ancestrais. Também levamos em consideração uma carta do padre Juan de Escandon ao, também padre, Carlos Gervasoni em maio de 1756, onde escreve que “*Mejor lo expresará todo **Chrisanto Ñerandà** Indio muy capaz de San Luis, q se halló presente à todo en la relacion q despues escrivio buuelto à su pueblo, despues de averlo llevado al Rio Grande*”.

- Inventário da Missão de San Luis, que consta no livro de Javier Brabo “*Inventarios de los bienes hallados a la expulsión de los jesuitas y ocupación de sus temporalidades por decreto de Carlos III*”, editado em Madrid em 1872.

O livro aborda, em detalhes:

Os **Primitivos Habitantes** da região missioneira, como viviam e sua dependência da natureza, por não possuírem técnicas agrícolas e viverem da caça e da coleta. Os índios primitivos não pertenciam a nação alguma. Quando os Guaraní³ migram da Amazônia, ocupam esse local por causa das matas, principalmente as ciliares, trazendo uma nova tecnologia, a horticultura e a produção de cerâmica e uma inovação no uso de artefatos líticos, o que lhes facilitou a alimentação que se torna abundante e, conseqüentemente, melhorou a qualidade de vida; a **Fundação da Missão** ocorreu em 1687, graças ao empenho dos padres jesuítas e dos índios. Nota-se a relevância desse movimento quando da presença do Superior da Companhia de Jesus, Alonso del Castilho, que acompanha o fundador, padre Miguel Fernandez, e a primeira leva de índios, oriundos da Redução de Concepción. Com isso, fica explícita a importância da Missão de San Luis. Miguel Fernandez lança as bases da Missão, desde sua fundação até 1695, quando é substituído pelo padre Francisco de Avendaño; no capítulo sobre **padre Francisco de Avendaño e a Estância de San Luis**, calcados em documentos, analisamos sua presença na Missão em dois tópicos: o primeiro é referente à sua performance na parte estrutural da Missão, embasada pelo padre Miguel Fernandez, substituindo o capim na cobertura das edificações por telhas fabricadas na olaria criada por ele. O segundo tópico se refere à luta pela delimitação da Estância de San Luis e o estabelecimento do caminho percorrido pelos índios que, mais tarde, passou a ser conhecido como a “Estrada das Missões”; no capítulo **San Luis no alvorecer do século XVIII**, tratamos da Missão já estabelecida, os principais curas⁴ que substituíram Avendaño tais como os padres Francisco Medrado, Antônio Sepp, Bernardo Nusdorffer e Tadeo Henis, dentre outros. Tratamos do cotidiano da

3 - Utilizaremos o termo “Guaraní” com inicial maiúscula e no singular, conforme “Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais”, assinada pelos participantes da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, no Rio de Janeiro em 1953.

4 - Cura era a denominação dada ao padre responsável pela Missão.

Missão nas relações políticas, na economia, na arte, especialmente na arquitetura, na educação e na religiosidade; um dos mais instigantes capítulos é dedicado ao **Tratado de Madrid**, com sua repercussão entre os índios, e a necessidade da transmigração deles, com ênfase aos da Missão de San Luis, com base no relatório do padre Nusedorffer e no diário do padre Henis. Nesse contexto, analisamos os depoimentos dos 11 índios missionários presos pelas tropas portuguesas e sua visão da Guerra Guaranítica; o livro enfoca a **transição** no período que se estende de 1757 a 1768, em que destacamos os índios pós-Guerra Guaranítica e o Tratado de El Pardo pela posse da Região das Missões e Colônia do Sacramento e a expulsão dos jesuítas; o documento mais importante da história de San Luis é o Inventário lavrado por Bruno de Zavala, em 1768, quando ficou registrada para a posteridade toda a produção material da Missão, com riqueza de detalhes. No livro de Javier Brabo consta o Inventário da Missão de San Luis, o único dos Sete Povos que possui a descrição da Missão como um todo, oportunizando o conhecimento de sua estrutura arquitetônica, além do rico acervo enumerado no documento; o último capítulo do livro trata da **Missão de San Luis pós-expulsão dos jesuítas 1768 – 1801**, que aborda a real situação dos índios luisistas e sua difícil readaptação sob a liderança dos franciscanos. Também é abordado o Tratado de Badajós, assinado em 1801.

Primeiros habitantes

Para entendermos a história de São Luiz Gonzaga, antiga Missão de San Luis, fundada em 1687, precisamos voltar no tempo histórico e entender esse espaço geográfico e quem vivia nele. O território a que nos referimos está localizado na região oeste do Rio Grande do Sul, principalmente no local ocupado pelas Missões Jesuíticas do lado oriental do rio Uruguai. Essa região foi ocupada por diversos povos ao longo do tempo, desde um período em que viviam em estágio neolítico, até a chegada dos primeiros europeus, no século XVII.

Os povos originários, chamados paleoíndios, segundo Pedro Ignácio Schmitz, chegaram à região cerca de 10 mil anos antes. Essas populações tinham pouco domínio sobre a natureza, e viviam basicamente daquilo que ela fornecia, da caça, pesca e coleta, desconhecendo a produção de cerâmica até 3 mil anos atrás. Naquele primórdio, é bem provável que as condições naturais de sobrevivência não fossem muito boas. Acreditam os arqueólogos que as chuvas eram menos abundantes e a temperatura média mais baixa. Em virtude disso, a diversidade na fauna e flora era menor, o que dificultava a obtenção de alimento e abrigo. Muitos desses povos desapareceram ou foram incorporados pelos grupos seguintes, aqueles que entraram em contato com os primeiros europeus que desembarcaram nas plagas de San Luis.

A região que estudamos está ladeada pelo caudaloso rio Uruguai que, juntamente com seus abundantes afluentes, criou uma condição de sobrevivência muito boa na região. Com o fim do Período Glacial, por volta de 6.000 anos a. C. até 2.000 a. C., houve o derretimento parcial das geleiras e o mar aumentou seu volume, fazendo com que os rios também crescessem. Nesse ritmo, os povos ribeirinhos também puderam melhorar de vida.

Ao longo do rio Uruguai, surgiram matas fechadas e abundantes em flora e fauna, abrigando grupos humanos numerosos, cujos povos eram caçadores-coletores nômades que se alimentavam de animais, frutas e mel, e viviam em áreas ribeirinhas e grutas naturais. Desses povos, ainda se encontram alguns vestígios, compostos tipicamente por pontas de flechas, mas também por raspadores, furadores, percutores, talhadores, trituradores, facas, pesos de redes e machados

em pedra lascada, mas algumas lâminas são de pedra polida. Sabiam fazer uso de boleadeiras, uma arma de arremesso para caça feita de tiras de couro trançado com pesos nas pontas. Mas ainda há poucos estudos sobre seus meios exatos de subsistência.

Os nativos que vão entrar em contato com os padres jesuítas e, juntos, formarão as Missões são chamados Guarani (sabemos que outros grupos étnicos também fizeram parte das reduções, mas a título de simplificação e melhor entendimento escolhemos juntá-los nesse termo). Os Guarani vieram migrando da Amazônia e, por isso, preferiam regiões de mata, facilmente encontradas próximo aos abundantes rios da região missioneira (hoje noroeste do Rio Grande do Sul).

Por serem horticultores e ceramistas, os Guarani tiveram maior adaptabilidade ao modo jesuítico de colonização, se moldando mais facilmente ao sistema espanhol de urbanização do que outros grupos que viviam em estado seminômade, principalmente povos de campo aberto, como charruas e minuanos.

Um dos principais fatores de conversão dos Guarani ao Cristianismo foi o fato de possuírem cultura religiosa, especificamente uma religião que apresentava aspectos semelhantes ao modo de vida cristão. Principalmente no que tange à busca por uma “terra sem males”, em idioma guarani, *Yvy marã e'ỹ*. Esse seria um local sem dores, sem fome e sem guerras, facilmente reconhecido pelos nativos como paraíso cristão, somente acessível aos que, em vida, praticassem as virtudes da cristandade, desviando-se dos vícios.

Além do motivo anterior, soma-se também o fato de que os nativos entenderam rapidamente o papel de Deus na vida dos cristãos, pois possuíam um equivalente, Tupã. Mesmo que para alguns antropólogos não seja um deus, Tupã simboliza, pelo menos, a força divina, força essa representada pelo trovão, que seria uma extensão do poder divino, uma força sobrenatural, desconhecida. Em suma, seria uma energia, um efeito da sobrenaturalidade e, por isso, temido e amado.

Os brancos que estiveram no território de San Luis pela primeira vez eram padres jesuítas, europeus, em sua maioria espanhóis (principalmente nos primeiros tempos), todos seguidores da doutrina religiosa de Ignácio de Loyola.

Por ocasião da Reforma Protestante na Europa, momento em que os reformistas, liderados por Martinho Lutero, infligiram pesadas perdas ao papado, a Igreja Católica precisou encontrar maneiras de

reaver o terreno perdido, principalmente em relação à diminuição de fiéis. Nessa direção, pensou em criar uma unidade no sentido de trazer ao seio da Igreja pessoas que estavam no paganismo (aqueles não batizados, que cultuam outros deuses).

Fundada em 1534 e aprovada pelo papa Paulo III em 1540, a Companhia de Jesus, cujos integrantes chamados jesuítas eram chefiados por Ignácio de Loyola, tinha como funções primordiais a missionarização e a educação. O ato de missionar estava ligado ao fato de pregar uma religião onde ela ainda não era difundida e, conseguida a catequização, se iniciava um processo de educação cristã nos moldes europeus.

A Companhia de Jesus se lançou em busca de novas almas (também na busca de católicos adeptos ao protestantismo) em todos os recantos de nosso planeta. No Brasil, os padres dessa ordem religiosa foram responsáveis pela conversão dos nativos e pela escolarização, e um dos colégios serviu como elemento fundador da cidade de São Paulo.

As Missões Jesuíticas espanholas na América do Sul, eram inicialmente chamadas Reduções, pois se desejava redirecionar o modo de vida dos nativos, confinando-os em povoados, conhecidos como *pueblos*.

No território em que, mais tarde, seria fundada a Missão de San Luis, os jesuítas estiveram sob comando do padre Roque González desde as primeiras décadas do século XVII. Entre 1626 e 1634 foram criados 18 povos jesuítico-guaranis. A vida dos padres nunca foi fácil, mas durante os primeiros contatos com os nativos havia uma instabilidade social, política e religiosa. Durante a criação dos povoados, os índios assassinaram os padres Roque González, João de Castilho e Afonso Rodrigues.

Os povoados desse período eram simples, de madeira, barro e palha. Os índios tiveram pouco tempo para constituir uma arquitetura mais elaborada e com elementos mais duradouros, como a pedra e a cerâmica. Poucos resquícios existem daquele tempo, o que dificulta maior análise de como viviam os povos dessa primeira fase jesuítico-guarani no atual território do Rio Grande do Sul.

Na primeira fase do ciclo reducional, à margem esquerda do rio Uruguai foram fundadas 18 reduções: São Nicolau (1626); São Francisco Xavier (1626); Candelária do Ibicuí (1627); Assunção do

Ijuí (1628); Candelária do Piratini (1628); Caaró (1628); Apóstolos (1631); São Carlos (1631); São Tomé (1632); São José (1632); Sant'Ana (1632); Natividade (1632); São Cosme e Damião (1632); Jesus-Maria (1632); São Miguel (1632); São Cristóvão (1634); São Joaquim (1634) e Santa Tereza (1634).

Os integrantes das ainda efêmeras povoações foram forçados a se retirar do local. Após anos de ataques dos bandeirantes paulistas, que levaram muitos índios escravizados para o Brasil, aconteceu a Batalha de M'Bororé. Nesse combate, os indígenas, com armas de fogo cedidas pelos padres com autorização da Coroa espanhola, venceram os paulistas. Os integrantes dos 18 povos foram integrados aos povoados já existentes na margem direita do rio Uruguai e lá permaneceram até o fim de seus dias.

Passaram-se mais de 40 anos até que a Companhia de Jesus resolvesse criar outros povos no lado oriental do rio Uruguai. Esses novos povoados foram estabelecidos no antigo território, formando os Sete Povos das Missões que, além de San Francisco de Borja (1682), tinham ainda San Nicolás (1687); San Luis (1687), San Miguel Arcángel (1687); San Lorenzo Mártir (1690); San Juan Bautista (1697) e San Ángel Custodio (1706) ⁵.

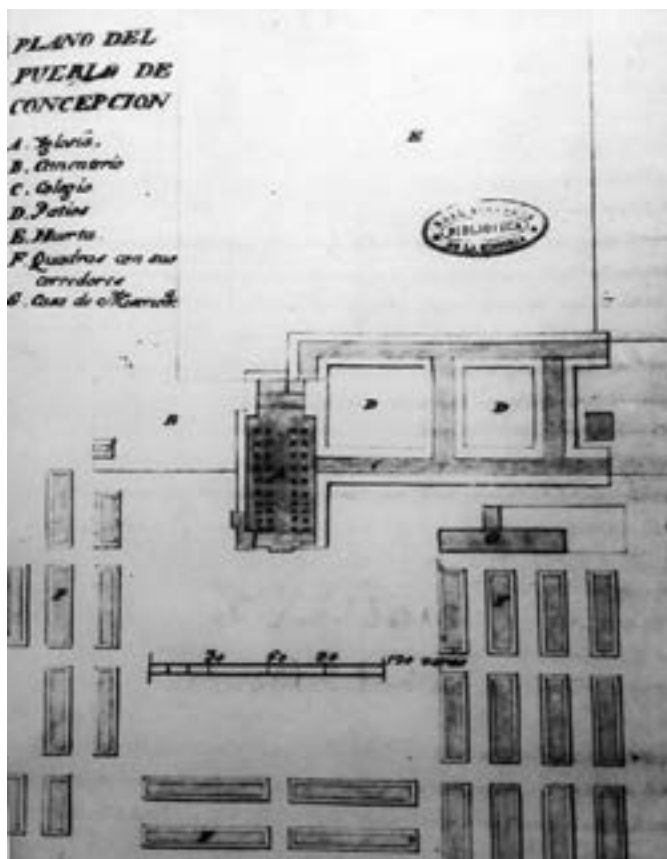


Figura 1 - Extraída do livro de Júlio Quevedo, *Guerreiros e jesuítas na utopia de Prata* (2000: p. 84).

⁵ Os nomes estão na grafia original espanhola.

A fundação da Missão: primeiros tempos

Em 1687, no Rio Grande do Sul havia duas povoações, a Missão de São Borja, fundada em 1682 e a recém-instalada São Nicolau. A fundação da Missão de San Luis ocorreu em 1687, a terceira instalada pela Companhia de Jesus em terras rio-grandenses e coube ao padre Miguel Fernandez a tarefa de dar embasamento a essa Missão. Natural de Assunção, Paraguai, este nasceu em 1º de julho de 1656 e, já aos 15 anos, tornou-se noviço da Companhia de Jesus. Após formar-se em Filosofia e Retórica, já como padre, em 1684, foi encaminhado para as Missões instaladas próximo ao lado ocidental do rio Uruguai.



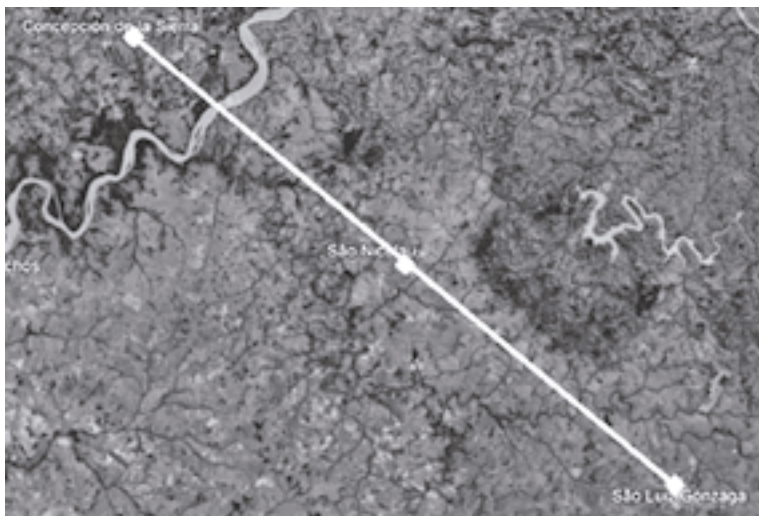
Planta de Concepción Señora del Ibitiracú, publicada no "Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas del guaraníes: Argentina, Paraguay y Brasil" de autoria de Ernesto Maeder e Ramón Gutiérrez.



Desenho da parte frontal da Igreja original de Concepción (Argentina), confeccionado em 1878, de autoria desconhecida. Publicado no "Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes: Argentina, Paraguay y Brasil" de autoria de Ernesto Maeder e Ramón Gutiérrez.

Em San Luis, Miguel Fernandez permaneceu como Cura durante 8 anos, onde conviveu em harmonia com os índios, sendo transferido no ano de 1695 para a Missão de São Lourenço, fundada em 1690, e lá permaneceu até 1700, quando foi transferido para a Missão de Yapejú (Argentina) onde, depois de exercer notável atuação apostólica, faleceu em 1730 aos 72 anos de idade.

Em 1687, Miguel Fernandez servia à redução de Concepción Señora del Ibitiracúá, atual cidade de Concepción de la Sierra (Argentina), quando recebeu a incumbência de fundar uma nova Missão no lado oriental do rio Uruguai. O local escolhido manteve o padrão de distanciamento de 30 quilômetros em linha reta entre Concepción e São Nicolau.



Concepción (Argentina) foi o povoado que cedeu população para iniciar São Nicolau e São Luiz Gonzaga. São Nicolau dista exatos 30 quilômetros dos vizinhos. Até hoje existe uma estrada que vai de São Luiz Gonzaga até o Rio Uruguai, na margem mais próxima de Concepción, no local conhecido em ambos os países como Santo Isidro, seguindo até ela após a passagem do rio.

A Redução de Concepción foi fundada pelo padre Roque González de Santa Cruz, em 1619, atendendo a uma solicitação de Neenguiru, patriarca de uma importante família de caciques e líder indígena, com grande prestígio entre os nativos e padres. Neenguiru procura o padre Roque, que atuava em Encarnación (Paraguai), e o convida para conhecer suas terras próximas ao rio Uruguai. Assim, a 8 de dezembro de 1619, o padre Roque lança as bases da primeira fundação do lado Ocidental do Uruguai, fundando Concepción, localizada a cerca de 12 quilômetros da margem direita do rio. Nessa redução, Roque permaneceu por 6 anos quando, auxiliado por Neenguiru, fundou São Nicolau, próximo à foz do Rio Piratini (1ª fase em 1626).

O cacique Neenguiru recebe o nome cristão de Nicolau, em seu batizado e conversão ao cristianismo em cerimônia realizada pelo padre Roque González.

Concepción possui um grande significado nas Missões, pela ação acolhedora dada aos habitantes de outras reduções que procuravam a auxílio. Na primeira fase, Concepción acolhe os índios das reduções de Guaira, Itatim (Mato Grosso do Sul) e de algumas redu-

ções localizadas na região oriental do rio Uruguai, que fugiam dos bandeirantes. Concepción foi um centro de grandes oportunidades artísticas. Em 1650, o padre Canigal desenvolveu com os índios um notável projeto nas artes, especialmente na música.

A população de Concepción havia se multiplicado de tal modo que possibilitou à redução o oferecimento de pessoas, principalmente para São Nicolau, San Luis e Santo Ângelo. San Luis recebeu 2.922 índios e, vinte anos depois, Santo Ângelo recebeu 2.870.

Em 7 de novembro de 2019, ano em que Concepción comemorava 400 anos de fundação, o Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga e a Prefeitura Municipal homenageiam aquela cidade argentina com a inauguração de um monumento na Praça de Matriz, alusivo ao papel dessa redução na formação da Missão de San Luis. Esse evento contou com a presença dos prefeitos municipais, Sidney Luiz Brondani e Carlos Alberto Pernigoti (São Luiz Gonzaga e Concepción de la Sierra), e da presidente do IHGSLG, Anna Olívia do Nascimento.

Na placa inaugurada, consta o texto.



A placa é assinada por Sidney Luiz Brondani, Prefeito Municipal, e Anna Olívia do Nascimento, Presidente do IHGSLG.



Na foto, da esquerda para direita Maria del Carmem Noguera, Presidente del Consejo Deliberante de Concepción de La Sierra; Carlos Alberto Pernigoti, Intendente de Concepción de La Sierra; Anna Olívia do Nascimento, Presidente do IHGSLG; Sidney Luiz Brondani, Prefeito de São Luiz Gonzaga e José Antônio Flach Werle, Presidente da Câmara de Vereadores de São Luiz Gonzaga.

Na oportunidade, Anna Olívia do Nascimento ressaltou a importância da homenagem para valorizar a história das Missões.

Disse ela:

O dia 7 de novembro ficará marcado na história de São Luiz Gonzaga graças a dois significativos fatos. Nesta data, o IHGSLG completa 35 anos de atividades voltadas à pesquisa e ao estudo da história e da cultura das Missões. O segundo fato é a homenagem de reconhecimento do Poder Público Municipal à cidade de Concepción de la Sierra. O IHGSLG tinha consciência desse ‘esquecimento’ histórico em relação ao papel de Concepción, e a Administração Municipal foi sensível à informação apresentada pelo Instituto e buscou corrigi-lo.

O Superior das Reduções, Alonso del Castilho, segundo consta em seu depoimento lavrado em 29 de maio de 1699, determinou a mudança dos índios de Concepción e a fundação da Missão de San Luis. Nesse depoimento, 12 anos depois da fundação de San Luis, del Castilho diz textualmente que as terras ao norte do Rio Ijuí, no lado oriental do rio Uruguai, que pertenciam à Redução de San Javier, hoje

cidade argentina, estavam ocupadas, parte para plantio, e o restante era reservado para o gado trazido das Vacarias pelos índios da Missão.

Ao passar por San Javier, Miguel Fernandez e seu grupo de indígenas, que compunham a primeira leva, solicitaram ao Superior, Alonso del Castilho, que acompanhava a comitiva, que cedesse à nova Missão as terras do lado oriental do Uruguai. O Cura da Missão de San Javier, padre Silvério Pastor, alegou que o gado de sua Missão estava abrigado nessa área. O padre Superior determinou, no entanto, que Miguel Fernandez e os índios podiam utilizar toda a madeira abundante naquele local, como material de construção das edificações da nova Missão.

Nos primeiros tempos da Missão de San Luis, de 1687 a 1695, Miguel Fernandez e os índios realizam um longo trabalho de estruturação da Missão, seguindo as normas estabelecidas pela Companhia de Jesus, que eram comuns a todas. Fernandez seguiu um plano urbanístico, semelhante ao de Concepción, com o centro ostentando uma grande praça retangular, para onde convergiam as ruas principais. No lado sul da praça estabeleceu a Igreja, os dois pátios e o cemitério. Ao lado da igreja, ficou definido o claustro (1º pátio), composto de armazéns, as casas dos padres e as oficinas. Nas três faces da praça, estavam planejadas as casas dos índios. O espaço atrás da face da igreja foi reservado para a horta e o pomar da Missão que, imediatamente, começaram a ser cultivados. Para a construção provisória das edificações, os padres e índios utilizaram argamassa constituída de barro e as paredes eram feitas de adobe, mais tarde substituído por pedra. As demais edificações da Missão, como a casa dos índios, foram constituídas de forma tosca e, somente a partir de 1695, os primeiros tijolos e telhas foram fabricadas na olaria da Missão, recém-instalada.

A Missão de San Luis, como todas as outras, passava por muitas dificuldades nos primeiros tempos, o que dificultava o período da construção. Os índios de Concepción, que vieram em levadas, transportaram material (ferramentas) para a construção da Missão, enfrentando difíceis passagens em rios e arroios, e utilizaram carroças e carretas nos transportes. As dificuldades enfrentadas eram principalmente para trazer as madeiras das proximidades do rio Ijuí.

De início, a igreja era uma pequena palhoça dividida ao meio, que servia de capela e moradia dos padres e, somente algum tempo depois, começou a construção da suntuosa Igreja da Missão, notável

por sua dimensão e beleza. O irmão Antônio Forcada, exímio construtor, foi convidado para a construção do templo de San Luis, que só foi concluída nas primeiras décadas do século XVIII.

Miguel Fernandez também estabeleceu a futura casa dos padres e um complexo de edificações. Nos primeiros tempos da Missão, foram ultimadas as instalações de oficinas como carpintarias e matoeiro, algumas fora do núcleo urbano.

Como em todas as demais Missões, foi instalado um sistema de atividades referente à construção de casas, abertura de estradas, assim como à construção de canoas, carroças e pontes. Também era reservado um tempo para cultivar a terra, transportar o gado da Estância e trabalhar nos ervais.

Nos primeiros tempos da Missão, Miguel Fernandez teve a preocupação de instalar, ao lado da igreja, um cemitério, cuja cruz de pedra no centro ornava o local. Nesses oito anos iniciais, também deve ser creditado ao fundador da Missão todo um trabalho organizacional, o que facilitou ao padre Francisco de Avendaño dar continuidade às obras.

Miguel Fernandez foi substituído pelo padre Francisco de Avendaño em 1695, deixando um legado valioso: a Missão de San Luis estava totalmente planejada. Apesar de não participar do acabamento das edificações como a fase de melhorias, a cobertura de telhas, substituindo o capim, a utilização de tijolos nas construções, a delimitação da Estância, a utilização de novas técnicas no cultivo de plantas e uma série de outras iniciativas, deixou uma estrutura de reconhecida sustentabilidade, detalhes que causavam admiração por seu desempenho frente à administração de San Luis.

Padre Francisco de Avendaño e a Estância de San Luis

A formação das Estâncias missioneiras constitui um dos capítulos mais instigantes da história das Missões jesuíticas. Cada povo contava com uma enorme fração de terras onde estavam concentrados milhares de cabeças, principalmente de gado bovino, que serviam para a subsistência da população e para o comércio de derivados desse rebanho.

Quando o padre Miguel Fernandez organizou os primeiros grupos de índios em Concepción para a árdua tarefa de escolher e fixar a sede da Missão de San Luis, em 1687, já pensava em estabelecer, além da sede da Missão, a área destinada à instalação de uma Estância, onde o gado rebanhado pelos índios ficaria confinado para, posteriormente, ser transportado para a sede da Missão.

Ao longo dos anos seguintes, já com a Missão instalada, Miguel Fernandez e os índios reservavam toda a força de trabalho à organização social e econômica da Missão, e o padre Juan Yegros, que acompanhava o grupo desde as primeiras incursões, procurava um local onde seriam definidos os limites da futura Estância. Yegros formou um grupo de índios e começou a rebanhar o gado oriundo das Vacarias para uma área afastada da sede da Missão. Em várias ocasiões, esse padre percorria extensa fração de terras e acomodava o rebanho, embora não oficialmente.

Em 1705, o padre Miguel Fernandez foi transferido, como Cura, para exercer seu ministério na Missão de São Lourenço, sendo substituído pelo padre Francisco de Avendaño, que encontrou a Missão de San Luis com sua estrutura bem definida, faltando, no entanto, melhorias nas edificações e até a necessária delimitação da Estância da Missão.

Uma das primeiras iniciativas de Avendaño foi definir os limites da Estância, já que estava sendo ocupada uma área não formalizada pelo Superior da Companhia de Jesus. Em 1798, o padre Avendaño e o Cabildo encaminharam um pedido formal às autoridades competentes, alegando a necessidade de estabelecerem o local definitivo destinado à Estância.

Acompanhado pelo padre Yegros, Francisco de Avendaño foi pessoalmente até as Vacarias, na oportunidade em que visitava o local onde seria a Estância de San Luis.

É interessante observar que a convivência dos padres e índios das Missões não eram sempre amistosas e um documento escrito pelo padre Avendaño demonstra que os atritos eram frequentes. Avendaño narra seu aborrecimento com os dirigentes da Missão de São Miguel, quando questiona o padre Antônio Sepp sobre o pretenso desvio de gado daquela Missão. Os índios de San Luis foram acusados de desviar o gado de São Miguel por outro caminho e usar, indevidamente, a área para abrigar o gado da Missão de San Luis. Sepp não poupa o Padre Juan Yegros de seus ataques, o que indignou o Cura de San Luis.

Nesse documento, o padre Avendaño, que defende os índios, demonstrou todo seu zelo pela Missão sob seu comando. No embate que travou com os padres Antônio Sepp e Antônio Ximenes, Cura de São Miguel, quando questionam a legitimidade dos limites da Estância de San Luis, Avendaño rebate com veemência as pretensões dos miguelistas, mostrando o motivo de San Luis usufruir da limitação contestada. O padre Avendaño informa ao padre Sepp, em especial, que na área da Estância estava a antiga redução de São Cosme e Damião, estabelecida na primeira fase, área essa conferida à Missão de San Luis pelo Padre Superior, Sebastian de Toledo, em 1698.

Em sua narrativa, Avendaño continua informando que, ao passar dos anos, ninguém contestou esse percurso, até 1698, quando um procurador dos índios da Missão de São Miguel, questionou os limites da Estância dizendo que o rebanho de San Luis ocupava terras de sua Missão. O padre Avendaño questionou o padre Sepp mencionando seu aborrecimento pelo fato de este acreditar num índio e não crer em sua palavra e na do padre Yegros, figura de grande prestígio entre os índios, desde os primeiros tempos das Missões. Avendaño alerta Sepp que essas denúncias feitas pelo padre Antônio Ximenes ao Padre Superior, poderiam ter sido evitadas.

Como havia constante atrito entre as duas Missões, Avendaño solicitou ao Superior das Missões que delimitasse a Estância de San Luis. O pedido foi formalizado ao Superior, Sebastian de Toledo, que se encontrava na Missão de Santo Tomé, hoje cidade argentina. Em longo despacho, estabelece o motivo do pedido e a necessidade de delimitar a Estância para pôr fim aos constantes atritos entre os índios e padres de São Miguel e San Luis.

Em extenso documento, o padre Sebastian Toledo, além de delimitar a Estância, faz alusão à legitimidade da área que, a partir

de então, passaria a ser ocupada pelo rebanho do povo de San Luis e afastava definitivamente a possibilidade de ser ocupada por outro povo. No documento, o padre Sebastian, cujo direito foi concedido pelas autoridades reais, representava o Rei de Espanha. O documento de cessão de terras foi assinado na Missão de Santo Tomé em 25 de janeiro de 1698.

O padre Sebastian diz ainda que “o que estiver dentro dos limites estabelecidos, como rios, ervais e pastos, que ninguém pode usufruir do mesmo, senão a Missão de San Luis e que ninguém pode passar por este percurso para buscar vacas nas Vacarias”. No mesmo documento, fica expresso que San Luis pode construir casas, ranchos e currais, sendo o dono legítimo dessas terras. Graças a sua compreensão, o Padre Superior outorga à Missão de San Luis, em 1698, os limites da Estância desse povo acatando todas as ponderações do padre Francisco de Avendaño.

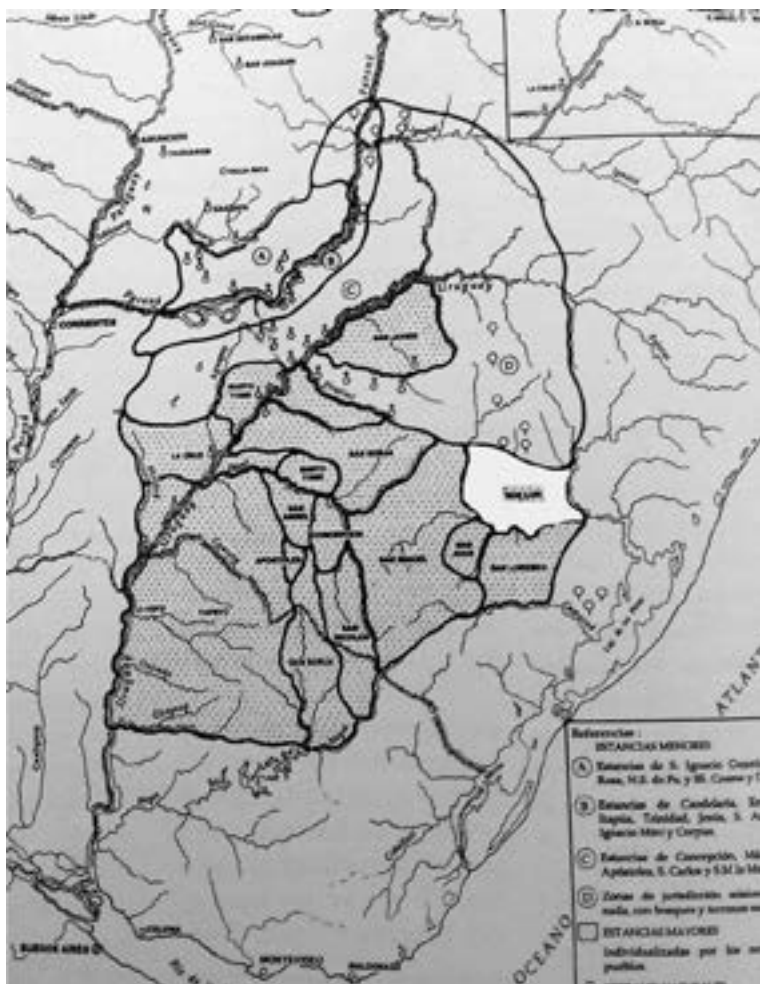
Apesar da legitimidade dos limites, o padre Antônio Sepp continua a reivindicar as terras da Missão de San Luis de forma incisiva a ponto de o Padre Superior escrever a Avendaño sobre as intenções de Sepp que pede a devolução das terras à Missão de São Miguel.

A delimitação proposta pelo padre Sebastian Toledo que consta no documento de concessão de terras é de difícil compreensão, pois se atém à toponímia correspondente àquela época e da qual só resta um nome parecido, o rio Vacacaí, que era chamado *bacacaí-guazú*.

O traçado da Estância de San Luis tomou como base dois escritos do padre Avendaño publicados na Coleção de Angelis - 1954 - Tratado de Madrid – Antecedentes – Colônia do Sacramento (1669-1749), página 104 a 110, sob o número XV. No mesmo tomo, sob o número XVI, nas páginas 110 a 114, o segundo documento, que também serviu de referência foi o manuscrito avulso (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro) de autoria de Sebastian de Toledo.

Para definir os limites da Estância, foi ainda utilizado o mapa manuscrito do padre Tadeo Henis, publicado na obra do historiador argentino, Ernesto Maeder, intitulado Atlas Territorial y Urbano de las Misiones Jesuíticas Guaraníes – Argentina, Paraguai e Brasil. O mapa é um precioso documento, confeccionado por alguém que viveu na época das Missões, além de trazer importantes informações sobre o relevo, capelas e outras peculiaridades do espaço missioneiro. Também serviu de referência o manuscrito avulso (Biblioteca Nacional do

Rio de Janeiro) de autoria de Sebastian Toledo, citando o pedido do padre Avendaño para delimitação da Estância da Missão de San Luis. Na confecção do mapa, foi utilizada a planta manuscrita do padre Ta-deo Henis.



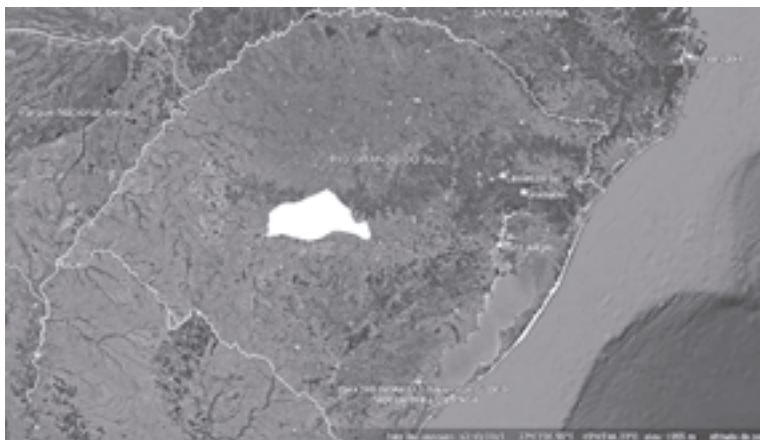
Adaptado de Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes: Argentina, Paraguay y Brasil de autoria de Ernesto Maeder e Ramón Gutiérrez. A Estância de San Luis está em destaque no mapa.

✿ Estrada das Missões

Com base no mapa do padre Tadeo Henis e textos dos viajantes Arsène Isabelle e Hemetério Veloso, foi delimitada a estrada que ligava a Estância de San Luis ao povoado da Missão. Usaremos coordenadas geográficas prováveis, visto que as marcações nos mapas e a narrativa dos textos não possuem uma localização definitiva dos lugares.

Para facilitar a compreensão, o mapa foi numerado nos pontos de referência. Esses locais eram muito próximos a capelas ou povos missioneiros da 1ª fase jesuítica no território do atual Rio Grande do Sul.

Os povoados antigos eram dezoito (18) e foram abandonados pelos índios e padres a partir das incursões dos bandeirantes. As capelas eram construídas ao longo dos caminhos percorridos pelos nativos e serviam, tanto para o culto à fé cristã, como para abrigo e pernoite aos que se deslocavam pelas diversas estradas que uniam os povoados e suas Estâncias. Na maioria das vezes, eram salas de pau a pique, cobertas de palha, como foi descrito pelos portugueses, quando do avanço das tropas na Guerra Guaranítica.



A área demarcada corresponde à localização da Estância de San Luis em relação ao mapa do atual estado do Rio Grande do Sul, e equivalia a cerca de 450 mil hectares.

Começamos nossa jornada rumo à Missão de San Luis partindo do ponto mais longínquo de sua Estância. O local onde se encontram os rios Vacacaí e Jacuí (vamos usar os nomes atuais dos cursos

d'água e acidentes topográficos), onde estava localizada a Capela de San Luis (1), ela delimitava o leste das terras da Estância San Luis, em uma localização aproximada de 29°93' de latitude Sul e 53°11' de longitude Oeste.

Dirigindo-se a oeste, por cerca de 50 quilômetros (que a cavalo não era uma jornada muito grande, mas conduzindo o gado levaria dois ou três dias) se chegava à Capela de São Borja (2), 29°84' de latitude Sul e 53°67' de longitude Oeste. Nesse local, havia uma bifurcação, uma estrada partia no sentido noroeste e, depois de percorrer cerca de trinta quilômetros, o viajante estaria chegando à Capela de Santa Maria (A), com 29°07' de latitude Sul e 53°81' de longitude Oeste (atual cidade de Santa Maria). Desse local, andando mais 15 quilômetros a noroeste, se chegava a Capela de São Lucas (B), com 29°60' de latitude Sul e 53°99' de longitude Oeste, último ponto antes de subir o cerro, no local denominado ainda hoje Boca do Monte. Nesse local, há uma estrada que segue uma velha trilha, subindo o monte de forma que o gado pudesse fazer a travessia, mas em pequenas quantidades e com enorme esforço. Perto da Capela Santa Maria estavam os resquícios da primitiva Redução de São Cosme e Damião (C), com 29°68' de latitude Sul e 53°67' de longitude Oeste, mencionada em documento pelo padre Francisco Avedaño.

O caminho acima mencionado não era muito utilizado pelos índios criadores de San Luis, que preferiam outro, no qual o relevo permitia o deslocamento do gado de forma rápida e segura, para atingir mais rapidamente o destino e com menor perda de animais. Partindo da Capela São Borja (2), deslocando-se mais 20 quilômetros a oeste, os viajantes chegavam à Capela São João (3), em 29°82' de latitude Sul e 53°74' de longitude Oeste. Daí, mais 50 quilômetros a oeste os viajantes chegavam na Capela Santa Catarina (4), com 29°80' de latitude Sul e 54°32' de longitude Oeste, extremo oeste da Estância de San Luis.

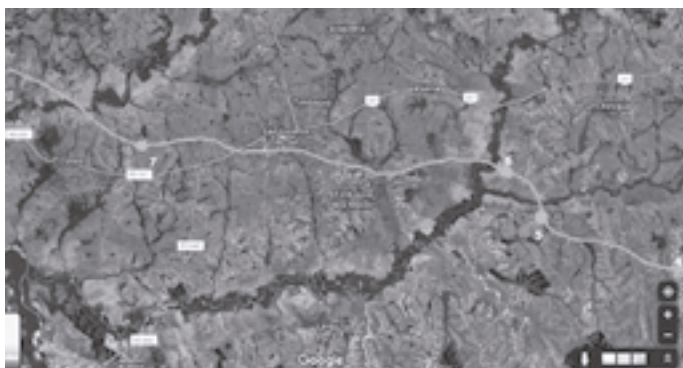
A partir do ponto anterior, adentrava-se na Estância de São Miguel, a segunda maior da banda oriental. Para chegar em San Luis, os tropeiros precisavam atravessar as terras de São Miguel fato que, muitas vezes, causou problemas sobre a origem e dispersão do gado tropeado.

Desde a Capela de Santa Catarina, mais 15 quilômetros a oeste se chegava a uma capela da qual não sabemos o nome (5), que ficava à margem esquerda do rio Ibicuí-mirim, nas coordenadas aproximadas

de 29°78' de latitude Sul e 53°41' de longitude Oeste. Até esse ponto, o percurso conseguia desviar os rios, caminhando pelas divisórias de águas e, para o deslocamento seguinte, os tropeiros precisavam atravessar o rio Ibicuí-mirim. Os tropeiros evitavam (sempre que possível) deslocar o gado em períodos chuvosos, o que dificultava o transporte pelas cheias dos rios e encharcamento de regiões baixas ou de banhados.



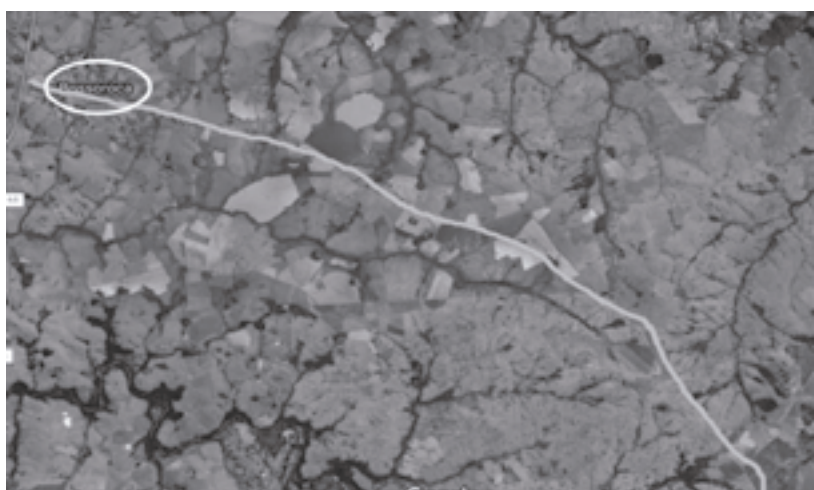
Após atravessar o mencionado rio, os tropeiros se deslocavam mais 10 quilômetros e chegavam a um local próximo ao rio Toropi, denominado Capela São Pedro (6), aos 29°70' de latitude Sul e 54°46' de longitude Oeste. O próximo deslocamento segue novamente em direção oeste, atravessando o rio Toropi. Da Capela de São Pedro, em deslocamento de cerca de 25 quilômetros, existia um local chamado San Javier (7) a 29°69' de latitude Sul e 54°81' de longitude Oeste, entre os rios Jaguarí e Ibicuí, outro importante local de parada e descanso.

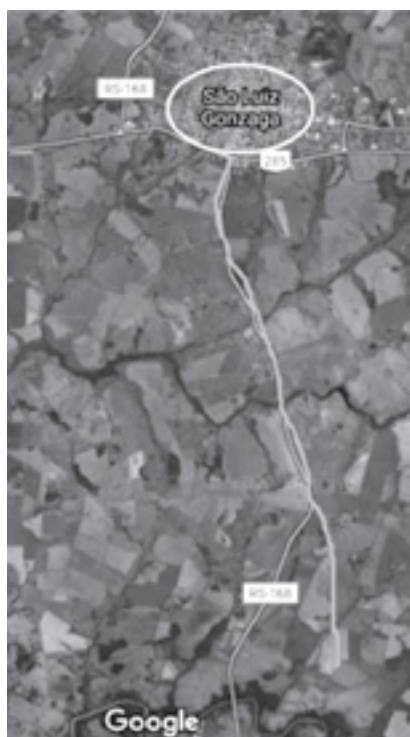
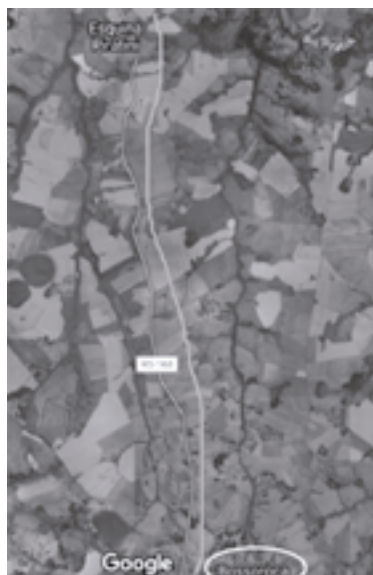


Acreditamos que este era um dos locais mais utilizados para a passagem do gado. Para tanto, nos utilizamos da descrição de Arsène Isabelle, viajante francês que esteve na região em fevereiro de 1834, descrevendo seu deslocamento em um diário que nos serve de fonte primária. Isabelle fez um caminho que partiu de São Borja, foi até Santiago do Boqueirão e se deslocou em direção aos rios Jaguari, Jaguarizinho, Toropi e Ibicuí. Esse viajante afirma ter percorrido o “Caminho das Missões” que acreditamos seja este que estamos descrevendo, por ser o local de entrada e saída dos índios missioneiros, principalmente aqueles que iam às Estâncias de San Luis, São João, São Miguel e São Lourenço.

De San Javier, a estrada seguia em direção noroeste por cerca de 30 quilômetros, chegando a uma capela denominada Santo Isidoro (Isidro) (8), em 29°56’ de latitude Sul e 55°08’ de longitude Oeste. Desse local, a estrada vai em direção norte por cerca de 50 quilômetros, passando pela localidade conhecida como “Boqueirão da Serra”. Esse local era muito utilizado para a passagem de tropas, como narrado pelo viajante francês Saint-Hilaire, que esteve na região em 1821, após se hospedar na casa de um antigo estancieiro. Em respeito a isso, ainda temos a existência do município de Santiago, antes chamado Santiago do Boqueirão, onde havia uma capela em homenagem a San Tiago (9) em 29°12’ de latitude Sul e 54°73’ de longitude Oeste, muito utilizada pelos Guarani, como narrado anteriormente. O trecho de Santo Isidoro (Isidro) até o Boqueirão era algo em torno de 30 quilômetros, mesma distância aproximada até a Capela de San Tiago.

Da referida capela até San Luis, era utilizada uma estrada conhecida como Carovy (10) que percorria um caminho até a atual cidade de Bossoroca. A estrada ia traçando um caminho que evitava os cursos d’água que desembocavam nos rios Icamacua, à esquerda, e Piratini à direita. Esse caminho ainda existe. Percorrendo cerca de 90 quilômetros desde a Capela de San Tiago até o rio Piratini havia algumas capelas, das quais não possuímos a identificação correta de sua localização.





Após passar um vau conhecido pela população ribeirinha do rio Piratini, os Guaraní se deslocavam cerca de 15 quilômetros em direção norte até alcançar a Missão de San Luis.

San Luis no alvorecer do século XVIII

A Missão de San Luis, depois da estruturação dada pelo padre Miguel Fernandez (1687-1695), carecia ainda de todo um trabalho organizacional tão necessário para que alcançasse pleno desenvolvimento.

Quando o padre Francisco de Avendaño chegou, em 1695, para continuar o trabalho do fundador, padre Miguel Fernandez, encontrou a Missão relativamente bem-organizada. Faltava, no entanto, o acabamento das edificações, muitas ainda de madeira e todas cobertas de capim, abundante na região.

Um dos primeiros atos de Avendaño foi a instalação de uma olaria. Não foi difícil encontrar um local adequado para a fabricação inicial de telhas e, posteriormente, de tijolos e outras formas de cerâmica. O local escolhido ficava próximo à Missão, cerca de 400 metros, onde hoje se encontra a Praça Cícero Cavalheiro, cujo nome até o início do século XX era Praça da Lagoa.

Francisco de Avendaño realizou um notável trabalho e logo substituiu o capim da cobertura das edificações por telhas produzidas na olaria por ele instalada. Após o estabelecimento de um planejamento no qual constava toda a estruturação da Missão, coube a ele a tarefa de materializar tudo aquilo que constava no plano geral, comum a todas as Missões, estabelecido pela Companhia de Jesus. Todo esse trabalho inicial já havia sido desenvolvido pelo fundador da Missão. Assim, começaram a surgir as edificações definitivas, como a casa dos índios, o Cabildo, as oficinas, a casa dos padres, o cotiguaçu e a fundação da majestosa igreja.

Parece plausível dizer que, a partir de 1710, a Missão já estava totalmente estruturada. As casas, anteriormente simples choças cobertas de capim, já ostentavam uma cobertura de telhas fabricadas na olaria local e paredes de pedra extraída da pedreira próxima à Missão. Coube a Avendaño, entre outras realizações, sua longa e dedicada luta em favor da legalização dos limites da Estância de San Luis e o embate contra os padres de São Miguel que acusavam os índios de transgredir os limites de sua estância.

Depois de 10 anos de atuação, Avendaño foi substituído pelo padre Francisco Medrado que permaneceu em San Luis de 1705 a 1713, na função de Cura, sendo substituído pelo padre Antônio Sepp, que aqui permaneceu de 1710 a 1713.

Antonio Sepp Von Seppenburg nasceu em Caldari, no Tirol (Áustria), em 22 de novembro de 1665. Quando menino, atuou no Coral dos Cantores da Corte de Viena e, aos 19 anos, entrou para a Companhia de Jesus. Sepp era portador de um notável nível cultural. Foi aluno brilhante e, depois de graduar-se em Filosofia e Teologia, tornou-se Mestre em Retórica.

O notável padre Sepp destacou-se na música como cantor, musicista, mestre de canto e música instrumental, além de compositor e fabricante de instrumentos musicais. Dominava várias línguas, como o latim, grego, hebraico, alemão, espanhol e guarani. Embora não fosse médico, precisou desempenhar essa função, destacando-se, ainda, no cultivo de diversas plantas alimentícias e na pesquisa de ervas medicinais.

As notícias que temos sobre a estada do padre Sepp como Cura em San Luis não se encontram na obra *Trabalhos Apostólicos*, mas em outra obra de sua autoria, a qual começou a escrever ainda em San Luis, chamada *Jardin de Flores Paraquario*. Nessa obra, Sepp fala a respeito de uma carta que escreve ao reitor do Colégio da Germânia, padre Joseph Preiss S. J., datada de 14 de junho de 1714, em que diz: “agora cultivo o campo de San Javier, depois de trabalhar três anos no vinhedo sagrado de San Luis Gonzaga”.

Após fundar a Missão de São João Batista, em 1697, o padre Sepp permaneceu ali até o final de 1710. Por ordens superiores, veio para a Missão de San Luis, como Cura, onde permaneceu até o início de 1714. Bem antes da chegada do padre Sepp, a Missão de San Luis já era um centro de grande atividade artística, agropecuária e industrial, com a fabricação de tecidos, erva-mate e derivados do gado bovino, dentre outros. A Missão atinge seu ápice de desenvolvimento nos meados do século XVIII, quando consegue alcançar notável desenvolvimento na educação e nas oficinas de pintura, escultura e obra de talha, habilitando os índios nessas artes, segundo o padre Cardiel.

Com a chegada do padre Sepp, a Missão passa a notabilizar-se também na fabricação de instrumentos musicais, nas danças e na tecelagem, na fabricação de tapetes de lã e seda. Esta última foi intro-

duzida em três Missões, São João Batista, San Luis e San Javier. Em seu texto, Sepp chamava os tapetes de “alfombras turcas” e, em seu livro, *Jardin de Flores Paraquario*, diz:

(...) são feitos de lã de ovelha e os meus meninos do coro sabem adorná-los com lindos bordados: flores de várias cores, frutos, animais, pássaros e grinaldas ao gosto romano. Todo o piso do coro diante do altar de nossa igreja está coberto desses tapetes. Os índios fazem também tecidos de seda entremeados de fio dourados e prateados, chamados por eles de tizú.

Dentre os índios de San Luis, existiam pintores e escultores que receberam ensinamentos do irmão Brasanelli, foram com o padre Sepp para Yapejú, no final do século XVII e trabalharam posteriormente na Missão de São Borja. Quando estava na Missão de São João, segundo Sepp em seu livro, Brasanelli diz que “no povo do Beato Aloisio Gonzaga (San Luis) fizeram para mim várias estátuas grandes de certo tipo de pedra branca, tão vivas e tão belas como se fosse de madeira de cedro”. Na Igreja Matriz de São Luiz Gonzaga, entre diversas imagens, encontra-se a do padroeiro que é atribuída ao escultor Brasanelli. Além da imagem de São Luiz, encontramos também a de San Isidro, notável por sua beleza, mas de autor desconhecido.

Sepp acrescenta que os músicos, além de instrumentos musicais, fabricaram relógios que “batem as horas, as meias e os quartos de hora”. Em suas poucas horas livres em San Luis, começou a ocupar-se com o estudo das fontes históricas das Missões guaranis, principalmente Ruiz de Montoya e Nicolas del Tejo pois, como se conclui da carta ao Reitor Preiss, pretendia escrever uma história das Missões para o povo alemão. Não obstante, seu temperamento lírico falou mais forte e preferiu chamar sua obra de *Jardin de Flores Paraquario* pois, segundo Sepp, “cada tomo (são cinco) é um ramo de flores que recolhi, não sem trabalho, durante uns quatro anos em nossa horta”.

Em seu livro, em diversas passagens, Sepp relata sua estada na Missão de San Luis. Encontramos referência sobre essa Missão nas páginas 31, 53 e 179 desse livro. Sua obra, durante os três anos em que esteve em San Luis, foi voltada para a arte, principalmente escultura, música e artesanato. Para se ter uma ideia, os índios de San Luis aprenderam desde a arte de biselar (dar forma) os cristais até a fabricação de fuzis e canhões, dando início ao desenvolvimento da arte armamentista. O Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga possui

uma cópia do livro *Jardin de Flores Paraquario* oferecido pelo saudoso sócio, Jorge Hirt Preiss, importante pesquisador sobre a obra de Sepp, além de Mestre em Música, regente de coral e musicista. O livro foi editado pela Universidade de Buenos Aires e organizado pelo historiador Werner Hoffmann. Esse pesquisador afirma que o livro “contém o relato de uma expedição missioneira e narra uma série de episódios das Missões Jesuíticas, e o cotidiano das Missões e das cidades espanholas ao longo do século XVIII. São testemunhos emocionantes de solidão de um europeu entre tantos índios”.

O padre Antônio Sepp faleceu na Missão de San José, hoje território argentino, situada entre os rios Paraná e Uruguai, depois de 40 anos de convivência com os índios Guaraní.

Depois do padre Sepp, atuaram como Curas e acompanhantes, na Missão de San Luis, os padres Juan Maria Pompeyo (1713-1724); Jacobo Vancutzen (1714); José Astorga (1714); Juan Vila (1714-1724); Conrado Herber (1724-1732); Diego Claret (1724-1732); Bernardo Nusdorffer (1730-1734); Francisco Bautista (1732-1742); Juan de Anaya (1732-1742); Santiago Passino (1732-1742); Sigismundo Asperger (1744); Lorenzo Dalf (1742-1749); Tadeo Henis (1749-1751); Lourenço Ovano (1751-1763); Inocêncio Herber (1754-1763); Juan Fabrer (1763-1768); e Matheo Cano (1763-1768).

No período que se estende de 1713 a 1768, quando da expulsão dos jesuítas, quatro padres que atuaram na Missão de San Luis, tiveram um desempenho notável. São eles: Juan Fabrer e Matheo Cano, Bernardo Nusdorffer e Tadeo Henis. Os dois primeiros permaneceram na Missão, desenvolvendo todo o trabalho de forma digna, até a entrega aos padres franciscanos. Dedicaram-se à Missão mesmo sabendo que estavam expulsos. A Companhia de Jesus foi proibida de atuar em território espanhol no ano de 1767, mas eles permaneceram até a lavratura do Inventário em 1768. O padre Henis foi escolhido para escrever um diário sobre a Guerra Guaranítica, importante documento histórico. O padre Nusdorffer foi, por duas vezes, Superior das Missões, escolhido pela Companhia de Jesus para comandar a transmigração dos Sete Povos de acordo com o Tratado de Madrid. Ele acompanhou os índios de San Luis pessoalmente em uma das tentativas de transmigração. Nusdorffer e Henis destacaram-se ainda por sua condução no período mais grave da história jesuítico-guarani. Durante a Guerra Guaranítica, sempre estiveram prontos a realizar um importante tra-

balho diplomático entre os índios e as tropas demarcadoras. Foram muito importantes para que, mesmo após a guerra, os Guarani, os padres e os ibéricos pudessem manter relações dignas. Havia um estreito relacionamento de profundo respeito e admiração entre os padres citados e os índios de San Luis.

Essa Missão, ao longo de anos, foi habilmente administrada por padres e pelo Cabildo, que era constituído por um corregedor, um tenente-corregedor, dois alcaides, um alferes real, quatro regidores, dois aquaciles, um mayordomo e um secretário, todos índios. Arno Kern, na obra *Missões: uma utopia política*, escreve que:

(...) tanto o cacique, antiga realidade política que permanece viva após a vassalagem à Coroa, como o Cabildo, a nova realidade política que estabelece a integração do grupo tribal à estrutura política da monarquia espanhola, são duas parcelas de um todo social, a Redução-Doutrina. Sem a análise desta, a ideia sobre a vida política das Missões é falsa e mentirosa (KERN, 1982, p. 108).

Entende-se, portanto, que houve uma adaptação de índios e padres para compor um novo quadro político.

A Missão era sustentada pela intensa atividade agropecuária, principalmente centrada na criação de gado e erva-mate. Uma das atividades mais desenvolvidas eram as práticas nas oficinas, para a produção de bens necessários à comunidade. Nelas, a capacidade artesanal e artística do índio era evidenciada de forma admirável. Na Missão foram surgindo ourives, pintores, entalhadores, encadernadores, tecelões, alfaiates, chapeleiros, sapateiros, carpinteiros, ferreiros, curtidores e latoeiros que, com seu trabalho, davam-lhe uma notável autossuficiência. Paralelamente às atividades artesanais e artísticas, também a administração da Missão não se descuidava de outras atividades como a sericicultura e a apicultura que ofereciam à comunidade uma intensa atividade industrial, artesanal e comercial.

As atividades agrícolas exigiam um trabalho intenso, como o cultivo de erva-mate, batata-doce, mandioca, cana-de-açúcar e uma grande variedade de leguminosas. O algodão e o tabaco também eram cultivados. O primeiro era para a confecção de tecidos nos teares manejados pelos índios, na produção de vestimentas, e o segundo servia como produto de exportação, juntamente com a erva-mate de que eram exportadas 400 arrobas por ano. A Missão comercializava ainda o excedente de açúcar, couro e outros produtos. A exportação do ex-

cedente não era uma prática apenas da Missão de San Luis, pois os demais povos também adotaram o mesmo método, à medida que a produção aumentava de volume. O destino da exportação dos Sete Povos Missioneiros, em diversas ocasiões, era Buenos Aires e a Colônia do Sacramento.

Em San Luis, como em outras Missões, a produção era guardada em pequenos armazéns domiciliares, e a outra parte, a que pertencia à comunidade, era depositada em um grande armazém, em sacos marcados com o nome de cada família. As Missões adotavam esse sistema, reafirmando que o regime misto separava a propriedade privada da pública.

No auge de sua existência, no século XVIII, San Luis desenvolveu a indústria e o artesanato, o que muito contribuiu para sua prosperidade. Ante a necessidade de produzir a maior quantidade possível para uso e consumo interno, os padres induziam os índios à importância do autoabastecimento manufatureiro. Dos teares, saíam tecidos de algodão e de lã, tão necessários para o vestuário da população da Missão, como também finos tecidos de seda entremeados por fios de ouro e prata, conhecidos pelos índios como tizú. No Inventário de 1768, entre os paramentos da igreja, encontramos referência a esse e outros tecidos, cujo acabamento é de uma excelência comprovada.

Nas oficinas também era habilmente manejada a fundição de metais, além da carpintaria e marcenaria. Ali eram construídos instrumentos musicais como trompetes, harpas, fagotes, saltérios, violinos, flautas e cítaras. As armas também eram fabricadas, mas apenas para uso interno.

O comércio do gado ovino, bovino, algodão e erva-mate era uma atividade de grande importância. Como não circulava dinheiro, os padres fixavam valor de câmbio para cada produto. Além da exportação, o comércio era intenso. Comerciantes vindos de diversas localidades buscavam produtos nas Missões. O ingresso desses comerciantes passava por severas regras. Eram recebidos em um local chamado tambo, no qual era feita uma triagem, dificultando o contato com a população sob o olhar zeloso dos padres da Missão. Esses produtos eram comercializados via de regra em sistema de troca e monitorados pelo mayordomo, integrante do Cabildo. Raramente circulava o peso, e a moeda espanhola era destinada para pagar o tributo à Coroa espanhola como forma de pagamento de um imposto destinado ao rei.

Para melhor elucidar o século XVIII, faz-se necessário destacar alguns aspectos de relevância que deram à Missão de San Luis um lugar proeminente entre os Sete Povos: Relações Políticas; Economia; Arquitetura; Religiosidade; Educação e Arte.

✿ Relações Políticas

A Missão de San Luis, no tocante às relações políticas, seguia o mesmo sistema que norteava as demais, tendo o Cabildo como instituição basilar. Para compreender melhor esses aspectos, toma-se como base o relato do padre José Cardiel que viveu nas Missões na terceira década do século XVIII, participou da Guerra Guaranítica e da transmigração dos índios e exerceu a função de capelão na época da invasão do território, hoje rio-grandense, pelas tropas espanholas em 1762.



A imagem acima retrata a reunião de um Cabildo. A obra é uma pintura acrílica de Gerónimo Rodríguez, intitulada “Premier Cabildo aberto de Candelaria”. Faz parte do acervo do Museu de Ciencias Naturales y História del ISARM. Foi publicado no livro “Miradas históricas sobre Misiones”. Editores Gobierno de la Provincia de Misiones e Junta de Estudios Históricos: Posadas, Argentina.

O sistema eleitoral do Cabildo, segundo Cardiel, previa eleição dos próprios cabildantes para ocupar os diferentes cargos, dos quais o mais importante era o de Corregedor. Após o escrutínio dos votos, o nome dos eleitos era enviado para o Cura que tinha o poder de veto, o que era muito difícil ocorrer. A posse dos eleitos era proclamada antes da missa, em frente ao pórtico da Igreja com a presença de toda a população. Os eleitos recebiam insígnias e o Corregedor, como chefe maior do Cabildo, recebia um bastão como símbolo de poder. Essa eleição era feita anualmente.

Durante a cerimônia de posse, ouviam-se na Missão os acordes de música ao som de chirimias e clarins. A posse era um dia festivo para os habitantes da Missão, no qual eram nomeados os membros da Igreja, sacristão, mestre-de-capela, os integrantes da força de segurança e outras funções, como os chefes das oficinas, também chamados alcaides.

Notamos que havia uma grande organização, o que facilitava a ordem social e que, dentro de um organograma estabelecido, cada um procurava exercer sua função com eficiência, resultando um grande bem-estar entre os índios.

O cacicado era uma instituição fundamental para a vida da Missão. Cada uma possuía um grupo de caciques considerados nobres pelo rei de Espanha, podendo usar o título nobiliárquico de “Don”, tendo sob seu comando dezenas de vassalos. As Missões tinham em média 10 cacicados, e cada pessoa estava sob a tutela de um deles. O da família Neenguiru, de Concepción, foi o maior e mais importante das Missões. Em 1735, o cacique Pedro Neenguiru teve sob seu comando 500 pessoas. É notável a participação dessa família desde a fundação de Concepción até a Guerra Guaranítica, quando o cacique Nicolás Neenguiru trabalhou com o padre Roque González na fundação de novos povos jesuíticos no lado oriental do rio Uruguai. Na Guerra Guaranítica, o comandante das tropas indígenas era descendente direto daquele, também chamado Nicolás.

Os cacicados da Missão de San Luis seguem o padrão de Concepción. Como exemplo, a família Neranda teve como primeiro cacique Phelipe Neranda, que contava com 62 índios em seu cacicado no ano de 1657. Mais tarde, em San Luis, Chrisanto Neranda se destacava como mayordomo e alcaide. Entre os caciques que formavam o cacicado em San Luis, destacamos as famílias Acatu, Arayeyú, Cuñambi, Maracana, Aranda, Curupi, Aray, Aty e Neranda.

Em 1768, o Inventário de San Luis, lavrado por Francisco Bruno de Zavala foi assinado pelos caciques que ocupavam cargo no Cabildo: Cristóbal Chora, Ermenegildo Curupi, Antonio Cuñambi, Ignacio Pindó, Evaristo Aray e Luis Aty.

O cacicado era um modelo primitivo aceito pelos padres da Companhia de Jesus, e isso demonstra que não houve uma total imposição dos costumes europeus, mas a criação de um sistema híbrido que deu sustentação ao Cabildo, modelo espanhol.

Diversos pesquisadores e historiadores fazem referência ao cacicado de forma genérica, no entanto, alguns historiadores têm dedicado pesquisa sobre o assunto dando relevância ao tema, tal como Kazuhisa Takeda, historiador da Universidade de Tóquio, em sua obra “*Los padrones de indios guaraníes de las misiones jesuíticas – 1656 – 1801: Análisis dinámico y comparativo desde la optica de los cacicagos*” que identificou e nomeou 42 famílias de San Luis que vieram de Concepción.

❁ Economia

Em sua narrativa, Cardiel aponta que a Missão possuía todo tipo de ofícios necessários ao pleno desenvolvimento socioeconômico.

Sobre a produção agrícola, Cardiel tece comentários a respeito da divisão de terras comum a todas as Missões. Em uma parte, ocorre a produção para o sustento da família, plantando principalmente raízes, tubérculos, árvores frutíferas, cana e milho. Essas culturas abasteciam o chamado amambaé. Um fato interessante é que, na prática, a produção para sustento familiar sempre era insuficiente se dependesse do índio. Já o tupambaé é a produção da comunidade, guardada nos armazéns que tinham o destino de socorrer a comunidade, quando necessário, e o excedente era usado para o comércio. No tupambaé, ficavam armazenados produtos como erva-mate, couro, tabaco, algodão, trigo e outros.

A pecuária era a grande riqueza da Missão, principalmente o gado bovino, que tinha dupla finalidade: parte servia como fonte de alimento para os habitantes da Missão, e outra, para comercialização dos derivados, como o couro e o sebo. A carneação tinha início na pri-

meira hora da manhã e, no final do dia, cada família recebia uma porção de carne para três ou quatro dias. O gado que vinha da Estância ficava em um curral próximo da Missão para ser abatido. O número de abates era estimado em cerca de 30 cabeças por dia.

A Missão tinha três algodãois cultivados numa área de cerca de 50 hectares. Era uma cultura muito importante na Missão, porque servia como fibra para os teares das oficinas, nos quais eram fabricados tecidos. Além do algodão, também eram produzidos tecidos de fios de seda e lã.

Em cerca de 40 mil pés de erva-mate, o erval de San Luis produzia mais ou menos 60 toneladas de erva por ano, que era exportada em sua grande maioria. O erval da Missão ficava situado próximo ao local onde hoje se localiza o município de Ijuí.

A produção industrial e de serviços era muito abrangente e essencial ao desenvolvimento da Missão, autossuficiente em matéria-prima e bens. Nas oficinas, a produção era semelhante à das Corporações de Ofício europeias, nas quais mestre e aprendiz trabalhavam em sintonia e, muitas vezes, vinham mestres de fora da Missão, muitos dos quais eram irmãos leigos que serviam à Companhia de Jesus, e o mais famoso dos mestres foi o escultor José Brasanelli.

Todos os índios de 18 a 50 anos pagavam tributo ao rei de Espanha, menos os caciques e seus primogênitos e o corregedor. Da mesma forma, era obrigatório o pagamento de dízimo à Igreja.

✿ Plano Urbanístico

Todas as Missões, com algumas diferenças, obedeciam a um planejamento comum. Na obra do historiador Guillermo Furlong, encontramos mais de vinte plantas, algumas readaptadas, outras elaboradas de acordo com informações oficiais e muitas feitas por viajantes que tomaram como base os resquícios deixados pelas ruínas, fazendo plantas, em forma diminuta, que nem sempre correspondiam à realidade.

A Missão de San Luis, no entanto, graças ao Inventário lavrado quando da expulsão dos jesuítas em 1768, tem condição de ser retratada com fidelidade em planta nos mínimos detalhes. O croqui da Missão de San Luis, elaborado no Centro de Documentação e Memória

do Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga toma como base as informações introdutórias constantes no Inventário, sendo este o único dos Sete Povos que possui tais informações com riqueza de detalhes. Por isso, acreditamos ser incontestável a legitimidade do mesmo.

Em 1768, San Luis contava com 574 famílias, compondo um total de 1613 habitantes que moravam em casas já deterioradas pelo tempo. As casas eram todas de pedra e adobe (tijolo cru) e tápia (argila) nas paredes, com armação de madeira no telhado. Circundavam a praça (atual Praça da Matriz), situada no meio do povoado e ficavam localizadas no início do declive (no mesmo local onde hoje estão os prédios das ruas Salvador Pinheiro Machado, Senador Pinheiro Machado e São João).

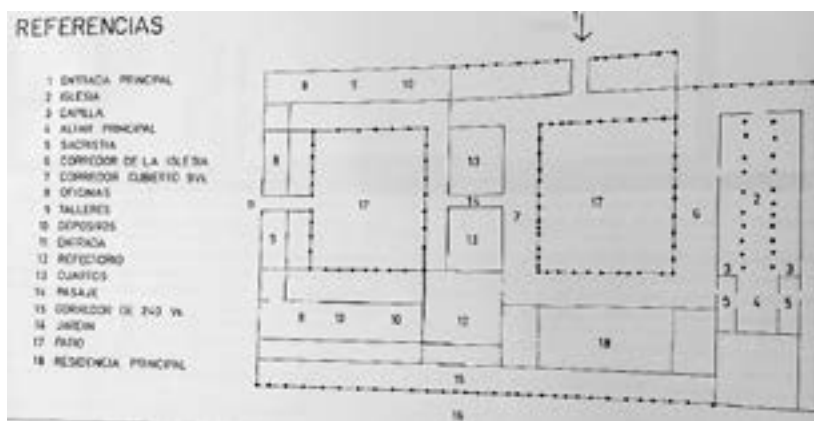


Esta imagem da Igreja de San Luis é uma foto de 1875, publicada no livro “As Missões Orientaes e seus antigos domínios” de autoria de Hemetério José Velloso da Silveira. Pode-se ver a fachada do antigo templo, com suas três portas e três janelas. Restavam ainda algumas colunas do frontispício. Do lado direito da imagem, à esquerda do templo, aparece o campanário e ao fundo, a parte superior do mirante.

O Inventário apresenta as medidas em varas que, referentes à vara espanhola, correspondem a 0,8359 metros. Segundo o texto introdutório, a antiga praça da Missão estava assentada no mesmo local em que está a atual, sendo maior que a de hoje, por ter na sua dimensão total a área das ruas e passeios públicos que a circundam na atualidade. Localizada em um dos pontos de maior altitude da região, a praça, quase quadrada, apresentava 123,71 metros de largura (sentido leste-oeste) e 164,16 metros de comprimento (sentido norte-sul). No extremo sul da Praça estava a Igreja, tendo à sua direita o cemitério,

onde hoje se encontra o prédio da Prefeitura e a rua Salvador Pinheiro Machado e, à sua esquerda, estava o pátio principal. As demais três faces da Praça estavam circundadas pelas casas dos índios, distribuídas em fileiras, com amplos alpendres, sustentados por colunas. A Igreja, com capacidade para acolher toda a população da Missão, possuía três naves. Suas paredes de pedra mediam 10,86 metros de altura, e a altura das abóbodas era de 16,51 metros. O comprimento era de 70,63 metros e a largura, de 22,56 metros, perfazendo 1.593 m².

Essa dimensão mostra, além da imponência, a importância do templo religioso, visto que era a edificação principal do povoado, não só em tamanho, mas em significado. Simbolizava e materializava a presença de Deus na Missão.



Croqui do claustro e da Igreja realizado originalmente a lápis por Aimé Bompland em 1831. O original se encontra na Biblioteca Nacional em Lima, Peru. Esta reprodução foi publicada no Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes: Argentina, Paraguay y Brasil, de autoria de Ernesto Maeder e Ramón Gutiérrez.

O templo possuía três janelas frontais, quatro para o cemitério e quatro para o pátio, todas envidraçadas. Tinha 5 altares, dos quais o maior era dourado, com as dimensões de 12,53m de altura por 10,86m de largura. A Igreja possuía muitas imagens esculpidas de santos, além do santo patrono, São Luiz Gonzaga. No altar havia nove santos da Companhia de Jesus, corpo inteiro e de grande estatura, vestidos com trajes dourados e estofados, todos esculpidos em madeira.

Os santos estavam dispostos entre as colunas do altar e sobre os capitéis das mesmas, menos o santo patrono, com uma sobrepeliz

e com o Santo Cristo nas mãos, com dois anjos a seu lado e com o escudo de sua casa (o brasão de sua família, Castiglione), e outro representando uma flor-de-lis e vários adornos, todos no nicho principal. Em outro nicho, mais acima, está a Santíssima Trindade coroando a Santíssima Virgem, que tem abaixo seu real manto e uma multidão de pessoas. Em frente a cada nave havia dois retábulos dourados e, em frente aos crucifixos, havia outros dois altares com seus retábulos. A igreja tinha uma belíssima fachada de três portas principais com nichos e cornijas de pedra abaixo do pórtico, sustentados por oito colunas. Era coberta de telhas e possuía quatro portas laterais alinhadas, duas para o cemitério e duas para o pátio principal. Contava com duas sacristias e com mais um salão atrás do altar principal. A parte frontal da igreja era enorme e, por sua beleza, chamou atenção dos próprios inventariantes.



Claustro da Missão de San Luis. A fotografia original está localizada no Arquivo do IPHAN no Rio de Janeiro.

No lado esquerdo da igreja, no pátio principal, estava o claustro, cercado por muros e seu alpendre sustentado por 52 colunas de pedra que circundavam o pátio, sustentando um alpendre (teto de uma só água). As colunas, sem contar os pedestais e capitéis, mediam 2,5 metros. Esse pátio, com 67 metros em cada face, possuía 18 salas, das quais, as nove do lado oeste eram reservadas ao armazém. As de-

mais, na face sul, eram destinadas aos alojamentos dos padres e das autoridades políticas e religiosas que visitavam a Missão, com a dimensão em torno de 22m quadrados. Todas eram forradas, com janelas envidraçadas, cama, colchão, mesa com cadeiras e dois candeeiros.



A Igreja de San Luis foi representada graficamente pelo arqueólogo Giovane Scaramella, em 1992, a partir das informações do Inventário de San Luis.

Atrás desses alojamentos havia um observatório (mirante) limitando o pátio com a horta. Esse observatório possuía um alcance de 48 quilômetros. Não fica claro o objetivo de tal arquitetura, mas pensamos que servia para avistar a aproximação de pessoas estranhas à Missão. Descartamos seu uso para observação astronômica, pois a única imagem que temos dele mostra que possuía telhado e janelas laterais em sua parte superior.

A horta do povoado possuía muitas árvores frutíferas e ervas medicinais e, além disso, fornecia todo tipo de hortaliças para a cozinha da Missão. A horta, que ficava atrás da igreja, do cemitério e do primeiro pátio tinha cerca de 170 metros de comprimento por 150 metros de largura, e cercada por um muro de pedra de 2,5 metros de altura.

O segundo pátio, que ficava ao lado do principal, era um pouco menor que o primeiro, mas com o mesmo formato. Nele estavam instalados o serviço da padaria, ferraria, carpintaria e tecelagem com 22 teares.

No pátio principal, havia uma torre quadrada de madeira com três descansos, com uma altura de 17,5 metros de altura e 5,85 metros de lado. Nela estavam instalados treze sinos, dos quais quatro eram de grande tamanho, pesando cerca de 300 quilos. Essa estrutura representava o campanário da Missão.

Além do Inventário, outros documentos tratam da estrutura urbanística constituída pelo claustro, a casa dos índios, o cotiguaçu, as oficinas, o cemitério e a rede de água e esgoto. Sobre o claustro, alguns autores afirmam que a casa dos padres não ficava circunscrita a ele, e a ala residencial era composta pela sacristia, quarto, refeitório, cozinha e adega que tinha, em média 12 metros quadrados por 2 metros de altura. Na Missão de San Luis, a adega ficava atrás da atual casa paroquial. O assoalho era de ladrilho, fabricado na Missão. A residência do padre, segundo documentos do Arquivo Geral da Nação em Buenos Aires era muito simples e a orientação dada pela Companhia de Jesus era de que, em primeiro lugar, se cuidasse da casa dos índios e, depois, da casa dos padres.

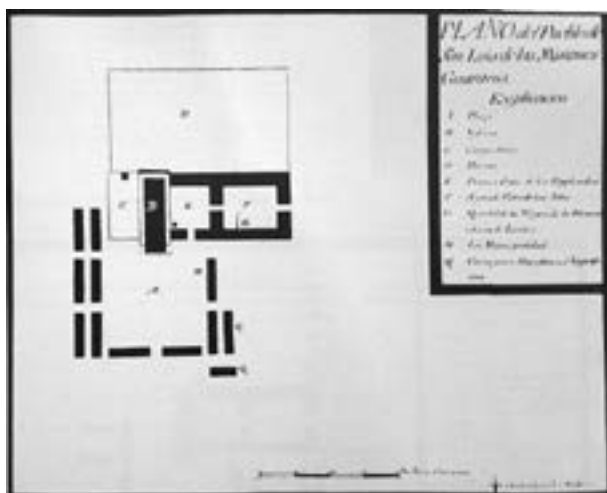
Quanto à casa dos índios, os documentos revelam que cada família tinha sua repartição e, eventualmente, havia uma divisão interna com biombos para o casal. O agrupamento habitacional era recomendado pela Companhia de Jesus sob a necessidade do sistema europeu de habitação.

Não foi tratada no Inventário a existência do Cotiguaçu, nome dado a um asilo/orfanato, onde se abrigavam as viúvas, os órfãos desamparados e as mulheres abandonadas. O nome Cotiguaçu significava em guarani *casa grande ou casa da mãe de Deus* e, em espanhol, *casa das viúvas e recolhidas*. Na Missão de San Luis, seguramente o Cotiguaçu fazia parte do plano urbanístico, no entanto não temos certeza de sua localização, pois o único documento que o localiza é a planta de José Maria Cabrer, que mostra seu local onde hoje é o Museu Municipal de São Luiz Gonzaga. A dúvida que temos se refere ao fato de que, em vários povoados missioneiros, o Cotiguaçu era ao lado do cemitério, ou próximo ao claustro. O fato de alojar crianças, idosos e mulheres solitárias fazia com que fosse importante estar afastado das casas dos índios.

Outra edificação que não é citada no Inventário é o chamado tambo, local afastado do núcleo urbano onde os índios recebiam pessoas que chegavam à Missão para comercializar produtos. Nos do-

cumentos, não consta sua localização, nem suas ruínas existem, pois eram edificações frágeis, construídas de adobe e cobertas de palha, materiais de pouca resistência à ação do tempo. O tambo estaria localizado na periferia da Missão, e o de San Luis provavelmente estivesse situado onde hoje se encontra o trevo da RS 168, no exato local onde existe a chamada Estrada Velha para São Nicolau. Parte dessa estrada, ou toda, remonta ao período jesuítico e também era o local onde se chegava de San Javier, de onde vinham os forasteiros para comercializar.

Quanto às oficinas, havia cerca de trinta na Missão, e se dedicavam à escultura, pintura, ferraria, tecelagem, chapeleiros, curtidores, oleiros, carpinteiros, etc. Estavam localizadas todas no segundo pátio.



Extraída do Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes: Argentina, Paraguay y Brasil de autoria de Ernesto Maeder e Ramón Gutiérrez. O autor desta planta foi José Maria Cabrer, que esteve nas Missões em 1789.

No Inventário, também não existe referência à rede de água e esgoto da Missão. Em San Luis havia água em abundância. Nesse sentido, a bióloga Dinara Bortoli Tomasi, em seu livro “As Vertentes da Educação Ambiental”, apresenta a importância das vertentes para San Luis, desde os tempos memoráveis até hoje quando, infelizmente, a degradação dos mananciais é visível. Essa autora faz uma análise das

vertentes levando em conta todo o processo histórico de ocupação e complementa afirmando que “percebe-se a preocupação dos fundadores com a disponibilidade de água, visto que esta foi um fator determinante na escolha do local”.

Quando o grupo comandado pelo padre Miguel Fernandez escolheu o local para a fundação da Missão de San Luis, um dos critérios mais evidenciados foi a abundância de vertentes encontradas que serviriam para dar ao povoado o estabelecimento de uma rede de água adequada para o consumo, como também facilitaria todo o processo de esgotamento sanitário da Missão. A água para a Missão foi indispensável e o aproveitamento hídrico foi fundamental na implantação de um modelo até hoje enaltecido por historiadores e estudiosos.

Também não existem referências à rede cloacal de San Luis, mas, como fonte de pesquisa, nos reportamos à obra de Guillermo Furlong, que possui estudos a respeito desse assunto. Esse autor afirma que essas instalações eram frequentes em todas as Missões e, provavelmente, em San Luis havia os retretes (sanitários) nas cabeceiras dos conjuntos de casas, em declives no sentido centro-periferia, com canais ligando-os, sendo usada água da chuva ou, em períodos de seca, das próprias fontes para limpar os canais. A preocupação com a higiene era levada muito a sério, exigindo algumas técnicas para escoamento dos dejetos.



O desenho acima foi publicado na obra de Guillermo Furlong “Misiones y sus pueblos de guaraníes”. Ele representa a esquematização dos banheiros nas extremidades dos conjuntos de casas. Também se observam os canais que serviam para escoamento dos dejetos.

O ingresso dos jesuítas entre os índios Guarani trouxe uma série de inovações. Isso mudou substancialmente a noção, essencialmente religiosa, de saúde centrada no pajé, para um conceito ligado aos estudos científicos de que os padres da Companhia de Jesus, obrigatoriamente, tinham de ter conhecimento quando da fundação de um núcleo populacional.

Os padres, detentores de amplo saber, logo estabeleceram nas reduções por eles fundadas, recursos para minorar as doenças a que os nativos estavam sujeitos. E, assim, uma série de procedimentos foi surgindo nos povoados, tal como casa para os enfermos, algumas das quais contavam com enfermeiros, médico e boticários, em geral irmãos leigos da Companhia de Jesus e índios treinados para esse fim.

Apesar de todas essas inovações, os padres procuravam no conhecimento de ervas medicinais dos índios, recursos para novas fórmulas de medicamentos que, aliados ao conhecimento científico, ofereciam novos recursos farmacológicos, até então desconhecidos.

Viajantes, cronistas e naturalistas estudaram com afinco as plantas medicinais entre os séculos XVI e XVIII, destacando as pesquisas de Andreas Thevet, Guillermo Piso e Boaventura Soares, autores da obra *Matéria Médica Missioneira* e do jesuíta, Irmão Pedro Montenegro, autor do livro sobre plantas medicinais e sua aplicação. Além desses, havia outros pesquisadores.

O padre Guillermo Furlong comenta que, de 1610 a 1696, não havia médico nas reduções, e a tarefa sanitária era exercida pelos enfermeiros com auxílio do padre. A partir daí o médico que atendia as Missões do rio Uruguai era o irmão Pedro Montenegro, que teve destaque como cirurgião.

José Brasanelli, escultor de renome e autor de numerosas imagens sacras, exerceu suas atividades nas Missões, também como cirurgião, inclusive na Missão de San Luis, onde esteve esculpindo o Santo Padroeiro.

Na maioria das reduções, não havia médico profissional, mas com boa vontade padres e irmão leigos da Companhia tratavam as enfermidades dos índios, muitas vezes aplicando conhecimentos próprios dos nativos.

Como os jesuítas eram homens de elevado grau de cultura, é natural que as ciências, principalmente Medicina e Matemática, fossem cultivadas. Nas reduções, os enfermeiros atendiam sob a coordenação dos padres Sigismundo Asperger⁶, que foi Cura da Missão de San Luis em 1744, e do Irmão Pedro Montenegro, dentre outros. Nesse sentido, em seu livro, *Missões: índios e jesuítas*, assim afirma Mansueto Bernardi:

(...) em tempos normais, os enfermeiros eram atendidos por visitantes domésticos denominados curuzuias, os quais percorriam todas as ruas da Missão, duas vezes por dia visitando os enfermos, levando remédios e alimento e provendo para que fizessem toda a assistência material e espiritual que fosse necessária. Havia de quatro a oito curuzuias em cada redução e assim se chamavam pelo fato de trazerem sempre consigo em suas visitas domiciliares uma cruz de dois metros de altura e grossa como o dedo polegar. Curuzuia quer dizer crucifixo, o que carrega a cruz. Quando necessários esses curuzuias eram também cirurgiões, arte que haviam aprendido com os irmãos leigos que entendiam de medicina (BERNARDI, 1966, p. 19).

Em cada Missão fundada, de acordo com as disposições reais, deveria ser construída uma casa para assistência aos enfermos com doenças graves. E, assim, no planejamento urbano, um pequeno hospital deveria constar. Nesse recinto, deveriam atuar: um cirurgião sangrador, um mayordomo e os enfermeiros (curuzuias). O padre Furlong comenta que, nas primeiras décadas do século XVII, havia hospitais nas reduções, que desaparecem no fim do século. Os hospitais só funcionavam em épocas de epidemia, como no surto de sarampo em 1638.

O padre Antônio Sepp afirmou que as construções destinadas aos hospitais não diferem das demais do povoado. Também ressaltou que a falta de higiene das casas dos índios dificultava o tratamento domiciliar.

Dentre as enfermidades mais comuns, entre os índios, podemos citar a pneumonia, tuberculose, varíola e sarampo. Além dessas,

6 - O padre Sigismundo Asperger, na Missão de San Luis, realizou um notável trabalho de administração, mas, sobretudo, na área da Saúde Pública. Ele e o Irmão Montenegro, segundo o padre Bartomeu Melià, foram os “pioneiros nas adaptações da farmacopéia nativa e das práticas curativas indígenas aos remédios e terapêuticas européias no século XVIII”. De seu estudo, foi publicado um compêndio chamado Tratado Breve de Medicina.

ainda havia outras como a anemia crônica, diarreia e ferimentos ocorridos por picadas de animais peçonhentos.

Na Missão de San Luis, dentre as edificações, não encontramos o hospital que deveria funcionar em uma residência junto às casas dos índios. O povoado não contava com médico e só enfermeiros índios atendiam os pacientes com o auxílio do padre, que tinha pleno conhecimento das técnicas de pronto atendimento de enfermos acometidos por diferentes moléstias, com destaque ao padre Asperger. Esses enfermeiros índios não tinham conhecimentos científicos, mas haviam desenvolvido, com a prática, a capacidade de diagnosticar e receitar medicamentos, avisando o Cura no caso de maior gravidade. O padre Antônio Sepp, era profundo conhecedor dos tratados médicos e, em épocas de epidemias nas Missões, passou a prescrever tratamentos eficazes, salvando muitas vidas.

A Missão de San Luis foi assolada, de 1762 a 1765, por uma epidemia de varíola. A população que contava com 4259 habitantes, no final da epidemia, em 1765, ficou reduzida a 2207 habitantes. Em três anos, San Luis perdeu cerca de 50% de sua população. Antes, em 1638, a primeira epidemia de varíola que assolou San Luis ceifou a vida de cerca de duas mil pessoas.

Sem conhecimento de medicamentos, o tratamento dos enfermos de varíola consistia, basicamente, em três procedimentos: resguardo, higiene e dieta. Em casos de epidemias, eram construídos galpões, situados fora da área urbana da Missão. Depois de debelada a epidemia, por motivos de segurança, o galpão e o mobiliário eram incinerados. Os mortos pela epidemia eram enterrados em local distante do cemitério da Missão. Passados cinco anos, os restos mortais eram levados até o cemitério, ao lado da Igreja e, solenemente, enterrados.

❁ Educação

Ao estabelecer uma nova redução, a Companhia de Jesus tinha como norma a criação de uma escola de primeiras letras dirigida às crianças e aos jovens indígenas. Todos os povos fundados na América espanhola foram beneficiados com essa determinação. E assim, em cada redução e, posteriormente, em cada Missão, a escola ocupava um lugar proeminente no cotidiano dos índios Guarani.

A educação não se limitava aos meninos, pois também as meninas, em turmas separadas, além do ensino de “ler e escrever”, ainda recebiam ensinamentos de educação doméstica. Os meninos, além de ler, escrever e contar, recebiam textos de fábulas e religiosos, os quais continham ensinamentos, considerados básicos para uma formação adequada.

Devido à escassez de livros, a leitura era feita nas cartilhas de autoria de Rispalde e Astete que foram de máxima aplicabilidade nas escolas, não só para os índios, como também para os filhos dos colonos. Essas cartilhas foram fundamentais na formação do hábito de leitura, já que muitos dos livros, além de escassos, ainda eram proibidos de circular por determinação do Santo Ofício.

A educação não era de caráter obrigatório, no entanto, os filhos dos caciques, do mayordomo e dos cabildantes recebiam aula todos os dias.

Quanto ao aproveitamento, o padre Cardiel comenta que os índios aprendiam com a maior facilidade todos os ensinamentos e, em especial, a língua espanhola e a latina. Durante todo o ciclo educacional, o aluno recebia aulas práticas de leitura em guarani e espanhol, conversação, interpretação de textos e aritmética.

Os jesuítas entendiam que, para haver uma unidade, além do ensino da língua espanhola, era necessário aprofundar o conhecimento da própria língua dos índios e, por esse motivo, foi dado à língua guarani um caráter importante até mesmo na tarefa evangelizadora. Essa língua foi aplicada nas ilustrações de livros da História Cristã. Também os padres, quando designados para a região missioneira, já dominavam o idioma dos índios, após um exaustivo estudo de vocábulos e de gramática.

Nas Missões jesuíticas, tanto o idioma espanhol quanto o guarani estavam presentes em todos os momentos, facilitando o processo de aprendizagem e auxiliando a propagação evangelizadora da Companhia de Jesus.

Dentre os materiais didáticos, além das cartilhas, catecismos e alguns impressos em tipografias locais, havia nas Missões o Caton, um livro escolar considerado texto oficial, não só das Missões, mas das escolas coloniais de modo geral, e também da Espanha. As cartilhas, destinadas ao ensino da leitura e dos números, e o catecismo eram usados nas escolas como material escolar fundamental na compreensão dos princípios da religião cristã.

Paralelamente ao ensino de “ler, escrever e contar”, como complemento da educação, eram oferecidas ao aluno de melhor aproveitamento, aulas especiais de artes e mecânica. A pintura, a escultura, a música e o canto eram as manifestações artísticas mais divulgadas entre os jovens. Charlevoix, historiador francês, disse que, nas escolas, os jovens índios aprendiam a cantar “lendo as músicas em partituras tão difíceis que poderíamos dizer que são cantores por natureza, como os pássaros”. O padre Antônio Sepp deu um impulso significativo à música nas Missões, principalmente nos Sete Povos, ficando muito impressionado ao perceber como os índios possuíam uma especial capacidade para o canto e para a execução de instrumentos musicais. Provavelmente a educação teve, na música, um suporte fundamental no desenvolvimento intelectual dos índios missioneiros.

Nas escolas, também à dança era dado um lugar de destaque entre as artes. Em todas as festas, os dançarinos alegravam o ambiente quando, em passos sincronizados, executavam, com maestria, várias danças de repertório espanhol. As danças não eram propriamente bailes vulgares e sua apresentação estava reservada para grandes festividades realizadas na Praça da Missão.

Quanto à educação, a Missão de San Luis, como as demais dos Sete Povos, seguia um código normativo de estudos chamado *Ratio Studiorum* estabelecido pela Companhia de Jesus para ser aplicado em todas as escolas fundadas pelos jesuítas.

Em San Luis, como em todas as povoações fundadas pelos padres da Companhia, a educação era um fundamental veículo, na propagação da doutrina cristã, e pilar de sustentação do projeto missioneiro de educar. A escola teve papel fundamental e dela saíram líderes (caciques), artistas, intelectuais, estrategistas e políticos (cabildantes) que marcaram os rumos da Missão, tornando-a uma referência entre as demais.

Na Missão de San Luis, as aulas eram ministradas na Igreja e no colégio, situado em salas do claustro, no primeiro pátio. Como era vedado o ingresso de mulheres e meninas no claustro, as aulas para elas eram realizadas no templo. Nem todos na Missão frequentavam a escola, pois isso não era obrigatório. Era feito um tipo de triagem direcionado de acordo com a aptidão de cada um. Os que não se adaptavam ao sistema educacional formal eram encaminhados às oficinas, ou às atividades agropastoris. Os que apresentavam um desenvolvimento intelectual mais elevado recebiam um substancial aprofundamento nos estudos de modo geral.

❁ A mulher missioneira

Apesar de a família guarani ser patriarcal por tradição, isso não significa que a mulher não tivesse importância na vida tribal, quando dividia as tarefas do cotidiano com os homens. Quando foram reduzidas pelos jesuítas, o patriarcalismo se tornou ainda mais evidente, porque a monogamia teve um caráter obrigatório, com a proibição do divórcio.

Com as normas editadas pela Companhia de Jesus, no aspecto social, as mulheres perderam parte de sua autonomia, quando ficaram privadas de uma série de prerrogativas. Na Missão de San Luis, oriundas de Concepción, as mulheres trouxeram a cultura cristã já enraizada e passaram essa herança para suas descendentes. Isso não significa que o regime patriarcal deixasse de existir, mas apresentava novas nuances.

A criação da menina era cercada de todos os cuidados na Missão e, a partir dos seis anos, esta era separada dos meninos e, na escola, além de conhecimentos gerais, recebia as normas de convívio social, educação doméstica e ensino religioso. Aos 12 anos, a menina ingressava como aprendiz em oficinas, como a de tecelagem e práticas diversas.

Aos 15 anos, o pai encontrava um jovem índio de 17 anos e, depois do consentimento do Cura da Missão, em cerimônia coletiva e tendo como local a Igreja, era realizado o matrimônio. Domingo era o dia escolhido para efetivar as núpcias e, em seguida, era oferecido um “churrasco” com músicas, danças e cantos. A comunidade presenteava os noivos com mantimentos, roupas e até mesmo com a residência onde iriam habitar.

Diversos autores afirmam que o casal tinha de três a quatro filhos que ficavam sob seus cuidados até os seis anos e a partir de então a criança passava os dias com os mestres: os meninos com os professores homens e as meninas com uma guardiã. À noite, retornavam à casa dos pais.

Após o casamento, a índia guarani tornava-se adulta e iniciava a vida conjugal. Além de cuidar dos filhos e executar o trabalho no amambá produzindo alimentos para o núcleo familiar exercia funções nas oficinas, principalmente a de tecelagem.

Na agricultura, a mulher realizava trabalhos que exigiam menor esforço físico. Além desses afazeres, outros de caráter doméstico eram diariamente executados. O descanso semanal ocorria aos domingos, durante todo o dia com rituais e festas religiosas.

Em seu estado de viuvez, a mulher passava a habitar o cotiguaçu em companhia de órfãos e de outras viúvas. Esse espaço de acolhimento era coordenado pela viúva mais idosa, que tinha também a função de cuidar dos órfãos. É importante ressaltar o trabalho intenso realizado pelas viúvas na comunidade e, especialmente, no cotiguaçu.

Na missão, as mulheres não frequentavam o claustro e jamais ficavam em companhia dos padres sem que houvesse também outras pessoas. Essa era uma determinação da Companhia de Jesus válida para todos os padres.



Mulher guarani fiando em um tear. Desenho do Padre José San-ches Labrador. A imagem acima foi publicada no livro “Misiones y sus pueblos de guraníes” de Guillermo Furlong.

Em San Luis, como de resto em todos os Sete Povos, apesar do trabalho incansável das mulheres, não temos conhecimento de que alguma delas tenha tido destaque nas artes, nas letras ou na política, mesmo sabendo do trabalho artesanal na confecção de finos tecidos como o tizú que, por sua beleza, encantava a todos e comprovava a

habilidade e o empenho das mulheres guaranis. Apesar de não terem obtido destaque e registros escritos sobre seu desempenho, elas tiveram muita participação comunitária e produção artesanal bem consistente como, por exemplo, os tecidos artesanais que produziam. As mulheres da Missão tinham papel relevante na vida religiosa, tanto no culto como nas tarefas inerentes à confecção de parâmetros religiosos.

✻ Arte

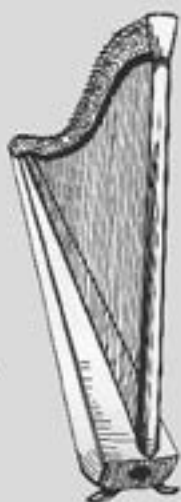
A arte foi cultivada em San Luis como agente de fé. Constantemente, padres e índios cantavam, esculpiam e executavam, com os mais variados instrumentos musicais, músicas sacras, compostas na Europa e nas Missões. A alma do índio da Missão foi tocada pela arte. Ainda hoje, contamos com uma significativa coletânea de esculturas, oriundas do tempo missional. A mais representativa, a do padroeiro São Luiz Gonzaga, apesar de ter sofrido, ao longo do tempo, uma visível degradação, ainda reflete toda a expressividade da arte barroca, externada por José Brasanelli, o escultor mais capacitado da Missão.



Escultura intitulada “Músico Pastor” publicada no Livro “Un paradis perdut” editado em Barcelona, Espanha.



ÓRGÃO JESUÍTICO DO SÉC. XVII



HARPA



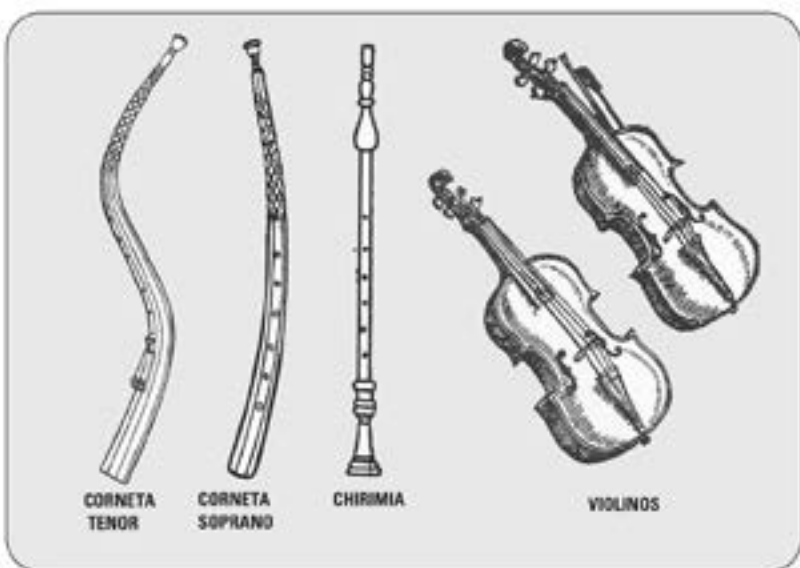
GUIARRA



FAGOTE
BARROCO



ESPINETA DO SÉC. XVII



Alegoria “Meninos Missioneiros” de Jorge Preiss, extraída do Livro Música nas Missões Jesuíticas no século XVII e XVIII, de Jorge H. Preiss.



Partitura da Missa de Zipoli, publicada na obra “História Social e Cultural” de Guillermo Furlon.

Todas as imagens expostas hoje na Igreja Matriz de São Luiz Gonzaga foram esculpidas em estilo barroco. Esse é um estilo de origem europeia que teve seu auge desde o século XVI ao XVIII e tinha como características o esplendor, a exuberância e o movimento. As imagens sacras foram esculpidas na oficina da Missão de San Luis, na sua maioria pelos índios, com o ensinamento de escultores jesuítas que os iniciaram nessa arte.

No acervo sacro da Missão, encontram-se, ainda hoje, treze esculturas, dentre as quais a de São Luiz Gonzaga, atribuída a José Brasanelli, denominado por pesquisadores como “o Michelângelo das Missões”, além de Santo Isidro, Santa Tereza de Ávila, Nossa Senhora da Conceição, Senhor dos Passos, São Francisco Xavier, São Francisco de Assis, Nossa Senhora das Dores, Santa Catarina de Siena, São João Batista, São João Evangelista, Senhor Morto e um Crucifixo, todos de madeira. Entre as imagens, além de São Luiz Gonzaga, chamam atenção, por sua beleza e plasticidade, as imagens de Santo Isidro, São João Batista e Crucifixo. Quando visitou San Luis, em 1938, Rosauro Tavares destacou a imagem do Senhor Morto, com a seguinte observação: “Ao pé do altar descansava o Senhor Morto, trabalho primitivo, mas de forte expressão”. E sobre a imagem de São João Batista menino, Ta-

vares ressalta sua beleza extraordinária, quando afirma: “Essa imagem também merece, como verdadeira joia que é, figurar entre as coleções mais célebres do mundo”. Sobre o Crucifixo, Tavares diz que é uma obra de arte “da mais acabada perfeição técnica que ele teve o ensejo de ver nas Missões”.

Já o escritor alemão Wolfgang Hofmann Harnisch, em visita a São Luiz Gonzaga no início da década de 1940 constatou que, na Igreja Matriz, o centro do altar-mor era ocupado pela imagem do padroeiro e, acima do altar, o Crucifixo da Missão, que chamou a atenção por seu acabamento, considerado por ele, como uma obra admirável.

As imagens da antiga Missão de San Luis, em número de dez, foram tombadas pelo Patrimônio Nacional em 11 de janeiro de 1984, e as que ainda não foram tombadas são o Crucifixo, São João Evangelista e São João Batista.

Além da escultura, notamos a beleza do barroco na arquitetura e na música, expressão máxima na tarefa evangelizadora. No fim do século XVII, grandes nomes da música, como o padre João Vaisseau e o irmão Luís Berger chegaram nas Missões e introduziram a música clássica. Nos Sete Povos, o grande difusor da música foi o padre Antônio Sepp que atuou nas Missões de São Miguel, São João e San Luis. Nas três Missões em que atuou, Sepp percebeu a facilidade no aprendizado da música pelos índios, que se tornaram exímios executores de qualquer tipo de instrumento. No Inventário de San Luis, encontramos arrolados harpas, violões, violinos, fagotes, cornetas, clarins, guitarras, órgãos e espinetas.

Domênico Zipoli, considerado o maior compositor da música sacro-barroca nas Missões, apesar de não ter conhecido os Sete Povos, era ouvido constantemente quando da execução de suas obras musicais. Zipoli instalou-se em Córdoba, Argentina, onde mais tarde veio a falecer, e lá compôs muitas músicas, das quais a mais célebre foi a Missa de Santo Inácio. As partituras desse compositor foram, em parte, encontradas na década de 1980, pelo padre estadunidense Clemens MacNaspy.

Outra manifestação da arte na Missão de San Luis foi o gosto pela dança. No Inventário, podemos constatar a exuberância do vestuário para os dançarinos. Foram arrolados 44 ternos compostos de calças, casacas e meias de seda, além de quatro jogos de vestes azuis e vermelhas com franjas de prata e diversos vestuários para as crianças,

todos com motivos de prata. Os dançarinos se apresentavam constantemente em dias de festa e nas visitas de autoridades, na praça ou na própria Igreja.

Na verdade, as manifestações artísticas estavam presentes no cotidiano do índio e nas oficinas de modo geral, e diariamente na fabricação de instrumentos musicais, vestuário, paramentos religiosos e fabricação de tecidos como a seda e o tizú. A própria arquitetura, rica em detalhes, e também o requinte das esculturas, dava à Missão um notável grau artístico. Os próprios sinos também podem ser arrolados como objetos de arte. A Missão de San Luis possuía treze acabados sinos que tocavam no campanário, ao lado esquerdo da Igreja. O padre José Peramás, em seu livro “*Platón y los Guaraníes*”, diz que “*os índios eram grandes artistas, manejavam seus ofícios com tanta destreza como os melhores europeus*”.

A arte, como instrumento de fé, se tornou essencial no processo civilizatório preconizado pela Companhia de Jesus, de tal forma que as Missões foram pródigas na formação de artistas, alguns ainda hoje conhecidos, como os musicistas Gabriel Quiri e Ernesto Paica, da Missão de São Miguel.

Depois de 1768, com a expulsão dos jesuítas, as danças, a música, o canto e todas as demais manifestações artísticas foram decaindo, inclusive a pintura, que entrou num processo de degradação e, hoje, existem poucos remanescentes dessa arte. Da Missão de San Luis, além dos santos que estão expostos na Igreja Matriz, a pia batismal e algumas colunas representam a pujança da arte de uma experiência que deu certo, mas que, infelizmente, teve seu curso interrompido ao longo do percurso histórico.

Remanescentes da Missão de San Luis:
Imagens, Pia Batismal e Coluna



Senhor Morto.



São Luiz Gonzaga.



Sant'Ana



Nossa Senhora da Assunção (Imaculada Conceição).



Senhor dos Passos.



Santo Isidro.



Santo Antônio.



São Francisco de Assis.



Nossa Senhora das Dores.



Santa Catarina de Siena (Santa Bárbara).



Crucifixo Missioneiro.



São João Evangelista.



São João Batista.



Pia Batismal.



Coluna.

A religião era o suporte da Missão e cabia a ela nortear a vida espiritual de seus habitantes, estando presente em todos os momentos de seu cotidiano. O trabalho evangelizador dos padres era constante, mesmo no período missioneiro, quando os índios já estavam cristianizados.

Na quaresma, período que antecedia a Semana Santa, os padres de uma Missão visitavam um povo vizinho, principalmente para não constranger os habitantes no ato da confissão. Todos os domingos, além da missa, os padres reuniam os índios para desenvolver uma série de práticas doutrinárias, sempre aguardadas por eles como algo muito importante em sua vida. A doutrina era ensinada às crianças de ambos os sexos nas igrejas, pois os padres não frequentavam a casa dos índios, a não ser para ministrar sacramentos, principalmente a extrema unção.

O batismo, um momento que sempre requeria grande solenidade, era praticado domingo à tarde, presidido pelo Cura que, junto com os acólitos (aqueles que ajudam nas celebrações), transformava a celebração em ato solene. O horário da prática religiosa (missa) era, no verão, às quatro horas da manhã e, no inverno, às cinco horas. Depois da missa, o padre tinha a tarefa de dar a extrema unção e participava da encomendação e dos enterros. A tarde era dedicada às crianças e aos ensinamentos da doutrina. No final do dia, era realizada uma missa para encerrar a liturgia diária.

Onze vezes ao dia era tocado o sino. No campanário da Missão de San Luis, os sinos anunciavam diariamente, desde o chamado para a celebração na Igreja, até o trabalho temporal.

O Inventário da Missão de San Luis nos dá uma dimensão do papel da religião no cotidiano dela. O rol inventariado dos paramentos, ornamentos e utensílios destinados à liturgia, é algo impressionante por sua riqueza. Os ornamentos foram divididos em brancos para o altar, e vermelhos, roxos, verdes e negros para os paramentos.

Entre os ornamentos brancos são destacados um terno completo de tecido de seda entrelaçado com fios de ouro ou prata, chamado tizú entre os índios, que era composto de casula, estolas e maní-

pulos e guardanapo para o cálice. Já entre os vermelhos, encontramos elementos de tafetá e brocado; e os roxos eram todos de brocado, e tafetá com guarnição de prata; dos ornamentos verdes, as capas, casulas e estolas eram confeccionadas de brocado acompanhado de guarnição de seda; e os ornamentos negros para a liturgia de ritos fúnebres eram feitos de brocado de ouro, guarneceados com outros componentes brancos, todos bordados com fios de ouro e guardanapos de seda bordados com pedraria.

Além desses adereços, outros ligados à religião nos chamam a atenção por sua beleza e requinte. Grande número de roupas brancas e outros objetos foram levantados no Inventário, como alvas de cambraia, com motivos florais, com crivo e rendas, sobrepelizes e toalhas de finíssimos tecidos. Além disso, havia numerosos utensílios móveis, como cadeiras para os deficientes, forrados de tecidos carmesim, cadeiras douradas para o culto, campainha, tapetes, lâmpadas douradas, incensórios de prata, toalha para o altar, docel, manuais para o rito, bandeiras, cortinas, além de diversos utensílios e imagens sacras. Ainda para o culto, vários instrumentos musicais como chirimias, harpas, violões, violinos, fagotes, cornetas, clarins, guitarras, espinetas e órgãos de tubo compunham todo o aparato para expressar a religiosidade do índio. A música sacra era entoada em todos os momentos da vida na Missão. Nos rituais, a música, especialmente a sacra, tinha um papel fundamental, cuja erudição encantou os estudiosos. Quando às partituras, como as de Domênico Zipoli, passaram a ocupar um papel relevante na música barroco latino-americana.

Uma das celebrações mais festejadas pelos índios ocorria durante a Semana Santa, mais precisamente no anoitecer de sexta-feira, quando, em procissão, lembravam a morte de Jesus. Em San Luis, tal celebração ocorria mesmo depois do término do período missioneiro. Em visita às Missões em 1875, o historiador Hemetério Velloso da Silveira, deixou à posteridade uma narrativa valiosa sobre a procissão do Senhor Morto e um momento em que os índios entoavam um cântico cuja origem remonta à antiga Missão, chamado Cristo Nhandedjara. No livro *“As Missões Orientais e seus antigos domínios”*, está a versão original em guarani e a tradução em língua portuguesa que apresentamos a seguir:

Passio Domini Nostri Jesu Christi

Christo Nhandejara, comi borara acuera y quatiá pirera

Nándemonangara.

Christo Nhandejara. (bis)

Conde, guarepoti, yocuá acuera,

Nándemonangara yocuá pirera.

Ah! Christo Nhandejara.

Conde, tatáhendê, hecá hecá acuera,

Nándemonangara hecá hecá pirera.

Ah! Christo Nhandejara.

Conde, êbaté ynembohi acuera,

Nándemonangara, ynembohi acuera.

Ah! Christo Nhandejara.

Conde, poreru, abapetô acuera,

Nándemonangara, abapetô pirera,

Ah! Christo Nhandejara.

Conde quicé pocú, San Pedro nhambi porú acuera,

Nándemonangara, nhambi porú acuera.

Ah! Christo Nhandejara.

Conde, uruguassú, San Pedro mboyehi acuera,

Nándemonangara, mboyehi acuera.

Ah! Christo Nhandejara.

Conde noati ynacacutú acuera,

Nándemonangara, ynacacutú pirera.

Ah! Christo Nhandejara.

Conde, tucumbó, ypocuá acuera,

Nándemonangara, ypocuá pirera.

Ah! Christo Nhandejara.

Conde, coluna, ynapité acuera,
Nándemonangara, ynapité pirera.
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, azote, ynapuá acuera,
Nándemonangara, ynapuá pirera.
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, aomiri hobá hici acuera,
Nándemonangara, hobá hici pirera.
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, curuzu, ymbobohy acuera,
Nándemonangara, ymbobohi pirera.
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, itapé ymbocuá pii acuera,
Nándemonangara, ymbocuá pii pirera.
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, calis Pilatos, yepohei acuera,
Nándemonangara, Pilatos ypoché pirera.
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, martello, ypombatá acuera,
Nándemonangara, ypombatá pirera.
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, aobey ymenegnay acuera,
Nándemonangara, ypombatú pirera.
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, camisa, ymadê acuera,
Nándemonangara, ymadê pirera.
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, tapiquá, ypocatú acuera,
Nándemonangara, ypocatú pirera.
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, vinagre, ymboyú acuera,
Nándemonangara, ymboyú pirera.
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, cuimbucú, ichequerece acuera,
Nándemonangara, ichequerece pirera.
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, tenaza, hecuhecu acuera,
Nándemonangara, hecuhecu pirera.
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, yepicá herechii acuera,
Nándemonangara, herechii pirera.
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, sepuchro, ynatui acuera,
Nándemonangara, ynatui pirera.
Ah! Christo Nhandejara.

O Autor usou a tradução feita por Manoel Maria de Castilho, cônsul do Paraguai. Os primeiros versos são cantados a duo e o último, em coro.

A Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo

Tradução livre

Cristo, Senhor nosso,
Livrai-nos Senhor,
Dos nossos pecados,
Ai! Cristo, Senhor nosso. (bis)

Eis aí as tochas,
Com que Te buscaram
Os cruéis judeus
Por nossos pecados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí a espada,
Com a qual São Pedro
Tentou defender-Te Dos cruéis judeus.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí as algemas,
Com que Te prenderam
Por nossos pecados
Os cruéis soldados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí a estrada,
Por onde Te levaram
Os cruéis soldados
Por nossos pecados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí a mão,
Com que Te esbofeteou
Um cruel soldado
Quando estavas preso.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí o galo,
Que anunciou a Pedro
Recordando quando
Te negou três vezes.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí a coluna,
Onde foste atado
Por nossos pecados
Onde foste atado.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí as cordas,
Com que amarraram
Tuas mãos divinas
Por nossos pecados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí o instrumento,
Com que Te açoitaram
Por nossos pecados.
Com que Te açoitaram
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí a pedra,
Em que Te assentaram
Os cruéis judeus
Por nossos pecados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí o manto,
Com que Te cobriram
Para escarnecer-te
Por nossos pecados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí a cana,
Que em Tuas mãos puseram
Por nossos pecados
Em Tuas mãos puseram.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí os espinhos,
Com que Te coroaram
Por nossos pecados
Os cruéis soldados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí o jarro,
Com o qual Pilatos
Suas mãos lavou
Para condenar-te.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí a toalha,
Com a qual limparam
Teus suores frios
Por nossos pecados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí a túnica,
Que te arrancaram
Os cruéis soldados
Por nossos pecados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí a cruz,
Onde Te pregaram
Por nossos pecados
Te crucificaram.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí o martelo,
Com que martelaram
Ferindo-Te os cravos
Por nossos pecados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí os cravos,
Com que Te pregaram
Os pés e as mãos
Por nossos pecados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí o vinagre,
Que a beber Te deram
Estando na cruz
Por nossos pecados
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí a lança,
Com que Te feriu
Já morto na cruz
O cego soldado.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí as tenazes,
Com que Te arrancaram
Dos pés e das mãos
Os agudos cravos.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí o sepulcro,
Onde foi encerrado
Teu sagrado corpo
Por nossos pecados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Outra celebração religiosa importante na Missão era o Dia do Padroeiro. Essa celebração, ocorria no dia 21 de junho, quando era assinalado o falecimento de Luiz Gonzaga. Quando foi fundada a Missão e escolhido o nome do padroeiro, Luiz Gonzaga era Beato desde 1605 e, portanto, não ostentava ainda o título de Santo, pois a canonização ocorreu apenas em 1726. No fim do século XIX, o historiador Hemetério Velloso da Silveira, em sua obra *As Missões Orientais e seus antigos domínios*, registra, nas ruínas da Igreja, uma coluna datada de 1718 que se refere a São Luiz com a escrita *Beate Aloysii, Ora Pro Nobis*. Luiz Gonzaga significava tanto para a Companhia de Jesus que, antevendo sua futura canonização, esta já nomeara a Missão com o nome de San Luis.

Hemetério cita que, além da coluna sobre São Luiz Gonzaga, na Igreja havia várias outras onde se podia ler, do lado da epístola, uma ladainha aos santos, como o que segue:

Pilastra 1 – San Pablo Ermitano. Ora por nosotros.

Pilastra 2 – San Antonio de Padova.

Pilastra 3 – Santas Onze mil virgens. O.P.N.

Pilastras 4 e 5 – Inscrições ilegíveis.

Pilastra 6 – San Rafael. O.P.N.

Pilastra 7 – Inscrição destruída.

Pilastra 8 – San Miguel Arcanjel O.P.N.

Pilastra 9 e 10 – Foram destruídas com a parede intermediária.

Do lado do Evangelho só existia:

Pilastra 5 – com letras S.E.K.O.P.N.

Pilastra 8 – Sancte Gabriel. Ora Pro Nobis.

Pilastra 9 – San Leandro. Ora por nosotros.

Pilastra 10 – San Silvestre. Ora por nosotros.

O Tratado de Madrid: 1750 – 1756

O Tratado de Madrid, celebrado entre Portugal e Espanha em 1750, selou o destino das Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul. Por esse Tratado, Portugal entregaria a Colônia do Sacramento à Espanha e, em contrapartida, os Sete Povos passariam ao domínio de Portugal.

Um fato interessante e que deve ser registrado é o desconhecimento por parte dos contratantes de que realmente seria esse o conglomerado de povos a que se referia o Tratado. Quando se refere aos Sete Povos, Alexandre de Gusmão, um dos principais negociadores do Tratado, dizia tratar-se de “sertões inúteis e incertos”, desconhecendo que ali habitavam cerca de 30 mil indígenas aldeados e aculturados, vivendo em harmonia e usufruindo o conhecimento da cultura europeia.

Pelo artigo 16º do Tratado de Madrid, ficou estabelecido que os habitantes das Missões teriam liberdade de escolher seu próprio destino, isto é, poderiam optar pela permanência no território, agora sob o domínio português, ou emigrar para o lado ocidental do rio Uruguai. Não obstante, quando os encarregados da demarcação receberam instruções, essa liberdade foi totalmente omitida. Sabemos que, quando o Tratado tomou forma, as instruções eram outras, bem mais incisivas: os índios e padres das Missões que compunham os Sete Povos deveriam ser transferidos para outras terras sob o domínio espanhol.

Quando o Tratado se tornou público, começaram os protestos tanto na Espanha quanto em Portugal e suas respectivas colônias. Os padres espanhóis da Companhia de Jesus protestaram com veemência ao Vice-rei do Peru, alegando o patrimônio que a Espanha estava entregando a Portugal. Além disso, alertavam para a iminente luta entre os índios e as tropas de demarcação dos limites propostos pelo Tratado.

Apesar dos protestos, o Tratado de Madrid deveria ser cumprido e, para a execução das tarefas, foram nomeados dois comissários, o da parte de Portugal, Gomes Freire de Andrade, e o da Espanha, Marquês de Valdelirios. O governo de Portugal e o da Espanha comunicaram ao Geral da Companhia de Jesus que determinasse aos missionários a retirada dos índios e padres dos Sete Povos. O Geral da Companhia, padre Francisco Retz, escreveu ao Provincial do Para-

guai, padre Emmanuel Quirini, pedindo que os padres dos Sete Povos entregassem as Missões aos comissários para deliberarem sobre a retirada. O padre Quirini recebeu a carta em 1751 e convocou os mais antigos missionários para uma reunião, na qual os participantes concluíram que, como não havia um território definido para abrigar as populações que habitavam os Sete Povos, o mais correto seria esperar a chegada dos comissários, Gomes Freire de Andrade e Marquês de Valdelírios. Essa resolução, cujos portadores foram os padres Arroyo e Gervasone, foi enviada à Espanha.

Com a morte do padre Retz, o padre Visconti foi eleito Geral da Companhia que, imediatamente, remeteu carta ao novo provincial, padre José Barreda com ordens expressas de ir às Missões Orientais do Uruguai e persuadir os índios à emigração. Na ocasião, o padre Mathias Strobel foi nomeado Superior das Missões e assumiu o cargo por um período, sendo, em seguida, substituído pelo padre Bernardo Nusdorffer.

No dia 3 de março de 1752, o padre Nusdorffer iniciou viagem às Missões para aconselhar os índios sobre a necessidade de acatar as determinações e o cumprimento do Tratado. De início, o padre Bernardo conseguiu certo êxito nessas visitas, pois servira como Cura na Missão de San Luis de 1730 a 1734 e conhecia a região dos povos e a personalidade dos índios missioneiros.

Tudo caminhava a bom termo, quando o padre Jesuíta, Luis Altamirano, que vinha com todos os poderes em relação aos povos e índios das Missões chegou a Buenos Aires com os comissários de Espanha e Portugal. O padre Altamirano possuía poderes superiores ao padre Barreda, Provincial do Paraguai.

Já de início, o padre Altamirano enviou ao padre Bernardo uma cópia da carta dirigida ao Ministro de Espanha, Carvajal, na qual afirmava que pretendia levar os índios a se retirarem das Missões com risco da própria vida, se fosse o caso.

Os padres missioneiros alegavam que havia necessidade do plantio, o que não convenceu Altamirano que concedeu apenas três meses para a retirada dos índios das Missões. Os padres dirigiram-se ao Rei de Espanha pedindo que fosse aumentado o prazo para cumprimento total dessa decisão. Enquanto isso, a agitação nas Missões tomava proporções alarmantes. O padre Carlos Tux, cura da Missão de São Nicolau, escreveu ao padre Bernardo informando-lhe sobre a

quase impossibilidade de dominar os índios. Em sua carta, declarou que um deles assim se expressara: “Os nossos pais deixaram-vos entrar em nosso país, agora querem nos expulsar”. Na mesma carta, Tux informa que, dos quarenta e cinco caciques, somente três votaram pela emigração. Em 7 de novembro de 1752, o padre Bernardo Nussdorffer expediu uma carta aos missionários determinando a saída imediata dos índios, pois o prazo não fora prorrogado.

Nesse ínterim, Altamirano resolve vir às Missões, e chega a Santo Tomé (Argentina) em setembro de 1752. De imediato, entrou em contato com o Marquês de Valdelírios, relatando o estado de ânimo dos índios. Altamirano convoca uma reunião em Santo Tomé, na qual emite ordens expressas para os missionários retirarem os índios imediatamente. Suas determinações, no entanto, não foram bem recebidas obrigando-o a retornar a Buenos Aires. Em 1753, o padre Altamirano tenta entrar em Santo Tomé, mas não consegue seu intento devido à ação dos índios que o impediram disso.

O padre Altamirano não atende à manifestação dos índios e vai até a redução de Concepción e resolve escrever uma carta ao Cura da Missão de Santa María de Fé (Argentina). A carta não chegou ao seu destino e foi desviada ao Cura de São Nicolau em 7 de setembro de 1753, que a entregou ao corregedor da Missão de San Luis. Este, à frente de uma pequena tropa, apoderou-se da carta e a queimou, como sinal de protesto diante das tentativas de persuasão encetadas pelo padre Altamirano que tentava obter o apoio das Missões situadas no lado ocidental do rio Uruguai. Foi a segunda reação dos índios da Missão de San Luis, contra as iniciativas dos espanhóis para forçar a saída dos índios do território dos Sete Povos. Antes desse acontecimento, em 18 de julho de 1753, os índios da Missão enviaram a José Andonaegui uma carta na qual expunham seu desagrado ante a iniciativa dos demarcadores e do padre Altamirano, de forçar a saída dos índios da “terra onde nascemos e nos criamos e nos batizamos e assim só aqui gostaríamos de morrer”. A carta foi enviada em nome do Cabildo e dos caciques da Missão de San Luis.

A seguir a carta na íntegra:

Carta do povo de San Luis ao Governador de Buenos Aires, José de Andonaegui. San Luis, 18 de julho de 1753.

Bendito e louvado seja o santíssimo Sacramento. Senhor Governador: Dizemos-te, em nome de Deus, todos os caciques de San Luis, o cabildo e também até as crianças inocentes, que gozes de muito boa saúde. Recebemos já a tua carta em nossas mãos e, tendo-a lido, nos humilhamos a Deus só e também ao santo Rei; porque esta tua carta nos entristeceu muito e nos deixou muito pensativos. Também o mudar-nos é muito difícil para nós, e também a guerra, porque não fica bem que nós todos cristãos pertencentes a Deus pelejemos uns contra os outros. Nós não fizemos mal algum ao Santo Rei, portanto não necessitamos de guerra; mas se vierem para encontrar-nos e buscar-nos, vingaremos a nossa pobre vida.

Nós, os de San Luis, estando ao par de que nos mudássemos, fomos a uma terra muito longínqua, cumprindo a vontade de nosso santo Rei: tendo ido duas vezes todos nós nos cansamos muito e perdemos todos os nossos bens; mas não gostando os caciques e os índios juntamente, e não querendo os infiéis Charruas e Minuanos que fundássemos naquela terra dizendo-nos: “não há terra para vós que não tenha dono, não fez agora Deus nosso Senhor as Terras para vós, se quereis entrar nelas há de ser com guerra e à ponta de lança: voltamos ao nosso povo e nos ficamos, não havendo mais terra que se possa buscar. Vês aqui como temos andado para cumprir a vontade do Rei. Portanto só nos humilhamos a nosso santo Rei e lhe pedimos que, segundo o que se nos tem oferecido como a vassalos seus, nos mantenha em nossa terra onde nos criamos, porque tu, senhor Governador, estás constituído para cumprir a vontade de Deus e do Rei. Por tanto em nome do nosso Rei, faze-nos justiça, por-

que não fica bem que tu faças guerra contra nós, uns pobres índios cristãos. Nem tão pouco está bem que apartes e tire de nós os padres da Companhia de Jesus, nossos santos mestres, porque a estes o mesmo filho de Deus Padre, Jesus Cristo, desde antigo no-los deu a nós.

Portanto, já te avisamos o que executamos, e temos pedido que não nos tires de nossa terra, antes sim que nelas nos estabeleças e confirmes. Porque nós pobres índios, sempre que tem havido um mandato de nosso Rei o temos cumprido: sempre que mandou que desçam soldados à Colônia temos ido: se disser: estejam todo um ano inteiro no Paraguai, e o temos cumprido, mostrando sempre que somos vassalos de nosso Rei. Mas agora temos este aviso tão difícil e desagradável de mudar-nos que nos tira do juízo e dizemos: Pois que, assim nosso Rei santo depois de termos cumprido muito bem seus mandatos, nos quer tirar de nossa terra, nos quer perder e nos quer acabar?

Embora não queiramos a guerra, mas se a houver só dizemos aos nossos: Preparem-se só para ela, componhamos bem as armas, busquemos nossos parentes que nos hão de ajudar, e confiando em Jesus Cristo nosso ajudador dizemos: Salvemos nossas vidas, nossa terra e nossos bens todos, porque não nos convém que com a mudança fiquemos pobres e afligidos em vão, nem que nos percamos em vão por esses campos, pelos rios e água, e por esses montes. E assim dizemos que aqui só queremos morrer todos se Deus nos quer acabar, nossas mulheres e filhos pequenos juntamente. Esta é a terra onde nascemos e nos criamos e nos batizamos e assim só aqui gostamos de morrer. Este é só nosso pensamento; e Deus, senhor Governador, te conceda sempre boa saúde. Aos 18 de julho de 1753 anos. Isto é o que dizem os caciques e todo o Cabildo⁷.

7 - A carta foi publicada na íntegra no livro de Aurélio Porto (1954).

Indignado com a resistência dos índios e por julgar que os missionários tinham culpa, o padre Altamirano escreveu de Buenos Aires ao Superior da Companhia de Jesus: “Os missionários opõem-se à execução do Tratado, apelando para a piedade do Rei e declarando o Tratado ofensivo ao direito divino e humano”⁸. Continua em sua carta afirmando que “os índios já teriam emigrado se os padres quisessem seriamente, os missionários têm inteira culpa da revolta e da má-fama da Companhia”⁹.

Em agosto de 1752, o padre Altamirano determinava que os missionários queimassem toda a pólvora existente nas Missões e proibissem a fabricação de armas e que, se os índios não saíssem até o dia 15 de agosto, “quebrassem os vasos sagrados e abandonassem as Missões, levando apenas o breviário”. Afirmava ainda que, se os missionários não acatassem suas ordens, seriam demitidos da Companhia. Altamirano foi o algoz dos padres da Companhia de Jesus nessa fase demarcatória, levando o Marquês de Valdelírios, contando com a pronta saída dos índios e missionários dos Sete Povos, a oferecer as Missões a outras ordens religiosas, que recusaram o oferecimento.

Em 24 de março 1753, os portugueses chegaram à Capela de Santa Tecla, Estância de São Miguel, encontrando alguns índios armados que não permitiram a passagem deles. Os portugueses retiraram-se, então, para a Colônia do Sacramento, informando aos espanhóis os motivos da retirada. Em 26 de março de 1754, o Marquês de Valdelírios, José de Andonaegui e Gomes Freire de Andrade combinaram as operações militares e, dia 21 de maio, Andonaegui rompeu a marcha seguindo, ao longo do rio Uruguai, em direção a São Borja. Gomes Freire deveria atacar a Missão de Santo Ângelo, mas assinou um armistício retrocedendo para Rio Pardo, enquanto, em sua marcha, Andonaegui matou 270 índios e aprisionou outros 72.

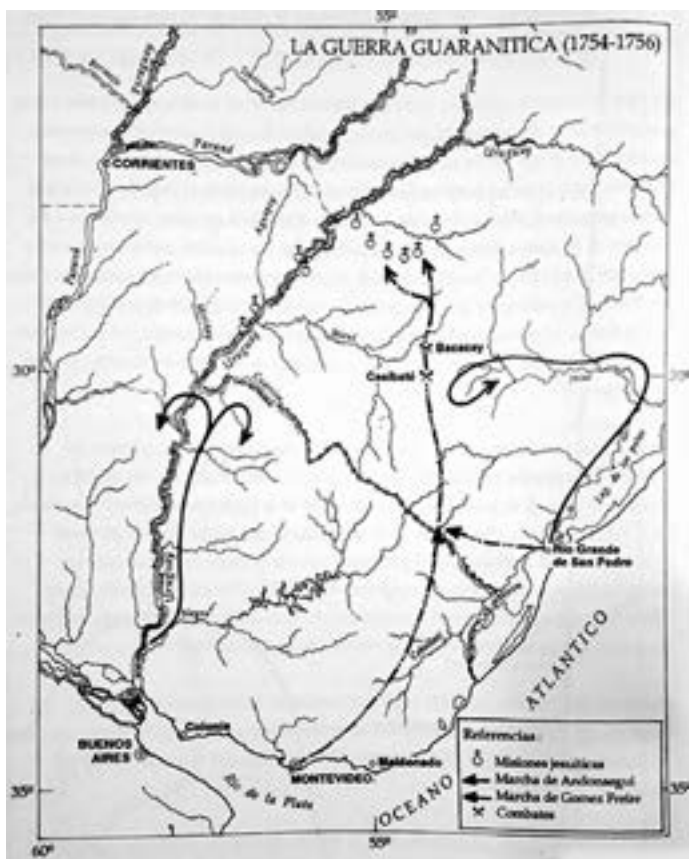
Somente em dezembro de 1755 as expedições de Gomes Freire de Andrade e Andonaegui marcharam novamente em direção às Missões. A tropa espanhola era composta de 1670 soldados e a portuguesa, de 1600. Os índios conseguiram mobilizar 1350 guerreiros, dentre os quais vários eram da Missão de San Luis. A 22 de janeiro de 1756, partiram ao encontro dos soldados da comissão demarcatória. A 7 de fevereiro, 200 índios enfrentaram as tropas de Andonaegui que, revidando o ataque, os colocaram em fuga. Nesse encontro, sucumbiu

8 - J. B. Rafkmaier S. J. em *A conquista portuguesa no RS*, 1912. Almanaque.

9 - Idem.

José Tiaraju, corregedor da Missão de São Miguel e comandante das tropas juntamente com Nicolau Neenguiru. No dia 10 de fevereiro, o exército dos índios foi derrotado definitivamente na Batalha de Caiboaté.

A 17 de maio do mesmo ano, as tropas demarcadoras entraram na Missão de São Miguel e um dos oficiais, surpreendido pela grandeza do que via, disse: “É este um dos povos que nos mandaram entregar aos portugueses? Deve estar louca essa gente de Madrid, de entregar aos portugueses uma povoação que não tem igual em todo o Paraguai”.



Mapa sobre a Guerra Guaranítica extraído do Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes: Argentina, Paraguay y Brasil de autoria de Ernesto Maeder e Ramón Gutiérrez.

Estarrecidos, quando viram as tropas portuguesas e espanholas entrando na Missão de São Miguel, os índios fugiram lançando o pânico entre os habitantes dos outros povos. Em São Lourenço, o Cura da Missão, padre Lorenzo Balda, juntamente com os padres Lourenço Ovando, Cura de San Luis e Tadeo Henis, lançaram a ideia da transmigração para outras reduções situadas no lado ocidental do rio Uruguai. Alguns índios aceitaram, mas a maioria preferiu ficar nas Missões mesmo que muitos deles procurassem refúgio nos bosques que circundavam os povos. O padre Balda e o padre Henis foram, posteriormente, atacados pelo Marquês de Pombal e, assim como todos os demais jesuítas, sofreram uma perseguição terrível.

Em novembro daquele ano, o general Pedro de Cevallos com uma tropa de mil soldados chegou a Buenos Aires para substituir José Andonaegui e, sendo mal recomendado pelo Marquês de Valdelírios, ambos partiram rumo às Missões. Chegando a São Borja, Cevallos escreveu ao Ministro espanhol, Ricardo Wall, colocando-o a par de tudo o que ocorrera nas Missões nesse período e isentando os padres da Companhia de Jesus de qualquer transgressão. O ministro Wall, inimigo declarado dos jesuítas, não acatou as determinações e ordenou que se fizesse um rigoroso inquérito sobre a culpa dos padres das Missões. Para avaliar todo o peso da atuação de Wall, é preciso notar que ele queria ver, por força, os jesuítas na situação de culpa e que Cevallos, inocentando os padres, colocava em risco seu próprio posto, encarregado por Wall de fazer uma verdadeira devassa na atuação jesuítica quando da ação no tratado de Madrid. Valdelírios procurou denegrir os padres da Companhia que atuavam nas sete Missões, chamando-os, em uma carta enviada a Wall, de 15 de novembro de 1756: “os jesuítas são os mais ladinos e hipócritas do mundo”. Afirmava, a seguir, que os padres da Companhia “quebram os mais santos juramentos quando seu interesse o exige”. E, na mesma carta, Valdelírios recomendava: “Aos padres da Companhia Vossa Senhoria não há de admitir nem ouvir petição deles, quer escrita quer oral, na suposição certa de que todas as suas propostas são capciosas”.

Pode-se perfeitamente imaginar a situação de Cevallos perante o ministro espanhol. Em 1760, Cevallos escreveu novamente a Wall, afirmando categoricamente: “Por todos os documentos que remeti a Vossa Excelência parecem ficar demonstradas evidentemente como falsas as afirmações que o Marquês de Valdelírios tem tentado imputar

aos jesuítas dessa província”. Mais adiante, afirma: “pelos documentos e cartas despachadas e pelas respostas que escrevi às cartas de Valdelírios, Vossa Excelência conhecerá ser tudo o que escreveu e divulgou contra esses religiosos um tremendo enredo de embustes”.

Tanto Portugal como Espanha já não tinham interesse em concluir o Tratado de Madrid. Lisboa, com o erário quase vazio, não pôde continuar dispensando recursos na resolução final da linha demarcatória, o mesmo ocorrendo com Madrid.

Aos índios transmigrados, porém, comunicaram que poderiam voltar às suas Missões, pois seu Rei já não precisava delas e os portugueses já não as queriam. Gomes Freire de Andrade regressou ao Rio de Janeiro e, na última conferência com Cevallos, suspenderam todo o procedimento até uma nova vinda, o que jamais se realizou.

Qual foi a reação dos índios diante da atitude dos demarcadores de limites? De início, ficaram surpreendidos com tanta incoerência que não podiam entender. Onde estavam os espanhóis representados por Valdelírios, Altamirano, Andonaegui e tantos outros que aqui chegaram e desprezaram sua lealdade ao Rei de Espanha? Onde estavam os portugueses de Gomes Freire que tanto lutaram para conseguir o território e agora avisavam que não o queiram mais? Sem nada entender, muitos tornaram-se errantes, cansados da guerra, dominados pela fome e voltaram, pouco a pouco, às Missões. No entanto, o que encontraram era bem diferente de tudo aquilo a que estavam acostumados. Agora os Sete Povos das Missões eram apenas uma lembrança de todo o seu esplendor, o silêncio dominava sua paisagem e poucos testemunharam sua decadência.

✿ A repercussão entre os índios

(A transmigração do povo de San Luis e a atuação dos índios na Guerra Guaranítica: análise do Relatório do padre Bernardo Nusdorffer (1752-1754) e do Diário do padre Tadeo Henis) (1754-1756)

Entre os documentos da história da Missão de San Luis, fundada em 1687, dois até então desconhecidos da história local têm relevância fundamental na análise de fatos que envolvem a ação dos índios da Missão diante da execução do Tratado de Madrid.

A documentação está composta pelo relatório do Superior das Missões, padre Bernardo Nusdorffer, ex-Cura da Missão de San Luis e o Diário do também ex-Cura da Missão, Tadeo Henis. Ambos são documentos valiosos, o primeiro está arquivado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na seção de manuscritos da Coleção De Angelis, e o segundo, no Archivo General de Simancas, na Espanha.

O relatório do padre Bernardo Nusdorffer representa, com retidão e detalhes, a visão da Companhia de Jesus sobre o processo, preconizado pelo Tratado de Madrid, da troca dos Sete Povos pela Colônia do Sacramento entre Portugal e Espanha.

Em seu relatório, o padre Bernardo narra a visita que fizera em 14 de março de 1752, à Missão de San Luis, e que, inquirido pelos índios sobre a possibilidade de mudança da Missão para o lado ocidental do rio Uruguai em local entre os rios Paraná e Uruguai próximo a Yapejú e La Cruz, alertou-os sobre o fato de que os habitantes de Concepción também mostraram interesse pelo mesmo local. Na verdade, os concepcionistas queriam construir ali a sua estância.

No relatório, o padre Bernardo alerta os luisistas sobre os laços afetivos que os uniam aos concepcionistas, aos quais ele chama parentes e, por esse motivo, a intenção de mudança para o local ficou sem definição. Depois dessa solicitação ao padre Bernardo, um grupo de índios da Missão de San Luis, com apoio dos índios de Yapejú, que conheciam a região, foram até local pretendido. Os índios de Yapejú orientaram os de San Luis sobre as boas condições do local, considerando-as ideais para a prática de atividades agropastoris. Além disso, o local ficava próximo a um afluente do rio Uruguai, o rio Myriñai.

Em sua narrativa, o padre Bernardo conta que os índios charruas visitavam o local com certa frequência, pois ali abrigavam cavalos selvagens que, depois de domados, eram utilizados para o transpor-

te e, muitas vezes, abatidos como fonte de alimentação. Constatando essa realidade, o padre Bernardo alertou para o perigo que os índios de San Luis corriam.

Em 28 de novembro de 1752, parte dos índios da Missão de San Luis, sob a guarda do padre Fleischauber, inicia a transmigração, mesmo sabendo de todas as adversidades. Quando chegam na entrada da Missão de La Cruz, o cacique Charrua Gaspar Possezo avisou os índios de San Luis que sua entrada no local escolhido não seria permitida. O cacique alega que já havia entrado em acordo com o padre Bernardo e o Cura de Yapejú sobre a impossibilidade de ocupação do local, sob pena de ocorrer um conflito armado com os charruas. Os índios de San Luis, inconformados, pedem ajuda aos de Yapejú na luta contra os charruas, pedido negado pelos Yapejuanos.

Os luisistas tentaram negociar com os charruas, alegando sua fidelidade ao rei de Espanha, porém o cacique, D. Gaspar, aconselhou os índios de San Luis que procurassem uma terra sem guerra para viver.

O padre Fleischauber, que acompanhava os índios de San Luis, solicitou aos padres de Yapejú que entrassem em contato com o padre Comissário de San Tomé que, conhecedor da situação, foi imediatamente a La Cruz verificar o que acontecia e, de pronto, solicita ajuda militar a Santa Fé para fazer a segurança dos índios de San Luis. Ao mesmo tempo, ordenou que cinquenta índios de La Cruz e duzentos de Yapejú, deveriam se unir aos luisistas.

Em 1º de dezembro de 1752, o padre Fleischauber e os índios receberam o padre Bernardo. O fato de o padre Bernardo, Superior das Missões, ter se deslocado até La Cruz, demonstra a importância da jornada dos índios de San Luis no caminho da transmigração. A Missão de San Luis foi a primeira que tentou transmigrar, obedecendo determinações do Tratado de Madrid. Devido ao impasse que se avizinhava, resolveram retornar para seu lugar de origem, no entanto, foram convencidos pelo padre Bernardo a permanecerem em La Cruz, enquanto era negociada a paz com os charruas.

A 1º de dezembro de 1752, foi feito um acordo com os charruas. A Companhia de Jesus deu-lhes tabaco, erva-mate, tecido e víveres para que aceitassem a permanência dos índios de San Luis no local escolhido. Para surpresa geral, os luisistas empreenderam marcha para San Tomé e, de lá, retornaram para San Luis.

O padre Bernardo Nusdorffer acompanhou os índios em seu retorno, tentando, no entanto, convencê-los de transmigrar, mas eles recusaram, de forma veemente, essa oferta.

Em meados de janeiro de 1753, os índios de San Luis, atendendo aos apelos do padre Bernardo, transmigram pela segunda vez para o local que haviam recusado anteriormente. Em 19 de janeiro, chegaram a San Tomé com os padres Fleischauber e Nusdorffer numa caravana de 127 índios em 26 carretas. Levavam 150 bois e víveres diversos. No dia 27 de janeiro de 1753, chegaram em La Cruz e, no dia 29, em Yapejú, onde solicitaram 100 índios Yapejuanos para fazer a segurança da caravana.

Dia 2 de fevereiro saíram em direção a uma localidade chamada San Felipe, sem a companhia dos índios de Yapejú, que desistiram de dar aos luisistas a segurança necessária. No caminho, encontraram vinte e um charruas que lhes pediram erva e tabaco, e o padre Bernardo alegou que não tinha como atender o pedido. Os charruas avisaram que se não fossem atendidos não deixariam os luisistas passarem. O padre Bernardo narra um momento de tensão vivido pelos índios de San Luis que, na última hora, recebem ajuda dos índios de Yapejú, com cerca de cem combatentes que, fortemente armados, pacificaram o ambiente. O padre Bernardo narra o desconforto sofrido por ele e pelos índios em sua caminhada em direção ao local.

Acompanhados dos padres, os índios chegam ao rio Miriñay, afluente do rio Uruguai e começam os trabalhos de edificação tão necessário para a instalação do povoado. Quando tudo parecia estar pacificado, o padre Bernardo e os índios de San Luis foram avisados por um espanhol que vivia na Missão de Yapejú que três charruas entraram em contato com ele, narrando a intenção de atacar o povoamento. Padres e índios tentaram dissuadir os charruas, no entanto esses não aceitaram nenhum tipo de ponderação no sentido de retroceder. Os charruas alegavam que sabiam da pretensão dos índios de San Luis sobre o local e os aconselhavam à retirada antes que conflitos maiores ocorressem.

O padre Bernardo narra a saga do povo de San Luis em busca de um lugar seguro onde pudesse se instalar e construir uma nova Missão. Reconhecendo todos os percalços pelos quais estavam passando e que ainda iriam passar com suas famílias, resolveram retornar. Segundo o padre Bernardo, os índios de San Luis não recusaram a

cumprir a ordem do Rei de Espanha. Ao contrário, aceitavam ir para qualquer lugar onde pudessem viver em paz.

Após retornar à Missão de San Luis, junto com os luisistas, o padre Bernardo constata que os padres da Companhia de Jesus não tinham mais comando sobre os caciques que agora possuíam o poder decisório. Narra que, estando em São Lourenço, tomou conhecimento de que a Missão de San Luis fora visitada por nove caciques charruas e minuanos, recebidos como antigos amigos. O padre Bernardo ressalta que o Cura de San Luis, padre Lorenzo Ovano, comunicou-lhe que os caciques luisistas os tinham convidado para uma reunião. O assunto não foi revelado ao Cura. Na reunião, os caciques charruas receberam presentes como erva-mate, tabaco e tecidos, sem o consentimento dos padres da Missão de San Luis. Ressalta que os caciques charruas estiveram também em São Lourenço, onde foram agraciados da mesma forma. Impressionante é o depoimento do padre Bernardo quando relata uma carta de um padre da Missão de San Luis que, de forma melancólica, disse textualmente: “Nosotros ya no gobernamos, ellos gobiernan e nosotros obedecemos”.

Sobre a presença dos luisistas na Guerra Guaranítica, que consta no diário do padre Tadeo Henis, escrito entre janeiro de 1754 e maio de 1756, o padre diz que, em 27 de janeiro de 1754, os índios missioneiros de 6 povos, exceto São Borja, estavam reunidos numa tropa de 1.500 índios, dentre os quais cerca de 200 luisistas, para defender os limites das estâncias missioneiras a leste.

Os inimigos portugueses estavam acampados próximos ao Rio Jacuí, limite leste da Estância de San Luis, com um agrupamento de soldados armados, dispondo de uma grande cavalaria. Por outro lado, foram informados de que o exército espanhol, próximo ao rio Uruguai, fora atacado pelos charruas e minuanos, o que evitou o avanço das tropas. No texto, o padre Tadeo Henis diz que acompanhou a tropa a convite dos capitães do exército Guaraní, mas recusou o cargo de diretor e médico espiritual alegando que recebera acusações de “notórias calúnias” dizendo que ele era contrário ao Tratado de Madrid e que exercia certa liderança entre os índios, principalmente em relação aos luisistas. Essas calúnias, em parte, serviram de base para acirrar o ódio que o Marquês de Pombal tinha aos jesuítas.

Em 3 de março de 1754, próximo ao Rio Jacuí, houve um conflito quando doze luisistas (do total de 110), dentre outros índios mis-

sioneiros, perderam a vida. Depois do embate, os portugueses transpuseram o Jacuí, indo acampar na margem esquerda do referido rio. Nesse conflito, morreu o Alferes Real da Missão de San Luis que, preso, foi torturado pelos portugueses. No cômputo geral, além dos doze mortos, o padre Henis registra ainda dezesseis feridos de San Luis e que o restante dos luisistas retornaram para a Missão.

Como os portugueses estavam entrando na região dos Sete Povos pela Estância de San Luis, o Cabildo da Missão solicitou ajuda aos índios de São João e São Miguel. O Cabildo de São João negou auxílio aos luisistas, porque achava uma falta de consideração a não participação dos índios de sua Missão no confronto com os portugueses em 3 de março de 1754. Em suma, não foram convidados. São Miguel, por outro lado, confirmou ajuda, mediante o envio de uma tropa auxiliar.

O Cabildo de San Luis não ficou conformado com a negativa da Missão de São João em não colaborar. Os luisistas consideravam que era hora de união, quando afirmam com veemência que “Quando sob ataque, é indecoroso um irmão negar auxílio ao outro”.

No diário do padre Henis, pela primeira vez, encontramos registrada a presença do Capitão José, que passou à história como Sepé Tiaraju, quando se apresenta para a luta com Alejandro, eleito pelos povos como Tenente Governador.

Os índios de San Luis voltaram da luta contra os portugueses para as festividades da Semana Santa e, três dias depois do domingo da Páscoa, dia 17 de abril de 1754, marcharam para as proximidades do Jacuí, ao som de pífanos e tambores. O efetivo constava de 500 índios das Missões de San Luis, São Lourenço, São João e São Miguel.

Segundo o padre Henis, os Guaraní receberam informações secretas de um informante português sobre o deslocamento das tropas do Comissário Gomes Freire de Andrade. Essas informações, valiosas para os índios, nem sempre se confirmavam, como o caso dos cinquenta soldados que estariam acampados próximo ao Vacacaí-mirim. Chegando lá, perceberam que era uma informação falsa. Mesmo assim, a tropa de 500 índios continuava a patrulha no lado esquerdo do Jacuí.

Os índios não descuidavam de suas obrigações religiosas, segundo narra o padre Henis, que também fazia parte do grupo, e os cultos realizados eram acompanhados de cânticos e hinos sacros. O

padre Henis conta fatos pitorescos ocorridos durante o período em que passou na convivência com os índios, especialmente com os luisistas, narrando que, certa feita, a sentinela avistou uma movimentação rápida em uma vegetação próxima e, imediatamente, deu um sinal de alerta sobre a possível presença do inimigo. Quando foram ao ataque, encontraram um barulhento bando de avestruzes (emas).

Em seu diário, o padre Henis também registra a grande aversão dos índios pelos portugueses, por considerá-los inimigos usurpadores de suas terras e, por isso, quando os avistavam, agiam com violência.

O capitão geral dos soldados Guarani, de nome Alejandro, do povo de São Miguel foi elogiado por sua destreza no comando da tropa. Em combate com os portugueses, Alejandro foi morto com um tiro no peito e, com ele, morreu um índio de São Lourenço e vários outros de San Luis e São Miguel ficaram feridos. Naquela ocasião, os índios foram pegos de surpresa, quando atacados por 200 portugueses. Derrotados, os Guarani bateram em retirada.

Após esse combate, houve uma conferência entre portugueses e líderes dos índios na qual trataram sobre uma possível paz entre ambos. Os portugueses alegavam que não eram inimigos e não estavam em guerra e que permaneciam lá por ordem do Rei da Espanha.

Com a morte de Alejandro, o Capitão José, da Missão de São Miguel, assume o comando da tropa e imediatamente propõe uma reunião com os portugueses para tratar da paz e da devolução de cavalos que haviam sido levados pelos índios. O capitão José Tiaraju foi enganado pelos portugueses e se tornou prisioneiro, juntamente com outros Guarani, dentre os quais seis eram de San Luis. Os portugueses informaram que, se os índios devolvessem os cavalos, imediatamente devolveriam os prisioneiros.

A partir desse momento, consternados com a morte de Alejandro e a prisão de José Tiaraju, os índios que estavam lutando retornaram às Missões. O único grupo a ficar no local foi o de São Miguel, que esperava a libertação de José para retornar. Os miguelistas tentaram libertar os prisioneiros, mas não obtiveram sucesso. Mais tarde, o Capitão José Tiaraju surpreendeu os portugueses empreendendo uma fuga inesperada.

Em ação conjunta, os Guarani resolveram construir um forte para impedir o avanço das tropas portuguesas e, como o local pertenc-

cia à Estância de San Luis, coube aos luisistas construí-lo, próximo aos rios Verde e Jacuí.

Em 1º de maio de 1754, os índios voltaram para seu povo, deixando próximo ao rio Jacuí alguns índios com a incumbência de vigiar as tropas portuguesas.

A vida na Missão de San Luis continuava normalmente, mas as preocupações frente a um possível embate entre os índios e as tropas demarcatórias eram constantes. O padre Henis recebeu a informação de que, em 15 de julho de 1754, as tropas portuguesas entrariam na Missão de Santo Ângelo, fato que não ocorreu, e isso demonstra a fragilidade das informações.

As ameaças eram constantes, como a carta recebida pelos povos dizendo que: “os índios poderiam sair transportando seus bens, deixando aos portugueses as terras e, com isso, ninguém seria perseguido e nem haveria violência por parte dos exércitos demarcadores”. Segundo o padre Henis, os índios não se intimidaram e sabiam que o exército espanhol e português contava com um efetivo de 1700 homens e que parte deles estava desarmada.

Enquanto isso, os índios de San Luis construíram o forte entre os rios Verde e Jacuí, graças ao trabalho incessante de cerca de setenta homens que concluíram a obra no início de agosto de 1754.

Os povos próximos do rio Uruguai, Yapejú, La Cruz, Santo Tomé, Concepción, San Javier, Apóstoles, São Borja e São Nicolau unem suas tropas de cerca de 1500 homens para combater os espanhóis que subiam por aquele rio. Enquanto isso, integrantes de cinco dos sete povos (San Luis, São Lourenço, São Miguel, São João e Santo Ângelo), estavam prontos aguardando o movimento das tropas portuguesas.

Dos índios presos da Missão de San Luis na ação contra os portugueses, anteriormente citada, três conseguiram fugir e, chegando à Missão, foram recebidos com grande manifestação. Um desses, seria provavelmente, o mayordomo Chrisanto Neranda, famoso por seu relato escrito em que narra os dias de sua prisão e seus diálogos.

Os índios trouxeram valiosas informações sobre as forças militares portuguesas, composta por nove barcos, duzentos homens, quatrocentos cavalos e trinta canhões. Cerca de 2.000 homens estavam na reserva e não se encontravam no destacamento. Os informantes contam que o estado de saúde dos soldados portugueses era precário, sendo constantemente acometidos por disenteria e varíola.

Os portugueses não desistiram de transpor o rio Jacuí e entrar na Estância de San Luis, e intimavam os índios a se render. Aquartelados no lado oposto, os índios não aceitavam a rendição. Os de San Luis que permaneceram no forte por eles construído esperavam que os portugueses mantivessem um diálogo com eles, com o objetivo de atrasar o avanço das tropas inimigas. Como os índios não se renderam, os portugueses resolveram atacar, transpondo o rio Jacuí, dominando as duas margens, munidos de oito canhões e vários grupos de soldados. Os portugueses enviaram alguns espíões que foram abatidos pelos índios de San Luis e São João, que faziam a segurança do lugar. Outros portugueses foram mortos quando saíam da mata para abater o gado da Estância de San Luis e obter palmito, abundante no local.

Em 4 de outubro de 1754, os índios remeteram uma carta ao Comissário Gomes Freire de Andrade, Comandante das tropas lusas, dando aos portugueses um ultimato. Na carta, diziam que, se Gomes Freire realmente queria a paz, retornasse à sua terra, visto que as tropas pretendidas pertenciam-lhes e que esses tinham todo o direito a elas.

Gomes Freire ignorou a carta, o que fez com que os índios mandassem uma segunda, no mesmo teor, à qual ele respondeu que ele não entendia a língua guarani e, portanto, desconsiderava suas ponderações.

Os Guarani receberam apoio dos índios charruas e minuanos, com oferta de um efetivo de combatentes com cavalos, lanças e flechas, chegando ao total de 2.000 homens. Provavelmente, a adesão desses outros indígenas foi resultante do encontro em San Luis, já narrado, de seus caciques em 1753. A partir do momento da chegada dos pampeanos, o diálogo com os portugueses fora interrompido.

Mesmo tendo de enfrentar um considerável exército de índios, Gomes Freire continua no intento de avançar no território missioneiro. Os portugueses, mesmo tendo muito problema com a falta de alimentos para a tropa, mantinham-se em alerta.

O padre Henis narra que cerca de 50 soldados desertaram e vieram pedir ajuda aos índios. Os luisistas, sem piedade, exterminaram os desertores negando os víveres solicitados em 4 de outubro de 1754. Diante dessa situação, os portugueses pediram um novo diálogo. Os índios de São Miguel pediram uma trégua, até que chegassem notícias do avanço das tropas espanholas. Os índios de San Luis, São João

e São Lourenço disseram que os miguelistas não tinham autoridade para fazer acordo com os portugueses. “Vocês perderam inutilmente seu tempo em dialogar com os portugueses”, afirmavam os índios das três Missões, contrários à aproximação com os ibéricos.

No dia 21 de outubro de 1754, houve uma tentativa de união das Missões Orientais, a partir da eleição de D. Nicolás Neenguiru, Corregedor de Concepción. Neenguiru foi conduzido ao cargo de Capitão Geral das Tropas Missioneiras e, no dia 22 de outubro, conseguiram a adesão de 260 charruas fortemente armados.

No início de novembro de 1754, exaustos de esperar uma definição dos portugueses, os índios entraram em atrito entre si. Alguns queriam atacar os portugueses; outros, no entanto, já assinalavam a retirada das tropas. Não chegaram a acordo algum, mas os índios de São Nicolau retornaram a seu povo.

Diante da estagnação, Gomes Freire envia uma carta aos índios que restaram no Jacuí (de San Luis, Santo Ângelo e São Lourenço), propondo a retirada de ambas as partes. Nenhum dos exércitos passaria o Rio Jacuí, sob pena de prisão e com o compromisso de os índios não atacarem a retaguarda portuguesa durante a retirada. Com seis oficiais, o Capelão do Exército Português e oito índios missioneiros, Gomes Freire assina o acordo em 18 de novembro de 1754. Os Guaraní retornam em sua totalidade, sem que nenhum se tornasse prisioneiro de guerra. Os índios comemoraram o retorno e tudo parecia voltar à vida normal nas Missões.

Valdelírios, Comissário espanhol, no entanto, manifesta por carta a Gomes Freire sua contrariedade à retirada. O padre Altamirano voltou à cena, ratificando a proibição da fabricação de pólvora nas Missões Orientais. Enquanto isso, Gomes Freire, ao contrário do Marquês de Valdelírios, esperava resposta de Portugal, quanto ao retorno ao estado de beligerância.

O padre Henis narra uma série de mentiras inventadas pelos portugueses, no intuito de desmobilizar os índios e animar os espanhóis à guerra. As inverdades referiam-se a supostas deserções dos guerreiros Guaraní e sua adesão aos portugueses. Naquele período, houve a difusão de muitos boatos, tais como a informação de que, no dia 25 de julho de 1755, viria um navio da Espanha com novos padres jesuítas. Essa notícia era para acalmar os padres que viviam nas Missões, pois havia certa dúvida quanto à continuidade dos religiosos nesse território.

Reinava uma aparente paz entre os índios que, mesmo sabendo da existência de espiões de ambos os lados, seguem sua vida, enquanto os espanhóis estavam recrutando combatentes oriundos de Montevideu (São Felipe), Buenos Aires, Corrientes e Santa Fé. Tanto portugueses como espanhóis procuravam reforçar seus efetivos na expectativa de uma luta iminente.

Os Guarani missioneiros obtiveram a informação de que os espanhóis se deslocariam até Santa Tecla para se encontrarem com os portugueses e, unidos, invadiriam os Sete Povos, iniciando o ataque pela Missão de Santo Ângelo. Em janeiro de 1756, os índios dos Sete Povos solicitaram aos de São Tomé que enviassem espiões para acompanhar o deslocamento das tropas portuguesa e espanhola que, desde 5 de dezembro de 1755, estavam preparados para um conflito armado.

Os Curas estavam sem ânimo para a guerra, mas houve um (do qual o padre Henis não divulga o nome) que incentivou entre os índios a ideia de que deveriam se unir e ir ao encontro do inimigo enquanto estavam ainda longe das povoações. O padre Henis disse que os índios deveriam ir ao encontro dos inimigos antes que eles pudessem se apossar das estâncias, privando-os da carne, sua principal fonte de alimentação. Em vista disso, os índios das Missões começaram a juntar os guerreiros para um possível embate, inclusive com a adesão de integrantes de alguns povos do lado ocidental do rio Uruguai.

Os espiões dos Guarani comunicaram sobre o deslocamento das tropas ibéricas compostas de 2.000 combatentes espanhóis e 1.500 portugueses, formando um quadrado em marcha, dentro do qual vinham cavalos, bois, carroças, canhões e os oficiais. Informaram também que souberam da dúvida dos espanhóis sobre a quantidade de Guarani mobilizados e se os padres vinham junto com a tropa de índios, principalmente da presença do padre Lorenzo Balda, Cura de São Miguel. Os ibéricos temiam ser verdadeiro o boato de que o efetivo Guarani poderia chegar a 5.000 combatentes, com apoio dos povos que viviam ao lado ocidental do rio Uruguai e ao longo do rio Paraná, índios recrutados pelo Comandante Geral do Exército Guarani, Nicolás Neenguiru.

Em 21 de janeiro de 1756, foi rezada uma missa votiva à Nossa Senhora do Loreto “*pro gravi necessitate*”, em São Miguel, antes de ini-

ciar a marcha para enfrentamento com as tropas de Portugal e Espanha. Ao todo, foram reunidos 1.350 índios, sendo 400 de São Miguel; Santo Ângelo, 200; São Lourenço, 50; San Luis, 150; São Nicolau, 200; São João, 150; e 200 de Concepción.

O Capitão José Tiaraju, Corregedor de São Miguel, estava sob ordem do Comandante Geral do Exército das Missões, Nicolás Neenguiru, e ambos usaram a seguinte estratégia: Neenguiru seguiria com a maior parte da tropa em deslocamento mais lento, pois levavam a maior parte das armas, e o Capitão José, comandando cerca de 100 índios, seguiria à frente dos demais para retardar o avanço do inimigo e não os deixar aproximarem-se do exército de Neenguiru. Pretendiam lutar o mais longe possível da região ocupada pelos povos missioneiros para preservar as populações e as edificações de um possível ataque do inimigo. Ao longo do percurso, José Tiaraju foi encontrando destacamentos de observadores inimigos. O primeiro encontro ocorreu contra dezesseis espanhóis que foram emboscados pelos índios e nenhum sobreviveu; no segundo, os combatentes comandados por Tiaraju, encontraram vinte espanhóis que também foram totalmente dizimados.

O padre Henis, que acompanhava o exército comandado por Nicolau Neenguiru, diz ser essa a tropa principal. Já Tiaraju atacava em forma de guerrilha, de surpresa, com rapidez, seguida de fuga. Essa tática de Tiaraju era extremamente arriscada e foi num ataque desse tipo que perdeu a vida. Segundo o padre Henis, próximo ao Rio Vacacaí, Tiaraju encontrou vinte espanhóis, dos quais só um conseguiu fugir. Isso fez com que o exército ibérico não enviasse mais poucos homens nas missões de reconhecimento.

Na nascente do Rio Vacacaí, mais uma vez o pequeno esquadrão de Tiaraju enfrenta o inimigo, matando quatro espanhóis, quando foi emboscado e ferido por uma lança, levando também um tiro fatal. Os companheiros de Tiaraju bateram em retirada, deixando o capitão sem vida, além um índio morto e outro ferido.

O padre Henis tomou conhecimento desse fato por meio de informação dos índios que estavam com Tiaraju, e narraram toda a emboscada no dia 7 de fevereiro de 1756. Os companheiros resgatarem o corpo de Tiaraju e realizaram seu enterro em uma mata próxima, com cantos e exéquias, mesmo sem a presença de alguma autoridade religiosa.

No dia 10 de fevereiro ocorreu a principal batalha da Guerra Guaranítica, a Batalha de Caiboaté. Nicolás Neenguiru decidiu atacar frontalmente o inimigo, sem seguir o sistema de guerrilha preconizado por Tiaraju. Segundo Henis, houve uma tentativa de negociação, quando o enviado de Neenguiru, chamado Fernando, foi até o comandante espanhol e tentou negociar, alegando a fidelidade dos índios ao rei da Espanha. Solicita que os ibéricos desistam de seu intento e promovam a paz entre eles. O emissário leva aos índios a resposta, afirmando que os comissários do Tratado de Madrid iriam sujeitar todos os povos e sabiam que havia três padres que acompanhavam os índios e que eles, mais os índios, deveriam jurar obediência às ordens reais.

Os índios atacaram o mensageiro, pois acreditavam que ele estaria traindo os missioneiros e favorecendo o inimigo com informações. Os padres estavam no local onde hoje é o atual município de Santiago, provavelmente em uma capela situada próximo a um local chamado Boqueirão. Os padres, que estavam no local, foram informados de que deveriam se entregar juntamente com os índios. No dia 10 de fevereiro de 1756, houve a união dos exércitos de Portugal e Espanha, que atacaram os índios Guaraní. Todavia os espanhóis e portugueses mandaram quatro capitães à frente pedindo aos índios que se afastassem para o exército passar. Alguns índios obedeceram ao pedido apresentado, mas a imensa maioria permaneceu para lutar por sua terra. Os índios mataram um dos oficiais do Exército Ibérico e esse fato foi a causa do início do combate. A iniciativa coube aos índios que, no entanto, foram repelidos pela artilharia e, na sequência, a cavalaria capturou 150 índios que haviam se evadido. A infantaria atacou pela frente e, com apoio da cavalaria, mataram 600 índios. A Batalha de Caiboaté teve a curta duração de menos de uma hora.

A narrativa do padre Henis é comovedora quando, em palavras repletas de simbolismo, afirma que “A vitória não é gloriosa para os espanhóis, pois 3.000 homens bem armados, com experiência em combate, venceram 1.300 índios armados com arco e flecha sem disciplina militar e sem experiência em combate. Essa vitória não possui humanidade”. Nessa batalha, morreram cerca de 200 índios da Missão de San Luis. Mais tarde, observados pelos prisioneiros que estavam sentados ao lado do local da batalha, os ibéricos mataram todos os feridos com golpes de lança.

O primeiro índio a chegar às Missões depois da Batalha, foi Bernabé Parabé, da Missão de São Miguel, narrando o ocorrido na batalha de Caiboaté. A narrativa se alastrou nos Sete Povos e, a partir de então, outros sobreviventes voltaram, cada um para sua Missão.

Os padres de São Miguel resolveram fugir das Missões, mediante a narrativa dos índios sobreviventes. Pensando na possibilidade de atear fogo nas edificações e salvar tudo o que podiam, os índios colocaram fogo na igreja que se alastrou para a casa dos padres. Tudo que não puderam carregar consigo, tal como fuzis, ferramentas, sinos e outros, eles enterraram na horta e no bosque. Os índios também queimaram as casas e fugiram para as partes mais elevadas, próximas às Missões. Os padres acompanharam os índios em direção a Santiago, acampando em uma capela. Lá, foram interpelados por cerca de sessenta índios da Missão de San Luis. Aos padres, disseram que haviam interceptado uma carta, na qual dizia que os padres iriam trair os índios, entregando as terras e os bens aos inimigos.

Diante disso, os índios de São Miguel foram em socorro aos padres, acusando os de San Luis de “insolentes e audaciosos” e investindo com lanças em punho em direção aos luisistas. Só não houve uma matança, porque os padres interferiram e acalmaram os ânimos. Um dos padres de São Miguel disse que era uma calúnia o que afirmavam os de San Luis. Ele confessa que realmente escreveu uma carta endereçada ao Cura da Missão de San Luis pedindo víveres e, por um lapso, escreveu o nome do capitão do exército inimigo, gerando um mal-entendido.

Quando tudo parecia resolvido, cerca de 20 índios de San Luis, sobreviventes da Batalha de Caiboaté, chegaram à capela de Santiago. Fizeram uma oração, entoaram um hino em homenagem aos mortos e um elogio fúnebre a um de seus capitães. Na cerimônia, não saudaram os padres e, quando o Cura de São Miguel tomou a palavra, foi advertido pelos luisistas.

Segundo Henis, o ambiente era preocupante, e a animosidade entre os índios, visível. Os padres conseguiram isolar os índios de San Luis dos de São Miguel para evitar um possível confronto. Para resolver a situação, padres e indígenas de São Miguel foram para a Capela de São José. Os de San Luis permaneceram na capela de Santiago, para

evitar a chegada do inimigo. Os capitães dos outros povos também organizaram tropas para lutar e os índios estavam dispostos a perder a vida, se preciso fosse. Com isso, a população de seis povos ficou mais tranquila e resolveu permanecer na Missão.

Os Guarani lançaram espiões informando que o inimigo estava longe, recém entrando na Estância de San Luis. Alguns grupos chegaram tardiamente ao local da batalha de Caiboaté, encontrando centenas de mortos e, com isso, ocorreu uma comoção generalizada entre os índios, que lamentavam a morte dos guerreiros. Esse grupo era formado por 130 índios charruas e, com eles, vieram alguns de São Tomé e São Borja. Vendo a extensão da tragédia ocorrida em Caiboaté, resolveram voltar a seus povos e desistir da luta. Enquanto isso, os de Santo Ângelo começaram a se deslocar para enfrentar o exército das forças demarcadoras e, minados pelo ódio, tornaram-se inimigos dos índios de São Miguel. Houve, inclusive, uma briga entre eles.

Os habitantes de San Luis, São Lourenço e São João se concentraram na estrada que dava acesso às suas estâncias, no Boqueirão, pela dificuldade de acesso devido ao aclive existente. O inimigo transitava com carroças, bois e canhões o que dificultava o deslocamento. Dos Sete Povos, São João, San Luis e São Lourenço se uniram e São Miguel, acusado de traição, ficou afastado, enquanto Santo Ângelo preferiu não se unir aos demais. Os sobreviventes de São Nicolau voltaram para seu povo e os de São Borja não participaram da Batalha de Caiboaté. Segundo o padre Henis, os índios de São Borja chegaram atrasados e, quando se depararam com a tragédia que ali ocorrera, voltaram imediatamente para as Missões.

O inimigo acampou na Estância de San Luis, confiscando todo o gado disponível na Missão. Grande parte do rebanho foi enviada para o território dos portugueses, e a outra parte, destinada ao consumo da tropa. Na sequência, o exército ibérico separou prisioneiros de guerra de cada povo e os enviou com duas cartas usando o idioma espanhol e guarani com o mesmo texto. O Comando do Exército declarava que “teriam piedade dos índios, perdoariam suas barbaridades e a grande matança dos seus, mas para isso teriam que se entregar junto com seus Curas ou enfrentariam as mais rigorosas penas e suplícios”. Nenhuma carta obteve resposta.

Em fevereiro de 1756, após a Batalha de Caiboaté, chegou um navio em Buenos Aires, com um emissário portador de uma carta da Coroa espanhola endereçada ao Comissário, Marquês de Valdelírios.

No texto, era informada a conclusão do Rei de Espanha sobre a culpabilidade dos padres jesuítas, retirando dos índios a culpa pelo não cumprimento das determinações do Tratado de Madrid. Após ler a carta do Rei, o Marquês de Valdelírios escreveu ao Provincial da Companhia de Jesus, dizendo que, se os padres não colaborassem, tornar-se-iam réus, acusados pelo crime de lesa-majestade, e castigados com “a pena correspondente” (morte por enforcamento). Comunica também, ao provincial, que virão cerca de 1.000 homens e tantos quantos forem necessários para o cumprimento das ordens do Rei. Em resposta, o Provincial, Bernardo Nusdorffer, disse que os padres estavam cientes e que a apelação que o proibiam de fazer ao Rei da Terra, seria feita com mais confiança ao Rei do Céu. O padre Bernardo renova as informações contidas no relatório, dizendo que “os padres sabiam de suas determinações, mas não conseguiam cumpri-las”. E, em tom de ironia, o padre Provincial disse que “o Marquês de Valdelírios use sua perspicácia e entendimento e indique de que forma eles deveriam convencer os índios”. Além disso, pedia que “o Bispo responsável pela Província visitasse os índios dos Sete Povos, persuadindo-os com sua autoridade”.

Cientes do teor das correspondências entre a Coroa e o Provincial, os índios de San Luis, São Lourenço e Santo Ângelo começaram a pensar na transmigração definitiva. Os de San Luis já haviam tentado transmigrar por duas vezes, mas não obtiveram êxito e, então, passaram a concordar com a mudança, pois acreditavam que os padres não estavam mais tendo a complacência do Rei.

Os habitantes de San Luis foram os primeiros a enviar negociadores ao Governador com cartas exigindo a devolução dos prisioneiros e a demarcação das terras que eles já haviam pedido. Somente assim transmigrariam. Santo Ângelo mandou quarenta homens até San Xavier para encontrar um local ideal para o assentamento. Os de São Lourenço, apesar de não enviarem mensageiro, aceitaram a transmigração.

Os caciques de Concepción, em número de dez, vieram com a intenção de dissuadir os luisistas de desistir. Os índios de San Luis disseram que não iriam aguardar o retorno dos mensageiros enviados, antes de tomar uma decisão. Nesse ínterim, o mensageiro voltou com a notícia de que o governador fora “seco e desagradável e que dessa maneira não teriam a clemência real”, reafirmando que “em vez da carta, deveria ter ido o Cura de San Luis e suas lideranças para se render”.

Em vista dessas notícias, os índios de São Lourenço resolveram voltar para a Missão, desistindo da possível transmigração. Os índios missioneiros que estavam à espreita dos inimigos, fizeram ataques de surpresa, com baixas dos dois lados. Apesar da resistência dos índios, não conseguiram evitar o avanço das tropas ibéricas. Conseguiram apenas retardá-las. As tropas demarcadoras levaram um mês para transpor o relevo inóspito e seguir rumo às Missões.

Em 25 de abril de 1756, as tropas demarcadoras já se encontravam nas cercanias de São Miguel e, segundo o padre Henis, os índios reuniram cerca de dois mil combatentes, com apoio dos charruas. Em 3 de maio, houve um dia inteiro de luta, com mortes dos dois lados. Os índios atacaram à noite, matando alguns espanhóis e sem nenhuma baixa. Nos dias 4 e 5 de maio não houve luta, pois os espanhóis fizeram um círculo de carroças impedindo ataques. Na noite de 5 de maio, no entanto, naquele mesmo local, a cerca de cinco léguas de São Miguel, os índios foram surpreendidos por uma tática militar ibérica, quando os espanhóis iniciaram uma falsa retirada e retornaram, surpreendendo-os. Diante das baixas, os Guaraní resolveram se retirar do campo de luta. Os espanhóis ficaram quatro dias sem avançar devido às intempéries e, nesse ínterim, os habitantes de São Miguel, São Lourenço, São João e Santo Ângelo iniciaram a retirada, abandonando os povos.

No dia 10 de maio de 1756, sessenta e quatro índios ainda tentaram impedir o avanço das tropas demarcadoras e foram mortos a três léguas de São Miguel. No dia 11 de maio, os índios abandonaram a Missão. Quando as tropas entraram em São Miguel, encontraram poucos índios e três padres que saíram da Missão na noite de 12 de maio. O padre Henis encerra seu relatório afirmando que, percebendo que estavam derrotados, rapidamente os índios colocaram seus bens em segurança.

✿ Depoimentos dos 11 índios missioneiros

(Depoimentos tomados pelo tenente Comandante do departamento de Corrientes, D. Nicolás Patrón - 11/02 a 21/08 de 1756 - Depoimentos de 11 índios Guaraní - Escritos pelo Governador de Buenos Aires e enviados ao Marquês de Valdelírios e a Ricardo Wall - 25/11/1756). Esse documento está arquivado em Simancas, Espanha.

Após a Guerra Guaranítica, foi aberto um inquérito quando onze índios Guaraní que estavam presos foram ouvidos pelas autoridades espanholas. Prestaram declaração em língua guarani, vertida para o espanhol pelo Sargento D. José Javier de Torres e pelo Capitão Pedro José Villanueva. Todos os depoentes juraram a Deus, com o sinal da cruz. O Alcaide de Santa Tecla também participou das sessões de depoimentos.

O primeiro depoente foi o Guaraní Miguel Fari que alega obedecer a ordens do Cura, padre Diego Palácios que, entre outras recomendações, orientou a espionar os inimigos e trazer para a Missão de São Miguel todas as informações colhidas. Miguel Fari incrimina o padre Palácios quando afirma, com veemência, que ele e outros padres incentivaram os índios a lutar contra as forças demarcatórias e se coloca à disposição das autoridades espanholas. Pelo teor do testemunho, concluímos que esse índio, apesar de ter participado da Guerra Guaranítica, desconhecia o motivo pelo qual estava lutando.

O segundo depoente foi o filho de Miguel Fari que, ao ir à procura do pai, foi inquerido e também demonstrou total desconhecimento a respeito da guerra e do Tratado de Madrid de que, apenas superficialmente, ouvira falar. Declara que cumpria ordens de seus superiores e reafirma sua fidelidade ao Rei de Espanha.

O terceiro depoente foi Cristobal Obanda, índio de São Miguel, que declarou que o padre da Missão nunca explicou a guerra com maiores detalhes, mas os orientou a lutar pelas terras e, por isso, pegaram em armas e foram combater. Acrescenta que os índios dos Sete Povos agiam do mesmo modo. Isso nos leva a crer que, na visão desse depoente, os padres nada fizeram para que os índios rendessem obediência ao Rei. Em seu depoimento, Obanda afirma que, mesmo sabendo da precariedade do exército missioneiro e de sua derrota iminente, os padres os empurraram para a luta.

O quarto depoente foi o cacique da Missão de São João, Inácio Mabaegui. Inquirido pelas autoridades, afirma que Nicolás Neenguiru, da Missão de Concepción, foi o autor da convocação dos índios para atuarem na guerra contra as forças demarcatórias. Neenguiru leu em praça pública a ordem da transmigração dos índios das Missões dos Sete Povos, escrita em guarani e, quando foram alertados de que iriam transmigrar, ele disse que não fizessem a transmigração, porque essa ordem era falsa e não deveria ser cumprida. Nesse depoimento, o cacique envolve o padre Henis, afirmando que ele era o mentor da ideia de participação dos índios no confronto com os espanhóis e portugueses e, em relação ao padre Henis, e citando textualmente suas palavras, o depoente disse: “não fujam, se fugirem eu vou abandoná-los, mas se estiverem unidos e seguirem as ordens de Neenguiru, Deus os ajudará”. A veemência do padre Henis, segundo o cacique, foi decisiva para a adesão dos índios à guerra.

O índio Cristobal Reu, quinto depoente, era oriundo da Missão de San Luis, que logo afirma que os padres haviam explicado a todos sobre a mudança e que, por duas vezes, eles tentaram migrar para o lado Ocidental do rio Uruguai sem, contudo, obter sucesso. Com riqueza de detalhes, narra o encontro entre luisistas e charruas ocorrido no sul da Missão de Yapejú. Naquela ocasião, os charruas declaram que “não queriam matar os Guarani, mas se Jesus queria repartir as terras, que não usasse as terras dos charruas”. Essa imposição caracteriza a disputa entre a religião cristã e o animismo charrua. Diante disso, os luisistas retornam definitivamente para sua Missão. Sobre a guerra entre os índios e os exércitos demarcadores, o índio Cristobal diz que “o Capitão Sepé Tiaraju escreveu uma carta para o corregedor da Missão de San Luis, Francisco Chaca, solicitando 150 homens para lutar na guerra”. De fato, logo no primeiro embate, antes da Guerra de Caiboaté, o capitão José Tiaraju foi morto. Diz o depoente que coube ao Alferes da Missão de San Luis, Pascoal Yaguapó, companheiro de Sepé, convencer os índios restantes do grupo, para se juntarem aos demais e participar do combate de 10 de fevereiro (Batalha de Caiboaté). Um fato que deve ser ressaltado é a fidelidade dos índios de San Luis aos padres da Missão. O luisista, Cristobal Réu, em nenhum momento em seu depoimento, acusa os padres no tocante ao pseudo-incentivo dado aos índios para que participassem da guerra contra o exército ibérico.

O índio Pedro Arayeyiú, o sexto a prestar depoimento, era originário de São Nicolau. Perguntado sobre o motivo pelo qual participou da guerra, ele disse que o Cura de São Miguel escrevera uma carta ao de São Nicolau, pedindo-lhe que liberasse homens para a guerra. O Cura chamou o Corregedor e determinou que se formasse um grupo de guerreiros. Esses índios foram incentivados por um padre da Missão de San Javier, que fez um chamamento em defesa da adesão dos índios de São Nicolau à luta contra o exército demarcatório.

O sétimo depoente, Cristobal Genariacu, natural da Missão de San Luis, afirma que os índios eram sabedores de que deveriam transmigrar e que tentaram isso, por duas vezes, e não obtiveram êxito. Disse que, pessoalmente, não transmigrou, ficando na Missão e acrescenta que, como depois do fracasso das duas tentativas, ninguém mais falou sobre a necessidade da transmigração, a vida na Missão corria normalmente. Perguntado como soube da guerra, disse que ele e alguns companheiros receberam a incumbência de vigiar toda a região das Missões, e interceptaram alguns índios que levavam cartas de autoridades espanholas aos caciques e cabildantes, onde estavam minuciosamente explicadas todas as resoluções do Tratado de Madrid. Também revela que, em conversa com os de São Lourenço, os índios de San Luis foram informados de que havia muitos índios armados, inclusive com armas de fogo, se apresentando para fazer parte do exército guarani, mas que aguardaram a posição dos padres sobre o conteúdo das cartas. Acrescenta ainda que foi morar na Estância da Missão de San Luis, sem sua família, e que, posteriormente, recolheu grande parte do gado para um local protegido. Concluindo seu depoimento, afirma que sabia da intenção de Nicolau Neenguiru, que continuava angariando homens para o exército que estava organizando nas reduções do lado ocidental do rio Uruguai.

O oitavo índio a depor, Alberto Caracara, da Missão de São Lourenço, declara que o padre Bernardo NUSDORFFER e o padre Francisco Javier LIMP, alertaram os índios das Missões para a necessidade de uma eventual mudança. O padre LIMP comunicou que esteve com o Padre Luis Altamirano, que fora designado pelas autoridades da Companhia de Jesus para fazer cumprir o Tratado de Madrid. Lembra de que ele informou que os índios da Missão de São Lourenço deveriam transmigrar para uma área próxima à Missão de São Cosme (Paraguai). Cem homens da Missão de San Lourenço transmigraram para o

local e começaram a construir as habitações. O padre Limp, que havia acompanhado os índios, retorna a São Lourenço para convencer os que haviam permanecido na Missão, de que também deveriam transmigrar. O depoente conta que o padre Limp percorreu cinco povos tentando convencer os índios a mudar para o novo local onde seriam estabelecidas as Missões. Perguntado por que os outros povos não migraram, alega que os padres foram lentos em convencer os índios missioneiros no tocante à transmigração. Perguntado se alguns padres deram apoio à resistência dos índios, Caracara disse que o padre Limp sempre alertou os habitantes da Missão a aceitarem as ordens do Rei. O padre Adolfo, da Missão de São Lourenço, disse para o cacique Teodósio Mbuití que a ordem de se mudarem não era do Rei, porque “essa ordem só poderia ser do demônio”. O cacique foi até o padre Limp e pediu que explicasse a posição do padre Adolfo e, na missa de domingo, o Cura afirmou que, se os índios não acolhessem a ordem de transmigrar, haveria uma guerra e que eles seriam castigados pelo Rei por sua desobediência. E que eles entenderiam melhor a mensagem de suas palavras se teimassem em participar de guerra contra os ibéricos. Os índios não conseguiram entender as palavras do padre Limp e se juntaram ao exército guarani que combatia em Rio Pardo, quando o Capitão Tiaraju, em 1754, foi preso e Alejandro, morto. O depoente declara que o padre Henis, na verdade era o comandante Guarani e, sobre o Exército Ibérico, o depoente declara que Neenguiru esteve em São Lourenço avisando que os inimigos estavam em Santa Tecla e, na ocasião, os índios de São Lourenço ficaram cientes de que Neenguiru fora nomeado Superior das duas bandas do Uruguai pelo padre Teodoro Valenchama, Superior das Missões, com apoio de todos os Curas dos Sete Povos. Caracara afirma que os padres pediram aos índios que mantivessem alguns espiões em alerta para informar sobre o avanço das tropas com a ajuda dos charruas e minuanos e que esses recebiam gratificações, principalmente em gêneros alimentícios. A maior gravidade do depoimento foi o momento em que o depoente diz, em relação à atuação dos padres: “os padres ordenaram que todo o espanhol encontrado pelos índios devia ser morto”. Finalmente perguntado sobre o que os índios decidiram depois da Batalha de Caiboaté, afirmou que Neenguiru passou o rio Uruguai em busca de mais combatentes, pois pretendia reorganizar o exército guarani, completamente arrasado pelo exército ibérico.

O nono depoente Miguel Arayecha, da Missão de São Miguel, disse que sabia da necessidade da transmigração e que o padre Diego Palácios organizou os índios para a mudança. Tão logo iniciaram a transmigração, no entanto, sentiram-se obrigados a retornar pois foram interceptados por três caciques, Miguel Maina, Bonifácio Areyá e Martim Parabé, que os impediram de continuar. Chegando a São Miguel, os caciques depuseram o corregedor, D. Cristobal Payré, que, juntamente com o padre Palácios, era favorável à transmigração. O depoente que era Tenente Corregedor, não conseguiu impedir a destituição do corregedor e o padre Palácio fugiu para o lado ocidental do rio Uruguai. O Cura de São Miguel foi substituído pelo padre Lorenzo Balda que, de imediato e aproveitando ser época de eleição do Cabildo, empossa José Tiaraju no cargo de Corregedor. O depoente acrescenta que os padres Henis e Miguel de Soto escrevem aos Curas e a Neenguiru sobre o avanço do exército real. Na oportunidade, exortam os Curas a convencerem os índios para a luta. A pedido dos padres, eles reconhecem Nicolás Neenguiru como Superior e passam a obedecê-lo em todas as decisões. O depoente declara que esse Superior conseguiu reunir cerca de quatrocentos homens oriundos das Missões, do lado ocidental, e determina que os índios de São Borja e Santo Tomé se reúnam com charruas e minuanos. Acrescenta que os índios desses povos não participaram da Batalha de Caiboaté, pois chegaram depois do combate. A maioria dos índios comandados por Neenguiru foi abatida e os demais fugiram com o comandante para a redução de Concepción, no lado ocidental do rio Uruguai. Houve dispersão geral dos sobreviventes, uns foram para os lados do rio Toropi; outros, para as margens do rio Piratini e regiões próximas dos Sete Povos. O depoente disse que, aos poucos, os índios foram retornando às Missões. Em seu depoimento, Arayecha faz referências aos espanhóis, tratando-os como inconfiáveis e que, por esse motivo, não se entregaram, temendo um provável extermínio em massa. Quanto à punição para quem não fosse à luta, o depoente narra uma passagem pouco conhecida dos pesquisadores, em relação, não aos padres de modo geral, mas ao polêmico padre Balda, que “teria obrigado um índio desertor a vestir-se com roupas femininas e ficar em exposição no meio da praça da Missão”. O depoente acusa também os padres Adolfo e Miguel de Soto que ensinaram os índios a fazer canhões e manejá-los. Declara que toda a munição era feita em São Miguel. Por outro lado, afirma

que os charruas ajudavam os Guarani em troca de armas e algodão. Quanto às armas de fogo, o depoente disse que são anteriores à guerra e eram fabricadas em sua maioria fora das Missões, sendo guardadas no claustro. Por fim, o depoente afirma que o padre Balda distribuía armas para os índios.

O décimo depoente, Miguel Mbaruari, também da Missão de São Miguel, que foi detido porque levava uma mensagem do Corregedor, Gabriel Parayaré, declara que nada sabia sobre a guerra. No interrogatório, quando perguntado sobre os padres Adolfo Skal e Miguel de Soto, o depoente afirma que estavam em San Javier, quando receberam uma carta dos índios de São Nicolau pedindo que solicitassem aos charruas índios para atuarem no destacamento que estavam formando. Perguntado se houve essa adesão dos charruas, o depoente disse que não e acrescentou que os padres permaneceram em San Javier, porque não tinham meios de locomoção para o retorno.

O décimo primeiro e último depoente, Isidoro Barnari, da Missão de São Miguel, confirma a atuação dos padres na tentativa de transmigração e o impedimento deles pelo cacique. Ele destaca a atuação do cacique, Miguel Mayná, na tentativa de impedir os índios na transmigração e na organização deles para a luta. O depoente afirma que estava permanentemente na Missão e não participou das tratativas, no tocante à transmigração e à guerra.

Ainda existe uma declaração anônima e sem data, apreendida em São Lourenço, que está junto com os onze depoimentos. O teor do texto não acrescenta fato novo e mais parece um resumo do relatório do padre Tadeo Henis firmado entre 1752 e 1756. Este texto mais os onze depoimentos fazem parte do relatório elaborado pelos portugueses.

Sobre o conteúdo dos onze depoimentos prestados às autoridades espanholas, pelos índios missioneiros, após a Batalha de Caibaté, podemos fazer vários questionamentos acerca da visão deles sobre a culpabilidade dos padres; a fidelidade dos índios ao Rei de Espanha; a aceitação de Nicolás Neenguiru como líder da resistência por parte dos índios e a confiabilidade destes em relação aos padres, no período da demarcação preconizado pelo Tratado de Madrid.

Não há unanimidade em relação à culpabilidade dos padres. Nos depoimentos, existem versões bem distintas: há os que acusam os padres de incentivarem os índios à luta, como Miguel Arayecha, da

Missão de São Miguel, que cita a situação em que o padre Balda distribuiu armas aos índios; o depoente Alberto Caracara, da Missão de São Lourenço acusa o padre Adolfo de incentivar a luta; o cacique da Missão de São João, Inácio Mabaegui, envolve o padre Henis, afirmando que ele era o mentor da ideia na participação dos índios no confronto com os espanhóis e portugueses. O índio Cristobal Reu, oriundo da Missão de San Luis, afirma que os padres haviam explicado a todos sobre a mudança e que, por duas vezes, eles tentaram migrar para o lado Ocidental do rio Uruguai sem, contudo, obter sucesso.

São três depoentes inquiridos sobre fidelidade ao Rei, que afirmam que são obedientes, mas que cumpriam ordens de seus Superiores ao irem para a guerra, como afirma Miguel Fari, de São Miguel, citando ordens do padre Diego Palácios para trabalhar como espião. Em relação ao conhecimento sobre o Tratado de Madrid, Fari afirma que foi informado superficialmente disso, quando destacado para ser espião. Já Cristobal Genariacu, natural da Missão de San Luis, afirma que foram informados pelos cabildantes que interceptaram cartas sobre o tema. Os demais depoentes demonstram desconhecimento sobre o Tratado.

Os declarantes destacam as figuras de Nicolás Neenguiru e Sepé Tiaraju como líderes do movimento de resistência. São unânicos quando afirmam o trabalho político de Neenguiru em alertar sobre a necessidade de resistir e sua incansável busca por homens para formar o exército Guarani. Miguel Arayecha, da Missão de São Miguel, afirma que, a pedido dos padres, os índios reconheceram Neenguiru como Superior dos Índios e passaram a obedecê-lo em todas as decisões.

Percebe-se que, ao longo dos dias, os índios vão perdendo a confiança nos padres, principalmente nos caciques, que começam a assumir o comando das situações, como no caso narrado por Miguel Arayecha, da Missão de São Miguel, quando afirmou que o padre Diego Palácios organizou os índios para a mudança e, tão logo iniciaram a transmigração, foram obrigados a retornar pelos caciques Miguel Maina, Bonifácio Areyá e Martim Parabé. Também contribui para esse descrédito em relação aos padres, a divisão interna deles, como os padres Limp e Adolfo em São Lourenço, um liderando a transmigração, e outro, ao mesmo tempo, chamando para a guerra. Também se somaram para esse descrédito, atitudes como a do padre Balda, ao ter obrigado um índio desertor a vestir-se com roupas femininas e ficar em exposição no meio da praça da Missão.



Esta obra é nominada “O General Português: Gomes Freire de Andrade”. O original está localizado na cidade alemã de Neumarkt, na Baviera.

A Guerra Guaranítica, travada na segunda metade do século XVIII, deu origem a uma série de diários, memórias e relatórios. Os principais documentos nesse sentido são: Diário da Expedição de Gomes Freire de Andrade às Missões do Uruguai, escrito pelo capitão Jacinto Rodrigues da Cunha; Memória e Resumo da Expedição de Gomes Freire, escrito pelo sargento-mor Luiz Manoel de Azevedo Carneiro e Cunha; Diário da Expedição aos Sete Povos das Missões, produzido pelo Comandante Geral das Forças Espanholas, D. José de Andonaegui; e Diário, escrito pelo Comandante D. Francisco Graell, todos por parte dos Exércitos aliados de Portugal e Espanha.

Nesta pesquisa, optamos pelo Diário de Gomes Freire de Andrade às Missões do Uruguai, escrito pelo Capitão Jacinto Rodrigues da Cunha, Secretário da Expedição, publicado no segundo trimestre de 1853, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio

de Janeiro. Optamos por ele, pois foi publicado na íntegra, no total de 183 páginas, declarando o dia e, em alguns casos, a hora dos eventos. É o documento mais completo sobre a ação demarcatória do Tratado de Madrid.

Após a leitura do Diário, selecionamos os trechos e episódios mais importantes para a História de San Luis, que é o objeto de pesquisa principal desta obra sem, contudo, abrir mão de importantes momentos do Tratado de Madrid, retratado no Diário.

Esse documento tem início em 18 de janeiro de 1752, ocasião do embarque das tropas desde a cidade do Rio de Janeiro à de Rio Grande, de onde seguem para Rio Pardo e, de lá, pretendiam chegar às Missões. O efetivo era composto de 1633 homens.

Em 7 de setembro de 1754, ao atravessar o Rio Jacuí, encontraram pela primeira vez os Guaraní, que os impediram de transpor suas águas e entrar na Estância de San Luis. Nesse interim, chega uma carta do Governador de Buenos Aires, D. José Andonaegui, informando que as tropas não deveriam avançar e informa que o exército espanhol tinha sido barrado em Yapejú. Andonaegui pede a Gomes Freire que aguarde uma segunda mensagem para que possam avançar ao mesmo tempo. A estratégia seria a de que os espanhóis entrariam nas Missões pelo rio Uruguai, enquanto os portugueses iriam pela Estrada das Missões, atacando Santo Ângelo. As tropas de Gomes Freire permaneceram aguardando ordens para avançar.

No dia 17 de setembro, os índios da Missão de San Luis entregaram uma carta alegando sua crença em Deus e afirmando que os portugueses também eram cristãos. Informavam que não tinham armas como os portugueses e pediam que não lhes fizessem mal. Os índios de San Luis, mais uma vez demonstram sua inclinação ao diálogo, e o profundo respeito ao inimigo.

Naquele diário, está registrado o Forte construído pelos luisistas e chamado pelos portugueses de “estacada”, porque era feito de toras de madeira. Essa construção ficava meia légua distante do rio Jacuí.

No diário, fica enfatizada a convivência fraterna entre os portugueses e os índios da Missão de San Luis, que foram convidados por Gomes Freire para visitar o local onde estavam aquartelados. Segundo o relato do capitão Jacinto, quando se refere aos luisistas, afirma que “tornaram a ficar nossos amigos”.

Os índios mais afoitos fizeram a proposta a Gomes Freire que dariam mil reses aos portugueses para que eles desistissem do embate e alertavam que o exército guarani detinha um numeroso efetivo.

No diálogo com Gomes Freire, os índios diziam que estavam cientes da iminente invasão das tropas espanholas, mas que, apesar disso, venceriam, pois contavam com a ajuda de Deus.

Dia 26 de setembro, oito índios foram conversar com Gomes Freire. A visita foi de caráter amistoso e aproveitaram para comercializar sebo e charque para os portugueses. No diário, fica implícita a ingenuidade dos missionários que, por duas vezes, avisam, por antecipação, um possível ataque, o que não ocorreu. Achavam que seria uma forma de amedrontar os portugueses que, mesmo percebendo certa ingenuidade dos índios, ficavam alertas.

Os índios de San Luis continuavam mantendo guarda na fortaleza por eles construída. No dia 5 de outubro, os portugueses resolveram atacar e, no entanto, retrocederam depois de ouvir o cacique de São Miguel que alertou Gomes Freire sobre a intenção dos índios em relação a uma possível transmigração. O cacique de São Miguel propôs a Gomes Freire uma aliança com os índios contra os espanhóis e, em troca, os portugueses permitiriam que permanecessem nos seus povos. A proposta não foi aceita.

Do dia 6 a 11 de outubro de 1754 ficou registrada no diário, a precipitação de uma intensa chuva que ocasionou uma grande cheia no rio Jacuí. Os portugueses perderam armas, munições e tiveram de se afastar da margem do rio. As tropas portuguesas ficaram ilhadas, ocupando apenas uma pequena parte elevada. Eles não tinham alternativas, a não ser transpor o rio, ideia rechaçada pela presença dos índios de San Luis que estavam de prontidão no forte, observando a movimentação das tropas. Gomes Freire aguardava ordens de Andonaegui para avançar, enquanto negociava com os índios, mesmo que não acreditasse nas informações trazidas por eles.

Em 18 de outubro de 1754, Gomes Freire recebeu o enviado de um cacique da Missão de San Luis que portava erva-mate e sebo, produtos oferecidos ao General como presentes. O enviado, que era filho de cacique, diz que seu pai assegurava a passagem livre para saírem da enchente, assegurando gado para alimentação dos combatentes. No mesmo instante, o enviado solicita uma audiência do cacique, seu pai, com o general. Gomes Freire recusa a oferta do cacique, dizendo que

agradecia o gesto, mas, se precisasse, negociaria diretamente com os luisistas.

Os habitantes de San Luis continuavam mantendo contato com os portugueses e negociando gado, erva-mate, sebo, couro e tabaco. Apesar do intercâmbio pacífico dos luisistas com os portugueses, estes eram constantemente ameaçados por índios de outras Missões.

Em 14 de novembro de 1754, os portugueses receberam ordens de Andonaegui para retornarem a Rio Pardo. Antes da retirada, Gomes Freire firmou um contrato com os caciques. Ressalta o general que os índios não deveriam ultrapassar os limites do rio Jacuí, sob pena de serem considerados inimigos. Esse acordo não impedia a entrada dos portugueses no território dos Sete Povos.

De Rio Pardo, as tropas portuguesas se dirigem ao Forte de São Gonçalo, próximo a Rio Grande, e permanecem ali por longo tempo enquanto aguardavam ordens de Andonaegui. Em 22 de dezembro de 1755, os portugueses saem do Forte de São Gonçalo em direção a Santa Tecla, onde se encontrariam, próximo ao Forte, com as tropas espanholas, vindas de Montevideú.

Em 16 de janeiro de 1756, a tropa portuguesa de Gomes Freire e a espanhola do Marquês de Valdelírios se encontram formalmente dando início à marcha do exército ibérico rumo às Missões.

Em 22 de janeiro, os dois exércitos chegam ao Forte de Santa Tecla, próximo a Bagé, e encontram os escombros do Forte que havia sido queimado, menos a capela que fora preservada. Essa destruição foi atribuída aos índios missioneiros já que, no local, estava situada a Estância de São Miguel.

No dia 7 de fevereiro de 1756, o exército visualiza um número elevado de índios e, imediatamente, mobiliza 800 homens para combatê-los. À noite, às 20 horas, houve o confronto com os índios que fugiram, dos quais sete foram mortos, inclusive o capitão José Tiaraçu, morto pelo Governador de Montevideú, Manoel Viana. Junto com Tiaraçu, foram encontradas duas cartas a ele dirigidas, enviadas pelos padres missioneiros. À primeira, atribuímos uma mensagem incentivadora e com um profundo cunho religioso que dava aos índios ânimo no iminente enfrentamento com os ibéricos. A segunda carta enviada é menos religiosa e mais estratégica e, pela qual, os índios são avisados do caráter duvidoso de Gomes Freire e Valdelírios e são aconselhados a não acreditar que deveriam transmigrar e traziam dúvidas sobre a vontade do Rei em mudá-los para outras terras.

De 7 a 10 de fevereiro daquele ano, as tropas ibéricas continuaram sua rotina, em constante alerta enquanto avançavam. No dia 10, os exércitos se encontram na localidade de Caiboaté, onde ocorreria a Batalha, local em que hoje está situado o município de São Gabriel. Gomes Freire pediu licença aos índios para passar e estes responderam que iam consultar o padre que estava com eles. Não obtendo resposta nesse período, os Comissários dos exércitos determinam o ataque. Diz o diário: “lhe matamos mais de 1400 pessoas, e só escaparam algumas que se achavam a cavalo, prisionamos-lhe 127”. Os índios sobreviventes fugiram em desespero. Os luisistas se refugiaram no Boqueirão.

Todos os sobreviventes fugiram a cavalo e os de infantaria foram totalmente dizimados.

No dia 18 de fevereiro, o exército ibérico segue em direção às Missões e, no dia 22, inicia a construção de uma fortaleza próxima ao rio Jacuí. No diário, fica explícito o uso indiscriminado do gado da Estância de San Luis para consumo e tração de canhões e carroças.

A 15 de março de 1756, ainda na Estância de San Luis, uns poucos índios foram até o destacamento ibérico e falaram com o capitão Francisco de Mena, informando que tinham mil índios à espera do exército ibérico. Como resposta, o capitão disse: “Todos eles eram muito tolos, bárbaros e ignorantes, porque nem o seu general (Nicolau Neenguiru) nem os seus padres eram nada à vista de nossos generais”. Mais uma vez fica evidenciada a ingenuidade do índio missioneiro no enfrentamento.

Abastecido com víveres vindo do Forte de Rio Pardo, o exército ibérico continuou em direção às Missões. Em 8 de abril de 1756, chega uma carta para Gomes Freire, do padre Inocêncio Erber, Cura de San Luis, informando da desistência dos índios em relação a um possível enfrentamento e solicitando tempo para transmigrar. Nessa mesma carta, pede “perdão, clemência e compaixão para o povo da Missão de San Luis e do mesmo pede a libertação dos índios prisioneiros”. Gomes Freire respondeu ao Cura por carta que “com a urbanidade política que merecia pela sua humildade e obediência” os índios e padres seriam tratados com respeito.

No dia 24 de abril, após exatos trinta e um dias, as tropas ultrapassaram a serra, chegando em San Martin e, a partir daí, em direção norte, passando pelas nascentes dos rios Toropi, no dia 29, e Piratini, em 5 de maio, seguiram no sentido noroeste rumo a São Miguel.

No dia 17 de maio de 1756, às 15 horas, as tropas do Exército Ibérico chegam na Missão de São Miguel e, com a proximidade do exército, a Missão foi incendiada e abandonada pelos índios. Como não dispunha das casas da Missão, o exército acampou nas cercanias. No dia 20 de maio, atacam São Lourenço e entram em contato com os padres Tadeo Henis e Cosme Miguel Xavier que são conduzidos até Gomes Freire para uma entrevista. Por ordem do general, os padres são presos, assim como os cabildantes da Missão de São Lourenço.

No dia 25, o padre Erber, Cura de San Luis, vai até São Miguel, em companhia dos cabildantes da Missão, quando jura obediência e assina um acordo. No dia 26, esse religioso volta para San Luis e anuncia a próxima transmigração, exigência de Gomes Freire quando da assinatura do acordo de paz.

No dia 28 de maio, as tropas saíram de São Miguel em direção à Missão de São João, deixando um pequeno grupamento em São Miguel para fazer a guarda e evitar a volta dos índios. No dia 30, o padre Balda com trinta índios foram até Gomes Freire. Antes desse encontro, o padre tentou uma aproximação com Valdelírios, que recusou o diálogo e mandou levá-lo para Gomes Freire.

No dia 6 de janeiro, aniversário do Rei de Portugal, D. José I, Gomes Freire organizou uma homenagem a ele e determinou que os índios entoassem cânticos e tocassem instrumentos musicais acompanhados de dança. No dia 8 de junho, o padre Charlet, Cura de São João, foi até o acampamento os convidando para irem à Missão. Gomes Freire foi recebido na Igreja, com música e repicar de sino. Os generais foram convidados para almoçar com os padres. No dia 12, libertaram os padres Balda e Henis.

No dia 13 de junho, os portugueses foram para Santo Ângelo, enquanto os espanhóis ficaram em São João. Gomes Freire chega à Missão de Santo Ângelo, em 18 de junho, encontrando cerca de trezentos índios, pois os demais haviam fugido. O exército passou muitas dificuldades pois, além de um inverno rigoroso, enfrentaram a falta de alimento e, além disso, os índios se recusaram a transmigrar para o lado ocidental do rio Uruguai, permanecendo nos arredores dos povoados. Essa decisão dos índios de não transmigrar afetou o próprio Tratado e o exército estava completamente exaurido e mal equipado. Isso levou os generais a repensar a permanência nos Sete Povos.

Os dois generais marcaram uma reunião próximo ao rio Ijuí, na qual Gomes Freire anunciou que sairia das Missões com suas tropas, indo para Rio Pardo para aguardar a evacuação da região dos Sete Povos, tarefa de Valdelírios e seus homens. Os portugueses saíram de Santo Ângelo no início de maio de 1757, chegando em Rio Pardo em 10 de junho. Na viagem, foram acompanhados por alguns índios missioneiros de Santo Ângelo.

Antes da Guerra Guaranítica havia um total de cerca de vinte e nove mil índios nos Sete Povos. Ao final da guerra, entre idas e vindas (os padres transmigravam com um grande número de índios e pouco tempo depois grande parte deles retornavam para seu povo no lado oriental do rio Uruguai) restaram nas Missões em torno de nove mil missioneiros. Os de San Luis seguiram a mesma rotina, uns indo para Concepción, povo de seus antepassados, outros foram viver nas matas, e os demais retornaram para sua Missão.

Após a análise do diário de Gomes Freire e a atuação de seu exército na Guerra Guaranítica, concluímos que, apesar de uma aparente vitória em relação aos índios, na verdade o embate foi suspenso devido a uma série de circunstâncias, dentre as quais algumas nos parecem fundamentais.

Quando Gomes Freire resolve sair de São Miguel rumo a São João e, posteriormente, à Missão de Santo Ângelo, ficaram evidentes as carências que seu exército enfrentava, não só em relação ao seu aspecto estrutural, como logístico. Outro fato que marcou a retirada foi a divisão do exército ibérico, quando o Marquês de Valdelírios resolve não acompanhar Gomes Freire, preferindo permanecer em São João e não seguir para Santo Ângelo.

Com o exército desequipado, Gomes Freire decide se retirar em maio de 1757, abandonando totalmente a continuidade da ação armada e com vistas à transmigração dos índios, que não acataram a ideia de uma possível mudança. Outro fator que contribuiu para a saída do exército ibérico das Missões e, conseqüentemente, para o não cumprimento das cláusulas do Tratado de Madrid, foi o estado crítico das finanças, tanto da Coroa espanhola como da portuguesa que, não dispondo de recursos, resolvem autorizar a retirada, com a promessa de voltar, fato que não ocorreu.

Desde o momento da retirada, inicia-se um novo ciclo com a perseguição dos padres da Companhia de Jesus, tanto em Portugal como na Espanha. O Marquês de Valdelírios inicia um ataque frontal à Companhia de Jesus, acusando os padres do fracasso da transmigração, o mesmo ocorrendo com Gomes Freire, quando retorna ao Rio de Janeiro e inicia um combate aos jesuítas no Brasil incentivado pelo Marquês de Pombal, e culminando com a expulsão desses religiosos em 1759 de todo o território português e, em 1767, a expulsão dos jesuítas da Espanha determinada pelo rei Carlos III.

❖ O índio e padre

Desde a fundação da Missão de San Luis, o padre sempre desempenhou um papel relevante junto aos índios, que o consideravam alguém superior e merecedor de toda a consideração e afeto. Quando Miguel Fernandez recebeu a incumbência de proceder à fundação de uma nova Missão, ordem expedida pelo Superior da Companhia de Jesus, padre Alonso del Castillo, também foi agraciado com a presença deste para o início da instalação do povoado. Del Castilhos proporcionou ao padre Fernandez a oportunidade de tratar com o padre Silvério Pastor, Cura da Redução de San Javier, que, sensível ao pedido do Superior, cedeu a madeira para início das obras da nova Missão.

Os índios, que acompanharam os padres nesses primeiros tempos, eram hábeis agricultores e construtores, que tinham como meta preparar a estrutura do sítio onde a Missão foi instalada. Percebemos que a Companhia de Jesus dedicou à nova Missão uma especial deferência e, para sua implantação, escolheu padres cuja capacidade era evidente e índios descendentes das mais destacadas famílias de Concepción.

A população teve uma base centrada em especialização nas diversas áreas, o que facilitou o desenvolvimento integral da Missão e, por esse motivo, tornou-se uma referência para as demais. Além da qualificação da população que aqui se manteve, a Missão teve ainda o incremento da organização sociocultural empreendida por religiosos de notório saber, todos com curso superior.

Ao longo da história da Missão, podemos citar a presença, além da de seu fundador, a dos padres Francisco de Avendaño, Juan de Yegros, Antônio Sepp, Tadeo Henis, Bernardo Nusdorffer, Inocência Herber, Matheo Cano e Juan Fabrer, dentre outros.

Ao longo dos anos, a Missão recebeu um lastro cultural que permitiu às famílias de Concepción, como Neranda, Pindó, Quirós, Chora, Cuñambi, Curupy e Aty, juntamente com seus descendentes, cultivarem valores importantes como o respeito, a solidariedade, o diálogo e o amor ao próximo que serviriam de pilares para a sustentação da vida em sociedade. Graças às cartas escritas entre 1753 e 1768 e o

relato de Chrisanto Neranda, de 1754, cujo teor nos chama atenção, não só por sua composição, mas também pela capacidade de os índios manifestarem por escrito seu pensamento, tomamos conhecimento de passagens importantes do cotidiano dos índios e padres da Missão.

O relato de Neranda bem demonstra a capacidade dos índios nativos de San Luis e justifica seu preparo intelectual. Neranda nasceu em San Luis, descendente de ilustre família de Concepción, tendo uma brilhante carreira política, e ainda participou ativamente de embates da Guerra Guaranítica. Ele narra o período em que esteve preso em poder dos portugueses durante essa Guerra, em maio de 1754, quando foi detido com outros 52 índios como prisioneiros de guerra. Inicia seu relato contando sobre a prisão, resultado de uma traição ardilosamente planejada pelos portugueses, permanecendo durante vinte dias no cárcere em Rio Pardo. Nesse período, Neranda e os prisioneiros passaram por uma série de privações, como falta de água e de alimentos.

Ele e os demais prisioneiros foram levados, de barco, pelo rio Jacuí até Rio Grande. Dos cinquenta e três, somente catorze conseguiram sobreviver, pois a maioria morreu de fome e sede e alguns na tentativa de motim durante a viagem. Chegando a Rio Grande, Neranda foi inquirido por três vezes, uma das quais por Gomes Freire de Andrade.

Durante o depoimento, foi questionado sobre a vida na Missão de San Luis, se havia bens e riquezas, e como os índios eram tratados pelos padres jesuítas, principalmente em relação à guerra. Durante todo o depoimento, os inquisidores ameaçavam os prisioneiros de tortura, escravidão e morte.

Mais de uma vez, Chrisanto Neranda demonstrou sua fidelidade ao sistema, quando se negou a colaborar com os portugueses, mesmo recebendo propostas vantajosas como a de tornar-se Capitão da Guarda. Nem todos os índios procederam como Neranda e alguns, de outras Missões, traíram a confiança dos seus e passaram para o lado dos portugueses.

Gomes Freire ficou com uma forte impressão em relação aos prisioneiros e mais ainda sobre as atitudes de Neranda por sua honestidade, seu caráter e sua capacidade de dialogar e, por esse motivo, deu liberdade aos catorze índios presos. De Rio Grande, os prisioneiros foram conduzidos até Rio Pardo, lá chegando em meados de agosto de

1754. De lá, seguiram cada um para sua Missão, e a de Neranda e de mais dois companheiros era San Luis. Ainda naquele ano iniciou seus escritos sobre o período da prisão.

Neranda permaneceu em San Luis exercendo novamente o cargo de mayordomo, figura proeminente na transição, e um dos autores da carta dos índios de San Luis ao Governador de Buenos Aires em 1768. Também foi testemunha, como Alcaide, do Inventário e da expulsão dos jesuítas da Missão de San Luis. Foi companheiro fidelíssimo até o fim, acompanhando os padres Matheo Cano e Juan Fabrer na despedida deles da Missão.

O relato de Neranda foi escrito em Guaraní e vertido para o espanhol pelo padre Nussdorffer em 1755 e publicado sob o título *“Relación de lo que sucedió a 53 Indios del Uruguay, cuando acometieron por 2º con otros muchos el fuerte de los Portugueses del Rio Pardo, escribió un Indio Luisista que fue uno de estos 53. Llamado Chrisanto, de edad como de 40 años, Indio Capax y mayordomo del pueblo, tradujo lo un Misionero de la Lengua Guaraní en castellano, año 1755”*. Esse documento consta na obra *“Documentos Relativos a La Ejecucion Del Tratado de Límites de 1750”*, em Montevidéu, 1938, Instituto Geográfico Militar. O índio Neranda foi objeto de estudo de Marina Gris da Silva, em sua dissertação de Mestrado, em 2017, na UFRGS, além de outros estudos acadêmicos sobre Missões como *“Letra de Índios”* do Dr. Eduardo Neumann, em que o trabalho de Neranda é destacado, como um dos mais importantes manuscritos indígenas missioneiros.

A carta dos índios de San Luis por ocasião da expulsão dos jesuítas em 1768 é reconhecida como um documento único, no qual o sentimento do índio aflora de uma forma comovedora, em que está presente a súplica ao Rei pela permanência dos padres na Missão.

Desde o início até o fim da carta, os índios demonstram submissão ao Rei e felicidade em atender os desejos dele citando dois exemplos: o primeiro se refere à participação dos índios de San Luis na Colônia do Sacramento em três momentos, todos em defesa dos espanhóis; o segundo se refere ao pagamento dos tributos que nunca deixaram de realizar.

Quando solicitaram a continuidade dos padres da Companhia de Jesus, os índios demonstram toda sua sensibilidade e lealdade, rogando e suplicando para a não substituição dos jesuítas por outras Ordens.

Na carta, além da súplica, explicam o motivo da importância da permanência dos padres jesuítas na Missão. Afirmam que não são escravos e que não os agrada o costume espanhol do individualismo, mas o da ajuda mútua.

Apesar de uma aparente ingenuidade, os índios tinham consciência política e social embasada na experiência de povos que optaram por outras ordens religiosas. Além disso, tinham a convicção de que a saída dos padres da Missão não seria boa, faria com que “nossos filhos, ao retornarem dos campos se não mais encontrarem os filhos de Santo Inácio, fugirão para as florestas, para aí praticar o mal”.

É melancólico o final da carta, quando se prontificavam a pagar mais tributos em troca da permanência e afirmavam que, sem os jesuítas, estariam perdidos “para Deus e para o Rei”. A carta foi assinada pelos cabildantes e, provavelmente, escrita por Chrisanto Neranda.

Outro documento que explicita o índio de San Luis, tal como ele era, é datado de 1753, o primeiro escrito pelos índios da Missão, que se refere ao Tratado de Madrid e suas disposições no tocante à troca dos Sete Povos pela Colônia do Sacramento. Foi escrito em 18 de julho, após as duas tentativas de transmigração. Essa era uma das exigências do Tratado, e os índios das Missões tentaram, em sucessivasavas levas, cumprir esse dispositivo, mas, infelizmente, não obtiveram êxito.

A carta era uma resposta ao governador de Buenos Aires, José Andonaegui, que ordenava aos Sete Povos a necessidade da saída imediata dos índios e padres das Missões Orientais do Rio Uruguai. Analisando o documento, concluímos que a resposta do Cabildo e caciques de San Luis foi enfática, quando se reporta ao governador, e afirma que “só nos humilhamos a Deus e ao Rei”, colocando o governador em plano secundário, como forma de não aceitação da ordem imposta.

Percebemos o tom conciliador dos índios quando afirmam que “mudar-nos é muito difícil para nós e também a guerra, porque não fica bem que nós, todos cristãos e pertencentes a Deus, pelejemos uns contra os outros”. O que chama atenção é o tom utilizado pelos índios, quando demonstram que estão no mesmo patamar dos espanhóis.

Nessa carta, ficou claro que, ao tentarem a transmigração, foram impedidos pelos índios minuanos e charruas, por eles chamados de infieis. Pelo teor da carta, os índios se acham injustiçados e, por

isso, solicitam ao governador a permanência na Missão, junto aos padres da Companhia de Jesus.

Os índios questionam o motivo pelo qual o Rei “nos quer tirar de nossa terra, nos quer perder e nos quer acabar”. Esse questionamento nos faz crer que os índios de San Luis não eram figuras decorativas na sociedade em que viviam, mas que o exercício da cidadania se fazia presente diante do poderoso Governador de Buenos Aires. Esse gesto confirma a autonomia dos índios luisistas que, mesmo diante de poderosos, souberam se manter altivos. Ao finalizar, os índios reiteram sua predisposição em relação à paz, para eles primordial, mas, caso fossem atacados, estariam preparados para a guerra. A carta foi assinada pelos cabildantes e caciques da Missão.

A carta dos índios de San Luis de 1768 consta no livro de Pablo Hernández, intitulado “*El extrañamiento de los jesuitas del Río de la Plata*”, editado em Madrid, Espanha em 1908, nas páginas 373-378. O documento original se encontra no Museu Britânico, em Londres. Uma cópia dessa carta está na Biblioteca do Museu Mitre, na Argentina.

Senhor Governador

Deus te salve, você é nosso pai, nós, o Cabildo e todos os chefes, com os índios e crianças da cidade de San Luis te dizemos.

Os corregedores Santiago Pindó e D. Pantaleón Cayuarí, com o amor que nos professam, escreveram-nos pedindo algumas aves que desejam que enviemos ao Rei. Lamentamos muito não poder enviá-los a vocês, porque esses pássaros vivem nas selvas onde Deus os criou e voam para longe de nós, de modo que não podemos alcançá-los. Mesmo assim, somos súditos de Deus e de nosso Rei, e estamos sempre dispostos a agradá-lo no que ele nos ordena; tendo ido à Colônia (do Sacramento) três vezes como auxiliares, e trabalhando para pagar o tributo, e pedindo como agora pedimos que Deus envie a mais bela das aves, que é o Espírito Santo, para você e nosso Rei para iluminá-lo e protegê-lo o Santo Anjo.

Por isso, cheios de confiança em Vossa Excelência, dizemos-lhe: Ah, Senhor Governador, com lágrimas nos olhos pedimos-lhe humildemente que deixe os Santos padres da Companhia, fi lhos de Santo Inácio, que podem continuar a viver entre nós para sempre, e que possa representar isso ao nosso bom Rei em nome e pelo amor de Deus. É o que pedimos com lágrimas de todas as pessoas, índios, índias, meninos e meninas, e mais especialmente por todos os pobres.

Não gostamos de ter um padre de outras ordens. O apóstolo Santo Tomás, ministro de Deus, pregou a fé nestas terras aos nossos antepassados, e estes padres de outras ordens não se interessaram por nós. Os padres da Companhia de Jesus o fi zeram, cuidaram de nossos antepassados desde o início, instruíram, batizaram e preservaram para Deus e para o Rei da Espanha. Portanto, de maneira nenhuma gostamos de outros padres.

Os padres da Companhia de Jesus sabem nos conduzir, e com eles somos felizes servindo a Deus e ao Rei, e estamos dispostos a pagar, se assim o desejarem, um tributo maior na erva-mate.

Venha, então, senhor governador, de cuja bondade não duvidamos, ouça essas súplicas de pessoas pobres como nós, insistindo que sejam atendidas.

Além disso, não somos escravos, nem gostamos do modo dos espanhóis, que trabalham cada um por conta própria, em vez de se ajudarem mutuamente no trabalho diário.

Esta é a pura verdade, nós dizemos a você, e se o oposto for feito, este povo e outros povos logo estarão perdidos para si mesmos, para o Rei e para Deus, e nós cairemos nas mãos do diabo. E então, na hora de nossa morte, quem teremos para nos ajudar? Absolutamente ninguém. Nossos fi lhos, que agora estão nas matas, quando voltarem ao povoado e não virem os padres jesuítas, irão pelos desertos ou matas para viver mal. Já se espalhou o povo de San Joaquin, San Estanislao, San Fernando e Timbó. Isso nós sabemos e dizemos-lhe, porque mais tarde o Cabildo não poderá restaurar esta vila como foi para Deus e para o Rei.

Portanto, senhor Governador, faça o que lhe pedimos. E que nosso Senhor possa ajudá-lo e dar-lhe sua graça continuamente.

Isso e nada mais é o que tínhamos a lhe dizer.

De San Luis, 28 de fevereiro de 1768.
Seus pobres filhos, ou seja, toda a cidade e Conselho.
(seguem as assinaturas).

Durante o período de transição, entre 1757 e 1768, os índios perderam parte de seu referencial, quando se deram conta de que a Espanha e o Rei já não tinham tanto interesse por eles. Apesar de todo seu preparo e do grande afeto pelos padres, os índios se viram impotentes diante da expulsão e, posteriormente, do descaso das autoridades, principalmente do Rei.

✿ O Tratado de El Pardo e a expulsão dos Jesuítas

Era consenso entre Portugal e Espanha que o Tratado de Madrid deveria ser revogado porque não atendia a suas prerrogativas, principalmente em relação à troca dos Sete Povos pela Colônia do Sacramento.

Carlos III, Rei de Espanha, sugeriu ao Rei de Portugal, D. José I, a extinção do Tratado de Madrid. O Marquês de Pombal, que não nutria simpatia alguma à causa jesuítica, incentivou o Rei de Portugal a aceitar a proposta do monarca espanhol.

Em 12 de fevereiro de 1761, foi editado o Tratado de El Pardo que, já no primeiro artigo, anula o Tratado de Madrid e, no artigo 2º, define que deveriam ser desfeitos todos os atos e deliberações daquele Tratado anterior.

No período de 1761 a 1768, que antecedeu a expulsão dos jesuítas, a vida nas Missões voltou à normalidade, passando a falsa ideia de que os padres da Companhia de Jesus continuariam sua Missão evangelizadora.

O processo de expulsão dos jesuítas teve início em 1759, quando a Coroa Portuguesa deliberou a saída da Companhia de Jesus de seus territórios. O Marquês de Pombal usou como pretexto, dentre outros, a pretensa incitação dos índios ao não cumprimento do Tratado de Madrid, dificultando sua execução.

Apesar da constante pressão, Carlos III reconhecia que os jesuítas eram inocentes das acusações sofridas. As queixas feitas pelo governador de Buenos Aires, Bucarelli, e de outras autoridades fizeram com que o Rei acolhesse outras denúncias, como a ação dos jesuítas em criar uma monarquia, pregando entre os índios distorções como

a absurda “liceidade do regicídio”, ou seja, qualquer pessoa poderia matar o Rei sem receber punição. Pressionado, o Rei assinou o decreto de expulsão e o resguardou até o dia 2 de abril de 1767, quando iniciou em todo o território espanhol a perseguição e a consequente deportação dos padres para o Estado Pontifício, onde já se encontravam os jesuítas portugueses.

Entre os dias 3 de julho e 3 de agosto de 1767, Bucareli mandou prender e deportar todos os jesuítas que prestavam serviços em colégios. Nas Missões, a expulsão só foi efetuada em meados de 1768, devido à dificuldade em encontrar ordens religiosas que estivessem dispostas a enfrentar os problemas administrativos dos povos missioneiros.

Por outro lado, desconhecendo a língua e a psicologia dos índios missioneiros, aliado à não aceitação pelos índios de padres de outras ordens, o projeto estava fadado a não dar certo. Apesar de todo um trabalho de conscientização, foi difícil a aceitação. O índio rejeitava a presença de outras ordens que não fosse a Companhia de Jesus, independentemente das recomendações dos jesuítas. Em maio de 1768, acompanhado por 1500 soldados, Bucareli veio às Missões e dividiu os Trinta Povos em três grupos, nos quais em cada um havia um Comissionado que deveria proceder ao Inventário das Missões. No grupo dos Sete Povos, Francisco Bruno de Zavala, oficial do Exército espanhol foi designado Comissionado.

Os índios da Missão de San Luis acataram a decisão da Coroa Espanhola, permanecendo fiéis aos padres jesuítas até o momento de sua saída em definitivo dos Sete Povos. Após a expulsão, alguns índios, principalmente aqueles que tinham parentes em Concepción, foram para lá. Outros seguiram para o lado português e muitos permaneceram na Missão aceitando os padres franciscanos.

A Missão de San Luis segundo o Inventário de Francisco Bruno de Zavala

A pesquisa documental é instigante e requer paciência e determinação do historiador. Às vezes, um simples fragmento pode alterar o rumo de um fato histórico já conhecido e numerosos exemplos disso podem ser citados ao longo do processo histórico. O historiador é, via de regra, um caçador de fontes históricas e, muitos deles, de um momento para outro se veem diante de um raro documento que irá trazer subsídios importantes para a elucidação de determinado fato, muitas vezes já amplamente analisado. Assim ocorreu com Francisco Javier Brabo, comendador da Real Ordem de Isabel, a Católica, quando adquiriu em Madrid, nos fins do século XIX, vastíssimo acervo documental que expunha toda a dramaticidade da expulsão dos jesuítas da América espanhola, incluindo os Inventários dos 30 Povos missioneiros, lavrados em 1768, por determinação do Rei da Espanha, Carlos III.

Francisco Javier Brabo retorna a Misiones, onde residia, e oferece ao governo argentino a vasta documentação em seu poder. Em razão da negativa, parte da documentação recebeu acolhida no Chile, onde possivelmente estejam arquivadas na Biblioteca Nacional, em Santiago, algumas cópias dos Inventários, inclusive os dos povos de San Luis, São Borja e Santo Ângelo.

Diante das dificuldades encontradas, Javier Brabo resolve editar em Madrid, no ano de 1872, o livro *“Inventarios de los bienes hallados a la expulsión de los jesuitas y ocupación de sus temporalidades por decreto de Carlos III en las márgenes Del Uruguay y Paraná, en El Gran Chaco, en El País de Chiquitos y de Mojos”*, com 664 páginas.

Javier Brabo não foi um investigador com conhecimento científico e metodológico, todavia era consciente do valor dos papéis que havia adquirido. Depois de classificá-los minuciosamente, escreveu sua volumosa obra. Ele classificou os Inventários em 5 capítulos: Povos das Missões do Rio Paraná; das Missões do rio Uruguai; das Missões do Chaco; das Missões de Chiquitos e das Missões da Província de Mojos. Os Sete Povos constam no livro de Brabo no capítulo das Missões do rio Uruguai, das páginas 24 a 209. San Luis está contido nas páginas 136 a 147.

Dos Trinta Povos (Missões dos rios Paraná e Uruguai), dezoito Inventários estão arquivados em Buenos Aires, no Arquivo Geral da Nação, na Divisão Colônia, Temporalidade das Missões (1767-1768), sala 9, seção 22, dentre os quais se encontram os originais de São Nicolau, São Lourenço e São João Batista. Os Inventários originais de San Luis, São Miguel e São Borja não se encontram no Arquivo Geral da Nação e talvez, como já nos referimos, se encontrem na Biblioteca Nacional do Chile.

Quando estudamos as Missões Jesuíticas, nos reportamos muito mais para o todo do que para o particular. Partimos para a suposição calcada no princípio de que todas as Missões eram semelhantes, tanto em seu traçado urbano, quanto na vida social, econômica, política e cultural.

A história de determinada Missão do Sete Povos fica presa ao que restou de São Miguel e à descrição das ruínas missioneiras feitas, principalmente por Saint-Hilaire, Lallemant e Hemetério da Silveira no século XIX.

Aí reside a importância do Inventário do Povo de San Luis, lavrado em 1768, por Francisco Bruno de Zavala, nomeado Administrador dos Sete Povos pelo governador de Buenos Aires. Até entrarmos em contato com o Inventário, a principal fonte de consulta sobre a Missão de San Luis, em particular, era o livro de Aurélio Porto, volume IV, “História das Missões Orientais do Uruguai” e, graças a essa fonte, tomamos conhecimento do fundador, do motivo da escolha do local, da população e do relevo circundante.

Os padres Jesuítas, Juan Fabrer e Mateo Cano, ainda permaneciam na Missão e testemunharam a passagem de todo o patrimônio material, humano e espiritual da Companhia de Jesus para a Ordem dos Franciscanos. Foi um momento de grande significado para a história de San Luis, até então pouco conhecida.

Sem perturbação e nenhuma revolta por parte dos índios, Don Francisco Bruno de Zavala, em agosto de 1768, formaliza a expulsão dos jesuítas de San Luis, logo após o término do Inventário. O padre Juan Fabrer e, possivelmente, o padre Mateo Cano estavam presentes na promulgação do Inventário, cabendo ao primeiro, como Cura da Missão, assinar o documento.

Juan Fabrer, natural de Maiorca, Espanha, formado em Teologia e Filosofia, com 47 anos de idade, testemunha o fim de um projeto

de 81 anos e que, até os dias atuais, suscita intenso debate e é constante tema de estudo.

O Governador de Buenos Aires, Bucareli, em carta ao Conde de Aranda, apesar da pacificidade de índios e padres, no momento da expulsão, continuou a acusar os jesuítas de uma série de delitos, embora as autoridades espanholas, em sua maioria, não comprovassem nenhum ato que pudesse denegrir sua atuação evangélica.

O fato é que, sem a presença dos jesuítas, a população missioneira entrou numa crescente decadência, sendo espoliada pelos espanhóis e, posteriormente, após a conquista das Missões, pelos portugueses.

Logo após a promulgação desse Inventário, Zavala instalou em San Luis uma nova administração, chefiada por Antônio Quirós e pelos freis franciscanos, Manuel e Pedro Fernandez, novos Curas, em substituição ao padre Fabrer.

Um plano de governo, complexo e de difícil execução foi entregue à nova administração. Além disso, as determinações constantes no plano eram totalmente contrárias às aspirações da população, e os novos Curas demonstraram pouca autoridade e nenhum senso prático.

Desde o início, Zavala entrou em conflito com os administradores, ocasionando uma grande animosidade entre índios e brancos. A partir daquele momento, os espanhóis começaram a frequentar as Missões com assiduidade, deixando um rastro de desumanidade e toda ordem de atrocidades.

Os franciscanos não tiveram êxito e os índios não aceitaram a presença deles. Toda a fartura e riqueza registradas por Zavala desapareciam lentamente. Os próprios índios, tão zelosos no tempo dos jesuítas, já não tinham o mesmo interesse na preservação da estrutura da Missão.

Os saques eram praticados de forma contínua e, em 1772, ocorreu uma grave escassez de alimentos, e grande número de famílias fugiu de San Luis, passando a viver no lado português do Rio Grande do Sul.

Bartomeu Melià, antropólogo espanhol, radicado em Assunção, Paraguai, em relação aos Inventários, assim se manifesta:

(...) a leitura dos Inventários, apesar de seu caráter de listagem de inúmeros objetos e peças, permite recriar de maneira viva e detalhada o quadro das reduções em seus aspectos religiosos, sociais e econômicos. Lamentavelmente, esta obra, dada a raridade de seus exemplares, não pôde ser consultada e aproveitada pelos estudiosos. Uma ampla introdução mostra o proveito que se pode tirar desses dados para descrever, por exemplo, como era a festa do padroeiro do povo e todo o arsenal de armamentos, adornos, vestuários e instrumentos. Esses Inventários vieram servir para a grande pilhagem e malversação dos bens e recursos dos índios depois da saída dos jesuítas (MELIÀ, 1987, p. 246).

Melià acredita que a causa das pilhagens e a malversação dos bens dos índios, logo depois da expulsão dos jesuítas, foi resultante, em parte, do conhecimento do conteúdo dos Inventários, nos quais ficou registrada a riqueza encontrada em alguns povos das Missões. A caça ao tesouro dos jesuítas então teve início.

As previsões dos índios de San Luis na carta enviada a Bucareli foram confirmadas. A decadência moral deles crescia à medida que os espanhóis passavam a frequentar as Missões. O álcool e o fumo foram introduzidos entre os índios que passaram a negar toda a doutrina evangelizadora pregada pelos padres da Companhia de Jesus.

O historiador Francisco Curt Lange aponta alguns defeitos na transcrição dos Inventários publicados por Brabo, quando afirma que não transcreve fielmente cada capítulo e não mantém a grafia original em sua redação. Também acrescenta que Brabo nem sempre transcreve fielmente a introdução de cada capítulo, não mantendo a ortografia original, nem sua redação e nem sempre transcreve a extensa relação sobre o vestuário destinado aos cabildantes e aos integrantes do grupo de dança. Ressalta ainda que os riquíssimos ornamentos da Igreja nem sempre correspondiam à vasta nomenclatura.

No caso de San Luis, Brabo transcreve a introdução, que oferece dados importantíssimos sobre a estrutura urbanística da Missão, mas percebemos não ser muito descritiva a informação de materiais encontrados nos armazéns. De qualquer forma, o Inventário de San Luis é uma referência ao estudo das Missões no seu aspecto particular.

Depois de analisarmos o Inventário do povo de San Luis, podemos dimensionar o valor das informações contidas nos livros de Saint-Hilaire, Lallemant, padre João Pedro Gay e Hemetério da Sil-

veira que, por muitos anos, serviram de subsídio a todos aqueles que procuravam entender melhor o que realmente era a Missão em seu conjunto.

No século XIX, esses quatro viajantes deixaram importante testemunho do que sobrou da Missão de San Luis, depois de sucessivos ataques e saques. August de Saint-Hilaire, biólogo francês, em seu diário de viagem fez, em 1821, o seguinte registro sobre San Luis:

As casas são mais altas que as dessas aldeias, mais claras e construídas com mais cuidado, sendo as galerias que as circundam sustentadas por pilastras de pedra. Também são pilastras de pedra que suportam as galerias do claustro e várias, construídas de uma única peça, são muito altas (SAINT-HILAIRE, 1821).

E esse mesmo viajante prossegue sua avaliação, escrevendo:

Ainda não estava a Igreja completamente terminada, foi feita como o resto da aldeia, sob o mesmo modelo seguido em São Borja e São Nicolau, porém é mais bonita que as dessas aldeias. É em parte pavimentada de pedra e os ornatos nos altares são mais novos e de melhor aspecto. A abóboda que não foi totalmente acabada, deixa ver um vigamento onde a madeira foi prodigamente empregada (SAINT-HILAIRE, 1821).

Ele finaliza dizendo que “Nenhum vestígio resta da casa do Cabildo, as únicas casas que ainda existem são as do redor da praça”.

Em 1858, portanto, 90 anos depois do Inventário, San Luis recebe a visita do médico alemão Robert Avé-Lallemant que faz o seguinte registro: “A Missão de San Luis é, talvez, a mais notável de todas à margem esquerda do rio Uruguai, a mais notável pela abundância de ruínas”. Descreve também a Praça, a casa dos índios, que segundo ele, “ainda estavam razoavelmente conservadas”. Ainda existiam, em torno da praça, os alpendres apoiados em pedras oitavadas com o intervalo de seis passos.

Lallemant observa que o lado mais conservado é onde estava localizada a igreja que “está prestes a cair”. Sobre a igreja, faz um relato que corresponde ao feito por Zavala em 1768 quando do Inventário. Faz referências em relação a abóboda sobre o altar principal quando

afirma que “o altar ainda existe. Sobrepõem-se dois grandes nichos emoldurados por doze colunas douradas; duas dessas colunas são artisticamente enroscadas e o conjunto, embora tenham sido retiradas todas as imagens de santos, faz ainda um brilhante efeito”.

Sobre as imagens, acrescenta: “numa sacristia lateral acham-se guardadas todas as estátuas de santos, em número de 19, umas colossais, outras pequeninas, todas entalhadas em madeira”.

Talvez Lallemand seja o primeiro a chamar Colégio, o prédio que formava, com o armazém, o claustro da Missão. Pela descrição, parte do prédio do armazém, já em ruínas, era aproveitado como residência. “Atrás do colégio corre outra varanda com 17 colunas. Fecha o conjunto, por trás, o pomar, inteiramente descurado, com grandes laranjeiras”.

Lallemand descreve com certa admiração, um ornato na parte central do Colégio:

(...) borda uma faixa de belos cristais de um palmo de largura, na maioria de ametista, ou melhor, cristais de rocha de cor azul ametista, dos quais já faltam muitos, o belo ornato causa um efeito duplo ou triplamente trágico a quem daqui olha para a igreja desmoronada. Vicejam lá, entre tristes ruínas, magníficos cactos e, no pátio do colégio, sussurram melancolicamente as palmeiras ao vento da tarde. [...] no outro lado, à direita da igreja, um grande cemitério. Oferece ainda a Missão de San Luis uma imagem completa de um povo de outrora, de uma Missão (LALLEMANT, 1980, p. 252-253).

E Lallemand registra sua impressão final sobre San Luis:

(...) na grande praça da Missão, diante da Igreja, onde pastavam cavalos, havia silêncio e solidude. Como seria antes ali, no domingo da Páscoa quando, terminada a missa, saíam da igreja centenas, milhares de pardos guaranis que enchiam a Praça? Hoje apenas um ou outro se esgueira pela praça, como um fantasma, lembrando, com sua presença, tempos melhores, mas sem alimentar a esperança de que voltem. Quando o sol se pôs, o sino tocou a Ave Maria, o mesmo sino que serviu na igreja desmoronada. Soava um tanto enrouquecido, como se estivesse muito sujo. Talvez seja colocado em uma outra igreja que certamente será construída aqui (LALLEMANT, 1980, p. 253).

Em 1863, o padre João Pedro Gay visitou San Luis, e assim descreveu no livro *História da República Jesuítica do Paraguai* o que restou da Missão:

(...) ainda estão de pé dezoito quartos na praça, oito salas do colégio, das quais uma serve atualmente de Matriz; são assaz conservadas, executando os telhados que precisam ser consertados e de novo branqueados. Os quartos do Colégio, paralelos à Igreja também estão de pé, mas sem telhado. A frente do lado da Praça ainda está fechada e, no claustro, cresceram algumas laranjeiras e alguns pessegueiros. Desmanchou-se o relógio solar que estava no meio (...). O zimbório ou meia laranja ainda existe, se bem que muito desprumado (...). Ali se veem pinturas que parecem frescas nos lugares que não foram molhados. De todos os ornamentos desse templo, só restam algumas estátuas de santos, um altar pequeno colocado no quarto do colégio, onde se encontra uma pia de batismo de tamanho ordinário, de pedra lavrada (GAY, JOÃO PEDRO, 1863).

Em 1855, Hemetério José Veloso da Silveira, advogado radicalo em Porto Alegre visitou San Luis pela primeira vez, descrevendo o que ali viu:

(...) nesse tempo a igreja estava em parte descoberta com o peso dos grandes cardos (tunas) que, crescendo sobre o telhado, haviam-no abatido. Existia na igreja, o respectivo altar, nichos, colunas e mais obras de talha douradas, com tal perfeição que ainda resiste aos insultos da humanidade. Ninguém diria que a cor de ouro do altar tem uma duração ultrassecular. O teto desse profanado santuário era em forma de zimbório (abóboda). Existem 4 altares laterais, com imagens colossais de madeira (SILVEIRA, 1909, p. 211).

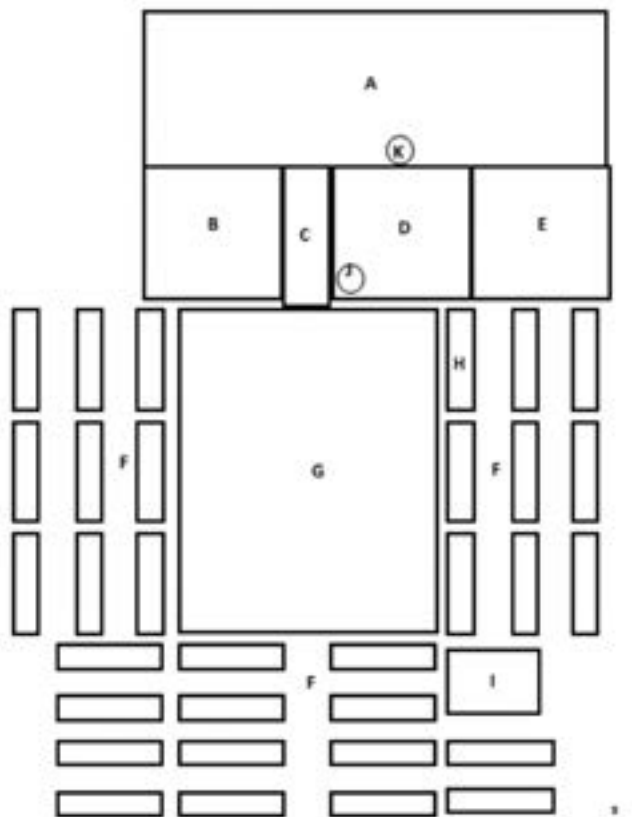
Em 1875, Hemetério esteve novamente em San Luis e registra somente a existência das paredes exteriores da igreja e as condições do claustro:

(...) passando da igreja ao colégio tudo aí está perfeitamente conservado, desde as colunas de pedra grês com capitéis dóricos, quer no interior ou exterior da área, quer sobre o alpendre para o lado do pomar. Essa colonata assenta sobre um pavimento de lages nivelados com toda a perfeição. Todas as celas e salas do colégio são ladrilha-

das de tijolo fino, o teto é de lona pintada a óleo. O muro e o portão da frente do colégio estão demolidos, bem como todo o lance do lado direito, os alpendres da frente e dos lados direito e esquerdo da igreja (SILVEIRA, HEMETÉRIO JOSÉ VELOSO DA, 1909, p. 212).

Em 1875, Hemetério registra a demolição de todos os alpendres das casas dos índios. Esta fúria de destruição só terminou, em San Luis, no início da década de 1930, por ordem do Intendente Municipal, Cel. Marcelino Krieger. Em nome da modernidade, foi demolido o chamado colégio, originalmente o claustro da Missão. Hoje, os vestígios da fulgurante Missão descritos por Zavala são muito poucos e não revelam sua grandeza. Os santos da Igreja Matriz, algumas colunas, algumas pedras e uma pia batismal constituem o acervo que restou da antiga Missão. Agora, com a divulgação do Inventário, vamos dimensionar com exatidão o que realmente perdemos ao longo dos séculos.

Croqui da Missão de San Luis*



Código	Local	Código	Local
A	Horta - pomar	G	Praça
B	Cemitério	H	Cabildo
C	Igreja	I	Casas das viúvas e órfãos
D	Claustro (1º pátio	J	Campanário
E	2º pátio	K	Mirante
F	Casas dos índios		

* Este croqui da Missão de San Luis foi elaborado pelo Centro de Documentação e Memória do Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga respeitando as distâncias, disposições e orientações constantes do Inventário da Missão de San Luis, em 1768.



Delimitação da Missão (1687) arte sobre foto atual (2021) de São Luiz Gonzaga.

Código	Local	Código	Local
A	Horta - pomar	G	Praça
B	Cemitério	H	Cabildo
C	Igreja	I	Casa das viúvas e órfãos
D	Claustro (1º pátio)	J	Campanário
E	2º pátio	K	Mirante
F	Casas dos índios		

Inventário das coisas do Povo de San Luis

(1768) (Tradução de parte da obra de Francisco Javier Brabo, *Inventários de La Expulsion de los Jesuitas y ocupación de sus temporalidades por decreto de Carlos III. Madrid. 1872.*

❁ Inventário das coisas da Igreja do Povo de San Luis

Utensílios de Prata: uma custódia, toda lavrada e esmaltada, avaliada em 25 marcos, de prata; um ostensório de prata, com filigranas e pedrarias; relíquia do Santo Padroeiro; um copo dourado avaliado em 9 marcos, de prata; dois cibórios de prata para levar comunhão aos enfermos, dourados no interior e com filigranas; 8 cálices com filigranas, dourados no interior, avaliados em 25 marcos, inclusive as patenas; uma lâmpada de prata, com 6 cornucópias, todas de prata, pesando 5 arrobas; 8 castiçais grandes, artisticamente trabalhados com mais de um metro e 10 centímetros de altura; 6 lâmpadas grande; 6 lâmpadas pequenas; 2 sírios lavrados; uma cruz paroquial com arremates dourados, com 4 companhias; 4 porta-evangelhos (atril), dois de prata, em relevo, e outros dois, lisos, forrados com um tecido carmesim; um Cristo dourado sobre uma cruz de prata lavrada, com muitas pedras, que está no altar principal; duas águias imperiais de prata lavrada, arrematadas por duas arandelas (lâmpadas); 4 baús grandes, forrados com um tecido carmesim, envoltos por uma lâmina dourada, com pés em formato de jarro, com filigranas e pedrarias; dois incensórios; um vaso com tampa e um prato de cristal; uma cruz pesando duas libras e onze onças; dois aparelhos, um grande, outro pequeno, com uma concha, também de prata para fazer hóstia; um saleiro para a cerimônia do batismo; 6 recipientes para os santos óleos; 6 livros de contratos e 6 alianças; 6 pequenas conchas de prata; 8 pares de jarras pequenas com 8 pratinhos; um prato de prata; 6 cornucópias; 10 marcos de prata achados na igreja; e 505 marcos de prata, avaliados em 4320 pesos.

Ornamentos brancos para o altar: um terno completo de tizú de ouro, com flores de seda e prata, a saber: casula e dalmática e demais paramentos, com forro de tafetá amarelo e guarnições de prata; um terno de tizú de prata, com flores de seda e ouro, capa, casula, dalmática, com suas respectivas estolas e manípulos, guardanapo para o cálice e frontal, todo com galão de ouro e forro de tafetá de cor pérola; uma casula de brocado de ouro, com galões de ouro e forro azul; duas casulas de brocado de ouro com galão e pontas de ouro, estolas e manípulos, frontal e capa com forro de tafetá vermelho; 3 casulas amarelas e flores de cor de pérola, com ponta de prata e forro de tafetá

azul; uma casula de brocado com guarnição de ouro e seus frontais com forro vermelho; uma casula de cor de pérola com flores amarelas, com guarnição de prata e forro de seda; uma casula bordada de seda e ouro com pontas de ouro e forro vermelho; duas capas; três casulas com pontas de ouro e tafetá cor de pérola, todas com os componentes, panos de cálices e frontais; uma capa bordada de seda e ouro, semelhante à casula, com pontas de ouro e forro de tafetá vermelho; duas capas, uma com galão de prata e ouro com forro cor de pérola e a outra com pontas de prata e forro azul; uma capa de brocado de ouro, com galão de prata e forro vermelho e nove capas brancas.

Ornamentos vermelhos: um ornamento de glacê de prata com campo lilás, a saber: capa, casula, frontal, pano para o cálice, estola, todos guarnecidos com prata e ouro e forro de tafetá amarelo; uma casula, pano de cálice, estola lilás, bordada com fios de prata, pontas de prata e forro vermelho; uma casula de brocado vermelho; com guarnição e prata e forro cor de pérola; uma casula de brocado com guarnição de prata, com forro de tafetá vermelho; uma casula de cor pérola; três casulas de damasco lilás com guarnições forradas de tafetá; duas casulas, com guarnições e forro, cada uma com suas estolas, pano para o cálice e três frontais; doze frontais com 4 capas correspondentes, todas forradas de tafetá vermelho.

Ornamentos roxos: uma casula, capa e frontal de tizú de ouro em fundo roxo; com guarnições duplas e forro de tafetá carmesim, com estola e pano do cálice; casulas e capas de brocado, com guarnições de prata e forradas com tafetá; casulas e capa roxa com guarnição de prata e forro de tafetá, duas casulas de damasco roxo com estolas, panos do cálice e frontal.

Ornamentos verdes: capa, casula e frontal, de brocado de prata em fundo verde com galão de ouro, com estola, pano para o cálice e outros componentes; duas casulas e demais componentes com forro verde e guarnição de seda.

Ornamentos negros: capa e três casulas negras com guarnição de prata e forro negro, com suas estolas e demais componentes; capas com galão de prata e demais componentes; uma tenda de brocado de ouro guarnecida com outros componentes todos bordados com fios de prata e ouro; guardanapos brancos de seda bordados com pedrarias.

Roupas brancas e outros objetos: vinte e três alvas de cambráia; sete alvas com crivo; uma alva bordada com motivos florais e com renda; sete sobrepelizes com motivos em flores; três alvas em cambráias; sete toalhas e lenços; três toalhas de cambráia floreadas; trinta e cinco toalhas para o altar; dezesseis pálios (usado nas procissões religiosas para cobrir o Santíssimo Sacramento) de Bretanha; doze paramentos para os acólitos e trinta sobrepelizes, todas de algodão; nove missais; três cadeiras para os oficiantes forradas com tecido carmesim; duas cadeiras douradas com detalhes em verde; seis cadeiras menores para os acólitos, pintadas e com galões dourados; vinte e nove sotainas de cores vermelha, azul e verde para os acólitos; vinte campainhas; onze tapetes para o altar, presbitério e coro, um deles com mais de onze metros quadrados, avaliado em mil pesos; uma lâmpada de latão dourado, com um vaso e um incensório de prata; dois aparelhos para fazer hóstia; vestuário da Virgem em tafetá carmesim e outro negro para a Semana Santa; tecidos de tafetá para o féretro do Senhor Morto na sexta-feira santa; quatro toalhas para o altar; um dossel, três manuais para o rito; quatro bandeiras de tafetá para a infantaria; um guardanapo para o púlpito e um dossel vermelho usado pelos bispos. Sete guardanapos de seda verde bordados com fios de ouro e prata; quatro bandeiras das congregações; cortinas para os altares menores; sete imagens de Cristo; dois recipientes para água benta, um de estanho e outro de cobre; seis recipientes pequenos de metal amarelo; seis jarros, quatro vasos e dois pratos de prata; um chapéu para levar o viático, um negro para as cerimônias fúnebres e outro de damasco com uma cruz branca; um cristo de mármore; nove vestuário para os anjos, de cor vermelha, bordados com fios de prata; oito camisas de linho bordadas com fios de lã; vinte imagens de santos, de corpo inteiro; armário para guardar os ornamentos; cruz de madeira prateada; bancos de madeira para os integrantes do Cabildo; chirimias; dois jogos de quatro harpas grandes; quatro pequenas, dois violões, sete violinos; um jogo de fagotes; duas cornetas; três clarins; quatro guitarras; duas espinetas e um órgão.

Inventário das demais coisas do Povo de San Luis

Objetos, utensílios e outros materiais encontrados no armazém:

14,5 metros de tafetá vermelho; 11,1 metros de tafetá amarelo; 30,3 metros de tafetá carmesim; 6,1 metros de tafetá alaranjado; 7,27 metros de tizú; sete libras de anil; vinte barras de ferro; oito arrobas de cera; quarenta velas de cera; seis arrobas de arame; vinte e seis lanças de ferro; duas mil velas de sebo; trinta e sete arrobas de aço; quinhentas libras de ouro batido; trinta e dois sacos de sal; oito libras de arame de Castela; três arrobas de estanho; um saco de fumo paraguaio torcido; nove libras de tinta ocre; seis libras de alvaiade; duas libras de pó azul; nove libras de tinta ocre; quatorze escopetas; sete pares de pistola; dezoito machados vizcainos; três libras de fio de prata; duas libras de fios de ouro; cinco onças de botões de ouro; seda sortida; seis libras de fios sortidos; nove mil agulhas; quarenta e oito tesouras; duas resmas de papel; uma grossa de botões variados; cento e noventa e oito vidros para janelas; vinte libras de fios de ferro; dezesseis cepilhos; vinte e seis pratos; vinte jarros de cristal; três canoas; três libras de incenso; trinta arrobas de metal; nove aparelhos de barbear; sete tachos grandes e seis pequenos; painéis de ferro; oito cobertores e colchas; relógios; balanças; material usado no tratamento dos enfermos; dezesseis sacos de algodão, cinco sacos de lã com cinquenta e duas arrobas; quatro sacos de trigo com cinquenta e três arrobas; cento e vinte sacos de sebo; dez sacos de arroz; dezesseis sacos de lentilha.

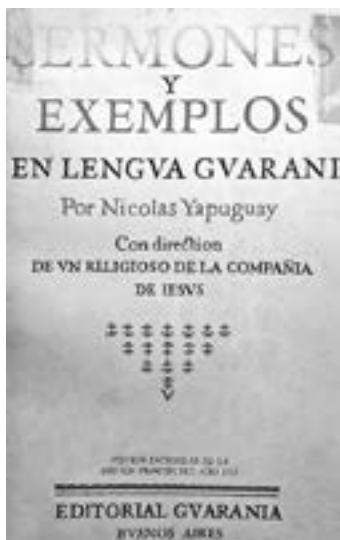
Na Estância de São Marcos: Seis mil duzentas e dez vacas; quatrocentos e treze bois; mil novecentas e sessenta e seis ovelhas; vinte capões; quatrocentos e sessenta e cinco éguas; dezessete potrilhos; dezessete potrancas; três burros; trinta e seis mulas e trezentos e dezessete cavalos.

Animais à disposição do povo para consumo: seiscentos bois; vinte e seis carneiros; trinta ovelhas; seiscentas e trinta e duas vacas; dezoito porcos; quarenta e dois cavalos e cento e vinte e cinco mulas.

Vestuário para os integrantes do Cabildo: (Dias de festas e recepção aos bispos e governadores) sete casacas de tornassol de seda (musseline), bordadas com fios de ouro e prata e avaliadas em cinco pesos cada um; oito casacas bordadas com fios de prata, com cami-

sas e calções; quatro casacas azuis, bordadas com fios de prata, com camisas e calções; duas casacas para o alferes real; uma casaca de veludo carmesim, bordada com fios de prata e demais componentes de brocado e outra de tecido musgo, bordada com fios de ouro e calções e camisas do mesmo tecido; quatro casacas com coletes azuis; oito casacas negras; seis casacas de damasco, com franjas de prata; cinquenta vestuários compostos de camisas, calções, sapatos, chapéus e lenços que estão em poder do mayordomo.

Vestuário para os dançarinos homens e meninos: quarenta e quatro casacas, com outras peças, para as diversas danças e quarenta pares de meia de seda; vestuário para os jogos a cavalo; quatro jogos de aventais azuis e vermelhos com franjas de prata, como consta da relação em poder do mayordomo; vestuários diversos com a mesma característica dos adultos usados pelos meninos que compõem o Cabelo mirim que vestem nas festas e cerimônias. Esses vestuários são confeccionados com motivos em prata.



Fac-símile do livro.

Livros: (trezentas e dez obras compõem o acervo do Inventário) dezoito volumes do livro “Sermones y Exemplos”¹⁰, em língua guarani; vocabulários; quarenta livros pequenos; quatro breviários completos; livros de batismo e encomendação; livros de matrícula; livro de músicas; manuais e outros.

Plantações: Mandioccal com mais de 175 metros de comprimento por 417 de largura, intacto, plantado com árvores frutíferas na horta da Missão.

10 O IHGSLG tem um exemplar desse livro em fac-símile, cujo autor é o índio Nicolas Yapuguay.

Termo do Registro do Inventário

No povo de San Luis a 18 de agosto de 1768. Havendo confrontado os dois Inventários (provavelmente o Cabildo tenha feito um Inventário para confrontar com os dados do Inventário oficial), em um dos quais existem alguns itens borrados, passei com todo o Cabildo a reconhecer a prata existente na Igreja, com a intervenção do reverendo padre Frei Manoel Fernandez, religioso de San Francisco e atual Cura desse povo que afirma estar conforme com as informações do Cabildo sobre tudo que existe no armazém e que aqui está expresso e, para que conste, eu, Francisco Bruno de Zavala, firmo este Inventário, com os senhores oficiais e o Cura atual¹¹ e o padre Cura atual neste dia, mês e ano.

No povo de San Luis Gonzaga, em 18 de agosto de 1768. Havendo sido confrontadas estas duas vias do Inventário, em um dos quais há algumas coisas borradas, que anotei e passei com todo o Cabildo a reconhecer a prata existente na igreja, com intervenção do Reverendo Pe. Franciscano Manuel Fernandez, religioso de São Francisco e atual Cura deste povo, e foi descoberto que ele estava de acordo; e de acordo também está o Cabildo que está nos armazéns o que nele se expressa; e para o registro assinei com os senhores oficiais, o padre que foi Cura, e o Ilustríssimo P. Cura atual, no referido dia, mês e ano,

Francisco Bruno de Zavala; Juan Fabrer; Manuel de la Rubia; Frei Franciscano Manuel Fernandez; José Gomez de Mesa; Antonio de Quirós, administrador de San Luis; Cristobal Chora, tenente corregedor do povo de San Luis; Hermenegildo Curupi, alcaide e regedor decano; D. Antonio Cuñambi, regedor; Ignacio Pindó, mayordomo de San Luis; Evaristo Aray, mayordomo; Joaquín Pindó, procurador de San Luis e, na minha presença,

Luis Aty, secretário do Cabildo.

No povoado de San Luis Gonzaga¹² “da nação guarani”, em 18 de agosto de 1768, o capitão dos Dragões de Buenos Aires, D. Francisco Bruno de Zavala, comissionado pelo Exmo. Senhor Governador e

11 - Juan Fabrer, último Cura Jesuíta da Missão de San Luis.

12 - A expressão “San Luis Gonzaga” foi encontrada apenas três vezes em nossas pesquisas do período missional: a primeira, em carta do padre Avendaño em 1698, no Inventário e em uma Carta Ânua do Superior das Missões.

Capitão General D. Francisco Bucareli y Ursúa, em presença de todos os cabildantes entregou as três chaves do principal armazém em nome do Rei, Nosso Senhor, D. Carlos III (que Deus o guarde). Foram entregues por ordem do Exmo. Senhor Governador e Capitão General, a primeira a Cristóbal Chora, tenente corregedor deste povo; a segunda a Ignacio Pindó, mayordomo e a terceira a D. Antonio de Quirós, sargento das milícias de Corrientes, administrador nomeado para este povo.

E para o registro, eu assino com os oficiais e Cabildo no dito dia, mês e ano.

Francisco Bruno de Zavala; Manuel de la Rubia; José Gomez de Mesa; Cristobal Chora, tenente corregedor do povo de San Luis; Antônio de Quirós, administrador de San Luis; Hermenegildo Curupi, regedor decano; D. Antonio Cuñambi, regedor; Ignacio Pindó, mayordomo de San Luis; Evaristo Aray, mayordomo; e Luis Aty, secretário do Cabildo.

Este Inventário da cidade de San Luis tem sete páginas, incluindo esta, rubricada com minha própria mão e numeradas.

San Luis, no dia dezoito de agosto de mil setecentos e sessenta e oito. - Francisco Bruno de Zavala.

Registro em Buenos Aires

Buenos Aires, dezoito de setembro de mil setecentos e sessenta e oito.

Do Governador Bucareli: passem esses autos para o escrivão do governo, para que seja duplicado, e devolvido às minhas mãos para prestar contas a Sua Majestade.

Esta certidão está de acordo com os autos originais de seu contexto, ao qual eu refiro-me, que está escrito em trinta e nove páginas como esta, todas rubricadas por mim. E em virtude do que foi ordenado, passo para as mãos do Exmo. Sr. Governador e Capitão General com os originais, assino e firmo em Buenos Aires, em vinte e um de outubro de mil setecentos e sessenta e oito.

De José Garcia Echaburu, escrivão público e Francisco Javier Gongeli, escrivão real: damos fé a D. José Zenzano de que este testemunho está assinado e firmado e que o escrivão público do governador, fiel, legal e de confiança, e seus instrumentos, autos e demais despachos que antes do referido passaram e passam, se lhe é dado, de plena fé e crédito.

Data in supra.

A Missão de San Luis pós-expulsão dos Jesuítas 1768 – 1801

Com a expulsão dos jesuítas de todo o território espanhol em 1767, e a consequente saída dos padres da Companhia de Jesus, dos Sete Povos em 1768, a direção espiritual dos índios foi confiada a outras ordens religiosas e a administração secular passou a gerir as Missões cuja defesa foi entregue a um governador militar.

Faltando a disciplina religiosa, os índios missioneiros, de início, tentaram uma dispersão e muitos passaram para o lado português do Rio Grande do Sul. A maioria, no entanto, permaneceu nas Missões procurando se adaptar aos novos tempos.

Os Sete Povos continuavam sob o domínio espanhol, e muitos índios se tornaram seminômades, praticando um sistemático contrabando de gado e vivendo, ora no lado espanhol, ora no lado português do Rio Grande do Sul. Muitos passavam o rio Uruguai para fazer comércio, seja com outros Guarani, espanhóis e até charruas que ocupavam terras ocidentais para guardar seus cavalos.

No início do século XIX, o empobrecimento e a desorganização dos Sete Povos eram visíveis. A expulsão dos jesuítas provocara a imediata decadência das Missões Orientais do Uruguai. Sob o regime comunitário imposto pelos jesuítas, os povos por eles fundados alcançaram uma notável prosperidade, principalmente em meados do século XVIII. Mas os administradores, pós-expulsão da Companhia de Jesus, adotando o sistema de livre iniciativa, fizeram ruir a estrutura social construída pela fé.

Os índios achavam-se impotentes para enfrentar a dura realidade imposta pelos funcionários leigos. Assim, transcorrendo mais de trinta anos de afastamento dos jesuítas dos Sete Povos, as Missões ofereciam um aspecto desolador. As casas dos índios, tão zelosamente construídas, e as outras edificações, entraram numa fase de decadência. As lavouras foram abandonadas e os rebanhos haviam sido consumidos desordenadamente. As Missões foram invadidas, tanto por espanhóis como por portugueses, arrebanhando o gado e, muitas vezes, praticando forte pilhagem. Além disso, os índios não tinham estima pelos administradores espanhóis que os exploravam sem piedade.

Da Missão de San Luis, naquele período, tomamos conhecimento dos acontecimentos por meio de cartas escritas pelos índios para as autoridades espanholas. Para comprovação, essas cartas estão arquivadas no Arquivo Geral da Nação, em Buenos Aires.

Os índios da Missão de San Luis, que permaneceram no povoado tinham caciques renomados no Cabildo e muitos viveram o período áureo da Missão. Isso mostra que a decadência não ocorre pela ação dos índios, mas pelos administradores que não tinham habilidade para dar rumo à Missão. Em muitas ocasiões, os índios mantiveram contatos com autoridades espanholas apresentando pedidos e formulando críticas ao sistema.

Em 1785, o Cabildo de San Luis solicitou o envio de um sanador para cirurgias, em carta datada de 7 de maio. Além da solicitação inicial, os cabildantes apresentaram discordância quanto às tributações, sobre alguns produtos agrícolas como o algodão e a erva-mate. Por outro lado, anunciavam o êxito na colheita de trigo e relatavam reclamações da população em relação à quantidade de carne distribuída. Além disso, na mesma carta, pediam uma reforma na igreja e apresentavam uma série de reclamações para sanar as necessidades da Missão, como a compra de gado para subsistência do povoado. Algumas demandas foram atendidas e outras, encaminhadas ao governador.

Em setembro de 1794, o Cabildo, representado por Santiago Pindó, Tomas Espetari e Pedro Paulo Pindó, pede autorização às autoridades espanholas para a compra de 2500 cabeças de gado para alimentar o povo. San Luis havia perdido para os portugueses sua Estância e, com ela, milhares de cabeças de gado. O pedido foi atendido pelo administrador das Missões sediado em São Miguel.

Em 16 de fevereiro de 1796, na carta enviada às autoridades, novo pedido para compra de gado foi formulado e, mais uma vez, concedido. Cabe ressaltar a lenta tramitação burocrática dos pedidos, motivada pelo novo modelo de centralização administrativa.

Em outra correspondência datada de 8 de junho de 1799, notamos a obrigatoriedade do trabalho comunitário na Missão, quando o corregedor Santiago Pindó solicita ao administrador que envie pedido ao Vice-Rei de Buenos Aires que dispense dos serviços obrigatórios sua esposa e filha. Sobre a família Pindó, da Missão de San Luis, além de Ignacio e Pedro Paulo, Santiago também fez carreira política,

sendo informado ao administrador das Missões que ele “tem a inteligência para falar, sabe ler e escrever e é o índio de maior destaque e inteligência do povoado”, informação fornecida pelo próprio Cabildo, quando de sua ascensão ao cargo de corregedor em 1778, cargo que ocupou por mais de trinta anos.

Em 19 de junho de 1800, os caciques e os cabildantes escreveram para o vice-rei, Marquês de Avilés, agradecendo pela liberdade, mas lamentando pelo que ainda continuava, em razão do regime de trabalho exploratório em que viviam “nesta escrava província entregues ao poder da tirania e na mais desumana miséria”. O que podemos perceber é que havia, em San Luis uma exploração do trabalho compulsório, com exceção de caciques e cabildantes, e estes mesmos reclamavam pelos que não tinham voz. Semelhantes situações eram verificadas por meio de cartas dos índios nas quais afirmavam que, no geral, os povos missioneiros viviam nas mesmas condições de trabalho.

Em 20 de agosto de 1800, o cidadão comum Justino Acate, residente em San Luis, em carta ao vice-rei, agradece por ter liberado ele e sua família do serviço obrigatório. Isso significa que a comunicação entre os habitantes da Missão e a autoridade real ficava livre de qualquer intermediação.

Em 1801, antes do Tratado de Badajoz, com apoio de Portugal, Borges do Canto invade os Sete Povos, e não encontra resistência entre os índios, em clara manifestação contra o modelo espanhol de administração. Em San Luis, Francisco Rodrigues, administrador dos Sete Povos, concentrou sua defesa, mas não obteve ajuda da população, tendo que se render. Manoel dos Santos Pedroso prendeu o governador das Missões e o levou para Rio Pardo.

Os índios de San Luis, mesmo não concordando com o modelo de administração vigente, mais uma vez, mostraram gestos de humanidade, quando os espanhóis presos no claustro, recebiam alimentos e roupas adequadas.

Em 6 de junho de 1801, o Tratado de Badajoz e a ocupação portuguesa selaram o fim do domínio espanhol nos Sete Povos, e a Missão de San Luis, depois de 114 anos de existência pautada por uma economia pujante e um sistema social justo, encerra o ciclo missioneiro, aderindo, a partir daí, a novas normas e novos costumes não mais centrados na fé.

Considerações finais

Após uma ampla análise da história Missioneira de São Luiz Gonzaga, calcada principalmente em nosso pragmatismo, não só como historiadores, mas como habitantes, sentimos uma série de inquietações sobre nosso passado. A partir disso, nos desafiamos a um projeto de pesquisa, com o objetivo de acalmar nossas inquietudes e construir uma obra que pudesse auxiliar outros pesquisadores e, principalmente, o público em geral a entender o passado missioneiro.

O estudo da comunhão entre índios e padres, que resultou na construção da Missão de San Luis, em 1687, sem dúvida alguma fascina e empolga e, não raras vezes, traz contraditórios pensamentos que parecem direcionar a uma ou a outra conclusão que, após analisadas profundamente, verificamos serem inviáveis, sob pena de incorreremos em radicalismos, ou profanação do fato histórico. Vem-nos então, a sábia expressão de Marc Bloch: “A vida é demasiado breve, excessivamente demorada a aquisição dos conhecimentos, para ser possível, mesmo ao maior gênio, uma experiência total da humanidade”.

A história da civilização não poderia ser contada, se o homem, ao longo do seu caminho, não buscasse suas raízes e não conservasse seu patrimônio. Esses deveriam ser considerados como um dos valores mais caros de sua condição humana.

Não existem fatos históricos pequenos, nem maiores. Existem fatos e todos, em determinado momento, tiveram grande relevância. Se hoje algo parecer insignificante, no futuro, as novas gerações poderão reavaliar sua importância, reclassificando-o como essencial.

Assim ocorre com a historiografia. Existem muitas obras sobre as Missões Jesuíticas, principalmente nas academias, em sua maioria genéricas e de longa abrangência. É difícil escrever sobre a história local, pois as informações estão diluídas nas obras de macro-história, dificultando a pesquisa e, principalmente, a cópia.

Não há obra específica sobre o período missioneiro de São Luiz Gonzaga, porque tendemos julgar que o fato universal é mais importante que o local. Com isso, estamos incorrendo numa inversão de importância se levarmos em conta que as inter-relações históricas e regionais são o cerne da história universal.

Os fatos da história missioneira de São Luiz Gonzaga, até a conclusão desta obra, estavam diluídos. Para encontrá-los, pesquisamos em dezenas de documentos, como diários de padres, depoimentos de índios, cartas, relatórios, mapas, tabelas, desenhos, gravuras, teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos científicos e fotos, até de ampla pesquisa bibliográfica de autores reconhecidos pela historiografia missioneira.

Podemos elencar vários questionamentos sobre o processo histórico da Missão de San Luis, tais como a ação dos índios como elemento ativo e não só como meros cumpridores de ordens; quanto à lealdade ao Rei de Espanha, apesar da constante afirmação de fidelidade, a pesquisa nos leva a questionar o posicionamento dos índios em várias ocasiões. Outro aspecto que nos chama a atenção é em relação à arte, quando percebemos que o índio cristianizado pouco criou de seu e, no entanto, muito contribuiu para a pujança arquitetônica e artística da Missão, que teve no estilo barroco, com toda sua beleza e plasticidade, seu marco cultural e, por fim, a fidelidade dos índios aos padres, que serviam de Cura da Missão, assunto registrado em diversos documentos como cartas e diários, assim como a atuação dos padres quando do cumprimento do Tratado de Madrid e sua fidelidade à Coroa espanhola.

É possível formularmos ainda uma série de outras questões, mas bastante temerário respondê-las de modo definitivo. Se, por vezes, encontramos julgamentos precipitados, de flagrante parcialidade, apresentados sob a ótica de paixões, ou de convicções sociais, políticas ou religiosas, por outras, encontramos registros objetivos e pessoais como o dos enciclopedistas, inimigos confessos do catolicismo, que se impressionaram com a ação da Companhia de Jesus.

Cabe-nos apenas apresentar os fatos, sem uma análise pretensiosa e, dentro das limitações próprias de quem a isso se propõe, resta-nos refletir sobre a grandiosidade da obra jesuítico-guarani que tem despertado interesse de tantos historiadores, antropólogos e pesquisadores, suscitando numerosas hipóteses, algumas até mesmo controversas.

Assim, ao final desta exposição, com base na extensa pesquisa, sentimos tranquilidade e satisfação, pois conseguimos colaborar para a produção de uma obra que, certamente, servirá de motivação para leituras e conhecimento de nossas raízes missioneiras.

Referências bibliográficas

- BERNARDI, Mansueto. **Missões, índios e jesuítas**. EST: Porto Alegre, 1966.
- BRUXEL, Arnaldo. **Os 30 Povos Guaranis**. EST: Nova Dimensão. Porto Alegre, 1987.
- CÊSAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul**. Martins Livreiro: Porto Alegre, 2002. 3ª ed.
- CARDIEL, José. **Las Misiones del Paraguay**. História. Madri, 1988.
- FLORES, Moacyr. **Colonialismo e Missões jesuítas**. Est /Nova Dimensão. Porto Alegre, 1986.
- FURLONG, Guillermo. **Misiones y sus Pueblos Guaranies**. Editora Imprenta: Balmes, Buenos Aires: 1962.
- GAY, João Pedro. História da República Jesuítica do Paraguai. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1942.
- _____. **História da República Jesuítica do Paraguay desde o descobrimento do rio da Prata até nossos dias do anno de 1861**. Typografia de Domingos Luis dos Santos. Rio de Janeiro, 1863.
- HAFKEMEYER, João Batista S.J. **A conquista portuguesa do Rio Grande do Sul**. Anuário do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 1912.
- HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. **O Rio Grande do Sul, a terra e o homem**. Editora Globo: Porto Alegre, 1962.
- ISABELLE, Arsénne. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Martins Livreiro: Porto Alegre, 1983.
- KERN, Arno Alvarez. **Missões: uma utopia política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- KOSTIANOVSKI, Olinda Massari. **Enseñancia en las Reducciones Jesuíticas del Paraguay**. Academia Paraguaya de História. Volume XXV: Assunción, 1995.
- MAEDER, Ernesto J. A.; GUTIERREZ, Ramón. **Atlas Territorial y Urbano de las Misiones Jesuíticas Guaranies – Argentina, Paraguai e Brasil**. Edição Junta de Andaluzia. Impresso por J. Dehara Artes Gráficas. Sevilha: 2009.
- MARADONA, Liliane. **História de Concepción de La Sierra**, Misssiones, Argentina, 2007.
- MELIÀ, Bartomeu. **Guaranies y Jesuitas en tempo de las Misiones**. CCM: Santo Ângelo, 1995.
- NASCIMENTO, Anna Olívia do; AMARAL, Zélia Maria; OLIVEIRA, Maria Ivone de Avila; WOLSKI, Vera. **Os Jesuítas e sua ação civilizadora no Rio Grande do Sul**. Gráfica A Notícia: São Luiz Gonzaga, 1983.

NASCIMENTO, Anna Olívia do; QUEVEDO, Júlio; BAIOTTO, Rafael. São Luiz Gonzaga e **São Lourenço Mártir**. Martins Livreiro Editora: Porto Alegre, 1988.

NASCIMENTO, Anna Olívia do e OLIVEIRA, Maria Ivone de Avila. **Bens e riquezas das Missões**. Editora Martins Livreiro: Porto Alegre, 2008.

_____. **Imagens Missioneiras: testemunhas da História**. Editora Martins Livreiro: Porto Alegre, 2008.

NASCIMENTO, Anna Olívia. **Javier Brabo e os Inventários dos 30 Povos**. Presença/IHGSLG. São Luiz Gonzaga, 2008.

OLIVEIRA, Marilda O. de. **Identidade e interculturalidade: história da arte guarani**. Editora da UFSM: Santa Maria, 2004.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai**. Editora Selbach: Porto Alegre, 1954.

PREISS, Jorge Hirt. **A música nas Missões Jesuíticas nos séculos XVII e XVIII**. Martins Livreiro: Porto Alegre, 1988.

QUEVEDO, Júlio Ricardo. **Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata**. Edusc: Bauru, 2000.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. USP: São Paulo, 1974.

SANTOS, Pedro Marques dos. **São Luiz, sua história e sua gente**. Gráfica Palotti: Santa Maria, 1987.

SEPP, Antônio. **Jardín de Flores Paracuário**. Buenos Aires: Eudeba, Tomo III, 1974.

_____. **Viagem às Missões Jesuíticas**. Ed. Itatiaia. USP: São Paulo, 1980.

SILVEIRA, Hemetério Velloso da. **As Missões Orientais e seus antigos domínios**. Livraria Universal de Carlos Echnikue: Porto Alegre: 1909.

VÁRIOS. **Miradas históricas sobre Misiones**. Editores Gobierno de la Provincia de Misiones e Junta de Estudios Históricos: Posadas.

VÁRIOS. **Tentación de la utopia**. Tusquets Editora: Barcelona, Espanha, 1991.

ANEXOS

Índice de Anexos

1 – Carta do povo de San Luis em língua guarani (1768)	170
2 – Carta do povo de San Luis em língua espanhola (1768)	172
3 – Carta do povo de San Luis em língua espanhola (1753)	174
4 – Carta Ânua de San Luis (1713)	176
5 – Primeira página da tradução em língua espanhola do relato de Chrisanto Neranda pelo padre Bernardo NUSDORFFER.	178
6 – Última página da tradução em língua espanhola do relato de Chrisanto Neranda pelo padre Bernardo NUSDORFFER.	179
7 – Documento de Sebastian de Toledo anunciando a delimitação da Estância de San Luis.	180
8 – Informe do padre Francisco de Avendaño sobre a legítima posse da Invernada de São Luis contra as pretensões dos padres de São Miguel.	182
9 – Inventário do povo de San Luis.	186
10 – Inventário de Concepción.	199

IHS

SEÑOR GOBERNADOR

*Tupa tanderaaro anga oroe ndebe ore Cabildo Cazi-
que reta, Aba hae Cuña, hae mita rehebe San Luis ygua oreru-
beteramo nderecoramo. Corregidor Santiago Pindó, hae Don
Pantaleon Cayuari oiquatia orebe oreray hupareteramo ndere-
co: aipobae rehe ore yerobia hape oroiquatia anga ndebe hupi-
gua ete rupi, co ñande Rey poroquaita Güira tetiro oromondo
hagua ñande Rey upeguara, oromboaci mirí ey ngatu ndoro-
guerecoi ramo oromondo hagua rehe: oico note Tupa omoña
hague rupi, hae oñegua he orehegui, haeramo yyabai ete orom-
boaye hagua. Aiporamo yepe oroico Tupa hae ñande Rey boy-
ramo, hecobia tetiro oreyoquai reco rupi; Colonia mbohapi yebi
ipicibo, hae omhae apo hece tributo hepibeemo, hae anga catu
oroñemboe Tupa upene acoi Güira catupiribe Tupa Espíritu
Santo omee hagua ndebc, hae ñande Rey upe hega pe bo, hae
Ángel marangatu pendaramo rano.*

*Aiporire nderehe yerobiahape: Ah Señor Gobernador
orerubeteramo nderecoramo, ñemomiríeyngatu hape oroyerure
anga oreregay pipe San Ignacio ray reta Pay abare de la Com-
pañía de Jesús ipicopi haguama rehe ore paume yepi, cobae
rehe catu eyerure anga ñande Rey marangatu upe, Tupa rera
pipe hae hayhupape. Cobae rehe oyerure guegai pipe guibe taba
guetebo, Aba, hae Cuña, Cunumi, Cuñatairetarano; bite enan-
gayporiahu hae meme.*

*Pay Frayle, coterá Pay Clérigo ndoroipotai. Apóstol
Santo Tome Tupa boyá marangatu nia omombeu corupi ore
ramoi upe, hae cobae Pay Frayle hae Clérigo nomaey orerehe.
San Ignacio ray reta catu ou ypiramo yangata ore ramoi reta
recabo rehe, hae omboe oreramo ymongaraibo Tupa upe, hae
Rey España upe ymoñemeebo: Pay Frayle coterá Clérigo, ndo-
roipotai etc.*

*Pay de la Compañía de Jesús orereco poriahu ogue-
ra, hasa quaabae, hae orobia pora hece, Tupa upe ñande Rey
upe guara: hae oreemeene tributo guagube Caamiri ereipo-
taramo.*

*Enei angaque, Señor Governador marangatu, te-
rehendu anga oreñee poriahu imboaye ucabo anga.*

*Aiporire, overeco ndoicoi esclavo rehegua, oreremi-
moa rúa, catu, .noramoaruay caray reco nabo oyeupe año
iñangatabae o amo reta rehe mae ymoypitibo eymo, ymon-
garu eyrao, rano. Cohupigua ete oromombeu anga ndebe,
nde ereipota reco rupi ore ymombeu haguama? Ani ramo:
cotaba, hae taba tetiro ocañimbane coite ndebe, ñande Rey
upe, hae Tupa upe, añaretame oroyeoita coitene, hae acoi-
ramo oremanoramo, mabae angapihi panga yarecone? Ani
etei. Ore ray reta nia obia yoya caagupe tabape rapicha, hae
ndohechairamo Pay San Ignacio tay reta, acoiramo oairi-
ne ñe rupi cotera caagupe teco mará a pobo. San Joaquín
reta, San Estanislao reta, San Fernando reta, Timbo peguo
ocañimba ima rapicha, oroiquaa pora teco rupi, oromombeu
anga ndebe, hae rire ore Cabildo Tupa upe, hae ñande Rey
upe, nderomboyebi beichene taba reco, Señor Governador
marangatu.*

*Enei tiyaye anga, oreyerure hague ndebe. Hae Tupa
ndepitibone, hae tanderaaro yebi yebi anga.*

Aipobae note anga.

San Luis hegui a 28 de Febrero 1768 rehegua.

Nde ray reta poriahu, taba guetebo Cabildo.

Señor Gobernador

Dios te guarde á ti que eres nuestro padre, te decimos nosotros, el Cabildo y todos los caciques, con los indios é indias y niños del pueblo de San Luis.

El Corregidor Santiago Pindó y D. Pantaleón Cayuarí con el amor que nos profesan, nos han escrito pidiéndonos ciertos pájaros que desean enviemos al Rey. Sentimos mucho no poderse los enviar, porque dichos pájaros viven en las selvas donde Dios los crió, y huyen volando de nosotros, de modo que no podemos darles alcance. Sin que eso obste, nosotros somos subditos de Dios y de nuestro Rey, y estamos siempre deseosos de complacerle en lo que nos ordene; habiendo ido tres veces á la Colonia como auxiliares, y trabajando para pagar el tributo, y pidiendo como pedimos ahora que Dios envíe la más hermosa de las aves, que es el Espíritu Santo, á ti y á nuestro Rey para iluminaros y que os proteja el Santo Ángel.

Por eso, llenos de confianza en ti, te decimos: Ah, señor Gobernador, con las lágrimas en los ojos te pedimos humildemente dejes á los santos padres de la Compañía, hijos de San Ignacio, que continúen viviendo siempre entre nosotros, y que representes tú esto mismo á nuestro buen Rey en el nombre y por el amor de Dios. Esto pedimos con lágrimas todo el pueblo, indios, indias, niños y muchachas, y con más especialidad todos los pobres.

No nos gusta tener Cura fraile ó Cura clérigo. El Apóstol Santo Tomás, ministro de Dios, predicó la fe en estas tierras á nuestros antepasados, y estos párrocos frailes ó párrocos clérigos, no han tenido interés por nosotros. Los padres de la Compañía de Jesús sí, que cuida ron desde el principio de nuestros antepasados, los instruyeron, los bautizaron y los conservaron para Dios y para el Rey de España. Así que de ningún modo gustamos de párrocos frailes ó de párrocos clérigos.

Los padres de la Compañía de Jesús saben conllevar-

nos, y con ellos somos felices sirviendo á Dios y al Rey, y estamos dispuestos á pagar, si así lo quisiere, mayor tributo en yerba caamirí.

Ea, pues, señor Gobernador, de cuya bondad no dudamos, oye estas súplicas de unos pobres como nosotros, empenándote en que se cumplan.

Además, que nosotros no somos esclavos, ni tampoco gustamos del uso de los españoles, los cuales trabajan cada uno para sí, en lugar de ayudarse uno á otro en sus trabajos de cada día.

Esto es la pura verdad, te decimos, y si se hace lo contrario, se perderá pronto este pueblo y otros pueblos también, para sí, para el Rey y para Dios, y nosotros caeremos en poder del demonio. Y entonces, á la hora de nuestra muerte, ¿á quién tendremos que nos auxilie? A nadie absolutamente. Nuestros hijos, que ahora están en los bosques, cuando regresen al pueblo y no vean á los párrocos, hijo i Ignacio, se irán por los desiertos ó los bosques á vivir mal. Ya las gentes de San Joaquin, San Estanislao, San Fernando y Timbó, se han desparramado. Esto sabemos y te decimos, porque después el Cabildo no ha de poder restaurar este pueblo como estaba para Dios y para el Rey.

Por tanto, señor Gobernador bondadoso, haz como te suplicamos.

Y que nuestro Señor te asista y te dé su gracia continuamente.

Esto y no más es cuanto tenía que decirte.

De San Luis, á 28 de Febrero de 1768.

Tus pobres hijos, á saber, el pueblo y Cabildo entero

*Carta del pueblo de San Luis al gobernador
de Buenos Aires José de Andonaegui. San Luis,
18 de julio de 1753.*

Bendito y alabado sea el Santísimo Sacramento. Señor Gobernador: le decimos, en nombre de Dios, todos los caciques de San Luis, el Cabildo y hasta los niños inocentes, que están muy bien de salud. Ya hemos recibido tu carta en nuestras manos y, habiéndola leído, nos humillamos solo a Dios y también al Santo Rey; porque esta carta tuya nos entristeció mucho y nos puso muy pensativos, es muy difícil para nosotros cambiarla también, y también la guerra, porque no es bueno que todos los cristianos que pertenecemos a Dios luchemos unos contra otros. No hemos hecho daño al Santo Rey, por lo tanto, no necesitamos la guerra; pero si vienen a buscarnos y nos buscan, vengaremos nuestra pobre vida.

Nosotros los San Luis, conscientes de que nos movíamos, nos fuimos a una tierra muy lejana, cumpliendo la voluntad de nuestro Santo Rey, habiendo ido dos veces, todos nos cansamos mucho y perdimos todas nuestras posesiones, pero sin gustarnos los caciques y los indios juntos y los infieles Charruas y Minuanos no querían que fundemos esa tierra, diciéndonos: "No hay tierra para ti que no tenga dueño, ahora Dios nuestro señor no te ha hecho las Tierras, si quieres entrar ellos la tierra de estar con guerra y punta de lanza" volvimos a nuestro pueblo y nos quedamos, no quedando más tierra que buscar. Ves aquí cómo hemos caminado para cumplir la voluntad del Rey. Por lo tanto, solo nos humillamos ante nuestro Santo Rey y le pedimos que de acuerdo a lo que nos ha sido ofrecido como sus vasallos, nos guarde en nuestra tierra donde crecimos, porque usted, señor gobernador, se constituye para cumplir la voluntad de Dios y del Rey, por lo tanto, en nombre de nuestro Rey, há-

ganos justicia, porque no es bueno para usted hacer la guerra contra nosotros los pobres indios cristianos. Tampoco está bien que apartes y nos quites a los sacerdotes de la Compañía de Jesús, nuestros santos maestros, porque el mismo Hijo de Dios Padre, Jesucristo, nos los ha dado desde la antigüedad.

Por eso, ya les hemos dicho lo que estamos haciendo, y les hemos pedido que no nos saquen de nuestra tierra, sino que nos establezcan y confirmen en ellos. Porque nosotros, los pobres indios, siempre que ha habido un mandato de nuestro Rey, lo hemos cumplido: siempre que ha ordenado a los soldados que bajen a la Colonia, hemos ido; se dijo: quédate un año entero en Paraguay y lo hemos cumplido, siempre demostrando que somos vasallos de nuestro Rey. no quieres sacarnos de nuestra tierra quieres perdernos y quieres acabar ¿nosotros?

Aunque no queremos guerra, pero si la hay, simplemente le decimos a nuestro pueblo: prepárense, compongamos bien nuestras armas, busquemos a nuestros familiares que nos ayuden, y confiando en Jesucristo nuestro ayudador, decimos: salvemos nuestra vida, nuestra tierra y todos nuestros bienes, porque no nos conviene ser pobres y afligidos en vano con el cambio, ni perdernos en vano por estos campos, por los ríos y aguas y por estas montañas y por eso decimos que aquí solo queremos morir todos y así si Dios quiere acabar con nosotros, nuestras esposas e hijos pequeños juntos. Esta es la tierra donde nacimos, nos criamos y nos bautizamos y por eso solo aquí nos gusta morir, este es solo nuestro pensamiento y Dios, señor Gobernador, que siempre le conceda buena salud.

El 18 de julio de 1753 años. Eso dicen los caciques y todo el Cabildo.

947
Anua del Pueblo de S. Luis del

Año 1763.

Toma del Pueblo de S. Luis

<i>Casas</i> —————	271
<i>Personas</i> —————	851
	72
<i>Mujeres en su viudas,</i>	
<i>y muchachos con el</i> ———	256
<i>Muchachos de Comunion</i> ———	128
<i>Niños</i> —————	639
<i>Muchachos de Comunion</i> ———	107
<i>Niños</i> —————	601
<i>Personas en su viudas</i> ———	256
<i>Almas</i> —————	<u>3880</u>
<i>Animales ociosos de Abalo</i> ———	39
<i>De Penales</i> —————	141
<i>Comuneros</i> —————	41
<i>Comuneros</i> —————	4482

Atendiendo esta Santa Junta de los señores Caballeros, Andes y aca-
uados, Acuerda a la yglesia, no solo los dos de fiesta, sino tambien
los de trabajo, así a la mujer, como al varón, depararnos donde los
Sacram^{tos} de la Penit^{cia}, y Comunión: y se acuerda en ellas Congregación,
delos, y curado de sus reales Caballeros. Cuiden mucho de sus hijos,
de que vayan a la Doctrina Christiana, que andan a ella en mucha
de pueria, corriendo por las calles, para allear a tiempo, y así son
terrores de sus padres, porque son con ellos. No está el de los Andes
de suyo tan viciosos, y el más de los Andes andan bien por curados,
cumpliendo con los ayunos de S. J. No están con un pedazo de co-
ra, que por la pobreza de los de algunas veces, es para repartirlos a sus
pequeños hijos, no más, que en algunas veces, se puede ir a por los
de los. Parecidos son muchos, y repartidos entre en alguna de
las Congregaciones. y aca para personas de los, que acuden al pre de
los grandes, que llegan a la vejez, para q^e los venidos fin^{tes} mueran
de una vez, en muchos, y otros de la Christianidad, piedad, y
amor de Dios. y en S. J. también para los que ya son vie-
jos de vejez. mirando de pueblo en la temporal, donde los han la-
go de los Andes, multiplicando sus Andes, y Andes de todos
los países, como otros padecidos, y parcial^{es} de todos hijos, que in-
vencen tanta vida en ellos.

Los hijos, que aquí están, andan ya a los ejercicios espirituales.
El que los acompaña

Los señores porfís, si en nuestros pueblos no cabían así porfismos, no por
acaso, ay andaban vestidos de luto muy blanco, quando mas allá los 22^{os}
afón su nobleza y bondad con señores en alto, donde no se veían a otros
hombres y mujeres chinos y grandes de sus bellos, señores tales se abian a qui, se
en casado ella, mas no muchos hijos y hijas, mas no muchos hijos juveniles,
y en ellas muchas buenas coridas, de muchas mujeres solo con la madre no loma
de apacitar, y así se comen de ninguna manera, se aqui no de ninguno
mas tiempo. Entre los de venir a parir mas un día delante de Dios se no ha
de gelos casado, ella Dios no ha de traer uniformes lo necesario, con solideo,
castigados y otros venidos. Demos señores no pocas cosas en buena guerra,
a señores no han a grandes con castigo y paz fingida; y así 1^o General re
gelados tales se no los lugar y forma se abian a nuestros pueblos, esto a la
que pulso y de vino. Entre ella ella y entones el 2^o no loma;

Desen la Cruz

7. Entre, mas ven. El 2^o los la Verdad, tambien yo ha de porcar an
da delante de Dios fueren para la vida, y así se comen lo se gelos y otros li
comen se abian a nuestros pueblos, y porcar pueblo mas y fufido, en una
se veían, donde ella. no loma quier los gelos y después de andaron un
grande de loma, entre y otros de loma, Comen y Comen. Después
no fue del 2^o grande y otros en loma entre se gelos ella, y no loma
entre el 2^o de loma 2^o 2^o a parte. ay un loma intermedio, donde no,
se comen a nuestros pueblos a loma y de loma a nuestros señores, se
ya venian los loma para quier los señores ella 22^{os} Ella fue del 2^o
el año de 1754.

El original de este papel en Lengua Guaraní está en el pueblo de S. Luis a don
de lo recibí. S. Carlos y F. Juan 15. de 1758.

[illegible]

XXVI — INFORME DO PADRE FRANCISCO DE AVENDANO SOBRE A LEGÍTIMA POSSE DA INVERNADA DE SÃO LUÍS CONTRA AS PRETENSÕES DOS PADRES DE SÃO MIGUEL.

São Luís, 10-IV-1 699.

Informe de la Tierra para la Invernada, que tiene San Luis detras de la Sierra, en el Pueblo que fué de San Comer, dada por Titulos por el Padre Superior Sebastian de Toledo el año de 1696.

I-29-3-32

Por quanto se perdian tantas Terneras y vacas al traerlas de la Vaqueria quando pasaban la Sierra, por cuja causa rogué al Padre Juan de Yegros, quando fue á las Vaquerias la primera vez, que buscasse alguna rinconadilla, entre las muchas que habia detras de la Sierra, (porque de alli comienzan yá los Campos de las vaquerias y todas son realengas), respondiome el Padre Juan de Yegros, habiendo yá pasado la Sierra, que embiase unos quince Yndios que abriesen un monte grande; y que dentro de el habia una rinconada para una invernada; pero que advirtiese, y diesse todo lo necesario á los Indios para su sustento, porque habia de rozar y cortar palos y quemar, porque toda la rinconada estaba hecha un Bosque, que sin haber habido vestigio alguno en el de cosa

(1) Estas palabras están subrayadas en original.

(2) Estas palabras subrayadas están escritas, en original, con letra a otra diferente.

— 111 —

viviente, sino es de Tigres (atienda V. R. á esta ultima clausula, que importa para despues). embie pues los quince Yndios con Lorenzo Abayebi, que fué el descubridor de dicha rinconada; y habiendo los Yndios trabajado alla dos meses, rozando y desmontando la rinconada y abriendo puerta para entrar á ella, levantaron una Capilla y dos Ranchos con licencia del Padre Superior, y á la buelta del Padre Juan de las vaquerias pusieron ya los caballos alli, y terneras, siendo Cura el Padre Bernardo Casero, y sin contradiccion de nadie ni de San Miguel, que tenia entonces su Invernada aparte, pero como á esta no se tocaba ni de mil leguas, porque hay un rio grande de por medio, que es el Bacacai. Fuera de esto hay un monte grande y asi no es tierra continuada.

Pasaronse despues dos años, sin que nadie hablase ni el Padre Henrique Matheis (sic), etc.; y asi de esta suerte fue continuando, y se pusieron alli las Terneras y vacas en el año de 97 hasta ahora, sin que nadie hablase; hasta que el año de 98 un Procurador de San Miguel fue alla, y dixo que todas aquellas Tierras, que caian á la falda de la Sierra, que corren cien leguas, eran suyas. Cata (1) aqui el Pleito yá lebantado y ocasionado solo por un vil Yndio y causa de tantas pesadumbres entre los Padres: que si luego se les fuera á la mano, y no se les oieran, se evitaran muchas cosas, hizo el Yndio tanto eco en los oidos del Padre Superior, que me escribió un billete cual yo no merecia: asentando el Padre unas proposiciones que las tenia el Padre por verdaderas; como decir que era el Tetángue de San Miguel, y asi que le pertenecia. Yo respondi al Padre que se sossegase, y que no disie credito á los Yndios en todo, especialmente quando sus antecesores habian pasado por ello, porque dichas tierras no le tocaban á San Miguel por ningunos titulos: porque estos no pasan

que le pertenecía. Yo respondi al Padre que se sossegase, y que no disse credito a los Yndios en todo, especialmente quando sus antecesores habian pasado por ello, porque dichas tierras no le tocaban à San Miguel por ningunos titulos; porque estos no pasan de la Sierra; y las otras pasan la Sierra y caen en el Tetângue de San Cosme, de donde trageron ladrillos cocidos los Yndios de aqui y Yo tomè informe de los Yndios de la Candelaria, de los viejos de San Cosme, quando fui al Paraguay y de Ignacio Guaraci; y digeron los de San Cosme que sus Tierras estaban à la falda de tierra entre el Bacacai, y esto consta de ellos por su informe, que tengo aqui y dicen los Yndios de aqui, que hay paredones, y horcones de la casa del Padre todavia, que es prueba real que no es Tetângue de San Miguel, porque este cae mas acá como nuebe leguas, donde todos los que pasan beven, y hay Naranjas, y no he comido de ellas, que es otra prueba real, que su Tetângue

(1) Por: «Hasta»?

— 112 —

no es aquel que cae detras de la Sierra hácia el mar; sino este que cae hácia el Toropi, como los mismos de San Miguel lo confiesan: Luego ya no les toca esta tierra por razon de Tetângue de San Miguel porque no lo es.

y V. R.^{ta} con el Padre Anselmo, cuando fueron jueces, dijeron que ya no valia esta razon, habiendose dado ya á dichos Pueblos otras Tierras equivalentes en nombre de S. M. y por esta razon no me valio lo que alegué del Caásapaguasú, cuando dije al Provincial, que en lugar de las tierras de Taparai, cuando se dió á San Juan y á San Xabier el Tobantigua; cuando dije al Provincial que en lugar de las tierras del Nagúaru se diese lo del Caásapaguasú a San Miguel, y me dijo el Provincial que ya no tenia fuerza esta razon, aunque fuesen dichas tierras de San Luis por razon de Taparai que tubo su Tetángue allí, de aqui infiero que, aunque dichas Tierras, caiesen en el Tetángue de San Miguel, (que no caen ni de mil leguas) no tubiera derecho á ellas por la misma razon. Mas digo y añado que aunque Yo hubiera puesto los Ganados en la misma Imbernada de San Migel, que no es así, y está intacta, como ya dije á V. R., que habia un Rio Grande de por medio, y una montaña, digo que ni entonces fuera la tierra de San Miguel por no tener Titulos de ellas, y haberme yo adelantado en pedir las: como sucedio con el Padre Pablo Cano, segun el Padre Cuenta, y que en el Ibscui tenia intento de pedir para una imbernada al Padre Provincial, y para tomar posesion de dichas tierras el P.^e Pablo tubo como dos años allí 20 mil vacas; pero el Padre Francisco Garcia se adelantó en pedir las por titulos al Padre Provincial y se las llevó, y el P. Pablo dice: está bien porque el Padre Garcia se adelantó, luego aunque fuera así, no le tocaba á San Miguel dichas tierras; cuando mas que no fué así, ni se tocó a su imbernada.

Porque antes de darse los Titulos de dichas tierras á este Pueblo, vió primero el Padre Superior Sebastian de Toledo los titulos de San Miguel, que no tenia ningún Titulo de dichas tierras, informósse de Lorenzo Abayebi, como eran tierras mui distintas de la imbernada que tiene hoy San Miguel, que nadie le ha inquietado, ni se le ha introducido; y habiendolo averiguado bien se dieron dichos titulos con el informe del Padre Juan de Yegros. y V. R.^{ta} sepa que Lorenzo fue quien abrió ese camino para la Vaqueria, la primera vez ahora treinta años y así sabia el cuantos rincones

— 113 —

habia para darse dichos titulos sin perjuicio de nadie; solo el Padre Sep ha tenido toda esta bulla sin quererse sosegar; hasta escribir al Padre Provincial, quien me escribió al *Paraguay* sobre ello, y dice así su R.^{ta}: *hanme dicho que V. R. cogió unas Tierras que eran de San Miguel, estimaré que V. R. las buelva* (1). Yo respondí al Padre lo que digo aqui á V. R. y le informé la verdad de lo que habia, etc. Pero el Padre Sep me embió no sé que orden del Padre Provincial, que las cosas de San Miguel estén en el estado que las dexó su Reverencia, dice mui bien el Padre Provincial, hablando de las tierras que son de San Miguel, pero como estas no son de San Miguel no tiene que ver tal orden con ellas.

estas no son de San Miguel no tiene que ver tal orden con ellas, si es que esa orden viene á tiempo, porque lo que me escribió el Padre Provincial fué ahora por Noviembre, estando en el Paraguay, á quien yá respondi; y habiendo tenido de su R.^a respuesta del caso, no me escribió ya sobre ello.

Acabo con decir que la imbernada que tiene San Luis no está en tierras de San Miguel, si no es en el Tetángue de San Cosme, como consta de su Informe de ellos: fuera de esto á San Miguel no le toca por ningunos títulos, que no los tiene de dichas Tierras, ni de su imbernada misma tiene títulos; pero San Luis tiene los suyos; luego él solo tiene derecho a ellos añadido que á la Imbernada de San Miguel no le ha tocado San Luis; pues porqué se inquieta San Miguel? Lo ultimo, aunque fuera su Tetángue, no le tocara por las razones arriba dichas. Esto supuesto; como el Padre Sep me apura? y Yo no me hallo para andar escribiendo villetes al Padre á cada paso, porque veo que es en vano, y que mas fuerza le hace el informe de un Yndio suio, que de un Jesuita, como fue el Padre Juan de Yegros, he escrito al Padre, que á los Jueces y no á las partes toca el decidir los Pleitos; que muestre el Padre sus Instrumentos, y Yo mostraré los míos; y se dará la justicia a quien la tubiere, y no tendrá tanto peso el dicho de un Yndio y mas de San Miguel, para destruir a un Pueblo. Mi Padre superior, qué hubiera sido de San Luis sino tubiera el poco de ganado que tiene en la Sierra retirado, cuando el infierno todo se armo contra sus Estancias, arrinconando todos sus ganados por el Piratini como dice el Padre José Saraiva, en su parecer; y como toda es Tierra pedregosa, y se cria pajaza mala, se han muerto muchos millares de ganados, y Yeguas, que pasan ya de 80 las muertes, por haberlas removido de sus estalajes; y no hay un Toro de provecho para Bueyes de flacos, imirables que estan; y todo se armo contra sus Estancias, arrinconando todos sus ganados por el Piratini como dice el Padre José Saraiva, en su parecer; y como toda es Tierra pedregosa, y se cria pajaza mala, se han muerto muchos millares de ganados, y Yeguas, que pasan ya de 80 las muertes, por haberlas removido de sus estalajes; y no hay un Toro de provecho para Bueyes de flacos, imirables que estan; y

(1) Estas palabras están subrayadas en original.

asi se provee de la Sierra el Pueblo, para un todo; y quiere el Padre Sep echar los ganados de ai por dicho de un Yndio suyo meramente, y no con otros Ynstrumentos; ya se vé que está no cabe en razon humana, etc. San Luis 10 de Abril de 1699.

Francisco de Avendano.

INVENTARIOS

DE LOS BIENES HALLADOS,

A LA EXPULSION DE LOS JESUITAS

Y OCUPACION

DE SES TEMPORALIDADES POR DECRETO DE CARLOS III.

EN LOS PUEBLOS DE MISIONES, FUNDADOS

EN LAS MÁRGENES DEL URUGUAY Y PARANÁ,

EN EL GRAN CHACO,

EN EL PAIS DE CHIQUITOS Y EN EL DE MOJOS,

CUYOS TERRITORIOS

PERTENECIERON LUEGO AL VIRREYNATO DE BUENOS AIRES:

CON INTRODUCCION Y NOTAS,

POR

D. FRANCISCO JAVIER BRABO,

Comendador de número de la Real Orden americana de Isabel la Católica, y Caballero de la Real y distinguida de Carlos III.

MADRID,

IMPRESA Y ESTEREOTIPIA DE M. RIVADENEYRA,
calle del Duque de Osuna, número 3.

1872.

INVENTARIO DEL PUEBLO DE SAN LUIS.

INVENTARIO DEL PUEBLO DE SAN LUIS GONZAGA, DE LOS INDIOS LLAMADOS GUARANÍS Ó TAPES, FUNDADO DESDE SACARLOS DE LOS MONTES DE SU GENTILIDAD Y CONSERVARLOS POR LOS PADRES DE LA COMPAÑÍA DE JESUS, POR DISPOSICION DE LOS CATÓLICOS REYES DE ESPAÑA, POR EL ESPACIO DE MÁS DE CIENTO Y CINCUENTA AÑOS, HECHO DE TODO SU ESTADO Y COSAS ACTUALMENTE EXISTENTES, AÑO DE MIL SETECIENTOS SESENTA Y OCHO, POR MAYO.

Primeramente, los actuales habitantes de dicho pueblo son quinientas setenta y cuatro familias, que entre todos, de uno y otro sexo, chico y grande, componen el número de dos mil seiscientos y trece almas. El pueblo, con sus casas correspondientes á los que actualmente las habitan, son (suficientes y conforme á la penuria de los tiempos), ó de piedra, adobes ó tapia las paredes, y todas de teja y buena madera; está en una loma capaz y dominante, con una plaza en medio del pueblo cuasi cuadrada, de largo ciento noventa y cuatro varas, y ancho ciento cuarenta y ocho varas; está á la puerta de la iglesia, que con el cementerio capaz á mano derecha, y el patio principal á la izquierda, le componen la cuarta parte de su forma cuadrada; las otras tres partes las componen seis hileras de casas dobles de los indios, con corredores por todas partes, y las casas de la plaza sostenidas de columnas de piedra, ménos la una no acabada.

La iglesia, capaz para todo el pueblo, es de tres naves, sobresalientes de tierra hasta los arranques de la bóveda trece varas; las paredes son de piedra, labradura como sillera; lo alto de ellas nueve varas, y recto seis cuartas. Tiene de largo dicha iglesia, de la puerta hasta el presbiterio, ochenta y cuatro y media varas, de ancho veinte y siete, de alto veinte varas; no está acabada de entablar por dentro, con media naranja de madera empezada; tiene cinco ventanas á primera luz, con que tiene suficiente claridad, con vidrios en ellas; sin éstas, tiene otras cuatro ventanas á segunda luz al corredor del patio principal, y otras cuatro correspondientes al corredor del cementerio. Tiene cinco altares; el mayor á la moderna, recién dorado, de quince varas de alto, trece varas de ancho, apreciado en mil pesos. Tiene á proporcion los nueve santos de la Compañía de Jesus, de madera, cuerpo entero y de estatura gigantesca; cada uno vestido en traje,

todos dorados y estofados; apreciado cada uno en más de cien pesos; todos dispuestos entre columnas de dicho altar y sobre los chapiteles de ellas, ménos el Santo Patron, que está á la italiana, con requete, y el Santo Cristo en las manos, con dos ángeles á sus lados, el uno con el escudo de su casa, y el otro floreciéndole la flor de lis, y reglas con espejos y otros adornos en el nicho principal. En el otro nicho más arriba, está la Santísima Trinidad coronando la Santísima Virgen, que tiene bajo su real mano toda especie de gente.

Enfrente de cada nave tiene dos retablos recién dorados todos, é igualmente altos, diez varas cada uno y siete de ancho; se apreció cada uno en seis mil pesos. Enfrente de los cruces tiene otros dos altares con sus retablos cada uno, de seis varas de alto, y ancho correspondiente; apreciado cada uno en cuatrocientos pesos; sin dorar.

Otro altar con su retablo hay en el baptisterio, apreciado en doscientos pesos, sin dorar.

Tiene la iglesia su hermosa fachada á las tres puertas principales hácia la plaza, con sus nichos y cornisas de piedra bajo del pórtico, que tiene de ancho ocho varas, y de largo cuarenta varas, sostenido de ocho columnas, con la altura correspondiente á la iglesia, con otras cuatro puertas, dos al patio principal y otras dos al cementerio, correspondientes entre sí; tiene su sacristía, y contrasacristía, y otro salon detras del altar mayor, de más de quince varas de largo. Apreciaron el casco de la iglesia sola en ochenta mil pesos los sofiores demarcadores, con los tres generales y otros oficiales reales, cuando estuvieron aquí, sin las tejas.

Á mano izquierda de la iglesia tiene el patio principal á modo de claustro cerrado y sostenido, sus corredores de cincuenta y dos columnas cuadradas, de piedra dura á modo de sillera; las más de una pieza, de alto tres varas sin sus pedestales y chapiteles, que apreciaron en ochenta pesos cada una los dichos; tiene de largo dicho patio ochenta y una varas, y de ancho ochenta varas; las dos partes de dicho patio, sin los corredores iguales, tienen nueve aposentos capaces que sirven para almacenes del pueblo, y nueve aposentos otros en la cuarta acera; todos bien compuestos, entablados, en que viven los Sres. Obispos, Gobernadores y sus familias cuando vienen á la visita de dichos pueblos, cunsi cuadrados, de ocho á nueve varas, cada uno con su ventana y vidrios en ellas, con sus cortinas en puertas y ventana, cancel, cuja, colchon, mesa, estante, sillas y dos candeleros; todo en cada uno. Tienen los dichos nueve aposentos otra puerta igual hácia la huerta, donde tienen tambien sus corredores igual sostenido, de veinte columnas de piedra con la misma altura, y un mirador que domina el campo, descubriéndose cerca de diez leguas, bajo del cual está la huerta del pueblo, con muchos árboles frutales y yerbas medicinales, y para la cocina, de más de doscientas varas de largo y poco ménos de ancho, cercada toda ella de pared de piedra de tres varas de alto, poco más ó ménos, con el cementerio.

Tiene otro segundo patio recién acabado, de largo setenta y siete varas y de ancho setenta y cuatro, con su tahona, panadería y demas oficinas necesarias al pueblo, como tejedores, con veinte y dos telares corrientes, carpinterías, herrerías, alfareros, tor-

neros, rosarieros, peñeros, etc. Todas dichas oficinas corrientes, instrumentos necesarios, de nuevo abastecidos de ellos, como constará de la lista de todos ellos, que está en poder de los mayordomos. La casa y oficina de las tejas con su horno, todo corriente, está en la orilla del pueblo cerca de la Laguna.

En el patio principal está la torre de madera, fuerte Taxivo, con tres descansos; de alto veinte y una varas, y siete varas en cuadro, con trece campanas ó diez; las cuatro de ellas grandes, las demás de veinte arrobas cada una, poco más ó menos, y las otras más chicas están sentadas sobre piedra; cada columna con espiga y enlosada con tres escalones de piedra á cuatro vientos; otras dos campanas hay en la capilla de la estancia de San Márcos.

INVENTARIO DE LAS COSAS DE LA IGLESIA DEL PUEBLO DE SAN LUIS GONZAGA.

Alhajas de plata de dicha iglesia.

Primeramente, una custodia de plata, toda labrada y dorada, esmaltada, con más de veinte y cinco marcos de plata.

Item, el trono donde se manifiesta el Señor, con el testero de él de plata filigrana y pedrería, con cinco para seis marcos (*sic*); con la reliquia del Santo Patron, que se puso é hizo despues de la visita del Sr. Obispo Latorre, como otras muchas cosas y alhajas que su Ilustrísima no vió, por no estar aquí, ó por nuevas.

Item, un copon sobredorado todo, con sus dos casquillos, uniformes tambien, sobredorados; todo más de nueve marcos de plata y medio.

Item, dos cajetas para llevar el Señor á los enfermos; la una sobredorada y con filigrana; ambas con sus bolsas, cerca marco ó más de plata (*sic*).

Item, ocho cálices, los seis sobredorados todos, y de éstos, dos con filigrana; entre todos más de veinte y cinco marcos, con sus patenas.

Item, una lámpara de plata con su vaso de lo mismo, con seis cornucopias; todo de plata, con cinco arrobes de peso de romana.

Item, ocho blandones bien labrados, de más de una vara de alto los mayores, á disminucion entre sí proporcionada, con varias piezas; que se ignora el peso, por tener dentro otra cosa que no es plata; todos con sus arandelas; será su peso, como de plata cincuenta y cuatro marcos.

Item, otros seis candeleros grandes, llanos, con sus arandelas, con treinta y seis marcos, poco más ó menos.

Item, otros seis más chicos labrados, con sus arandelas, con diez y ocho marcos, poco más ó menos.

Item, dos ciriales labrados, con sus arandelas, con diez marcos, poco más ó menos y unas espabiladeras de plata.

Item, una cruz parroquial, con los remates y sus rayos sobredorados, con cuatro campanillas; con más de veinte marcos.

Item, una sacra con dos uniformes tablas de evangelio y *Lacabo*.

Item, cuatro atriles, dos de plata de relieve, y los otros dos lisos sobre terciopelo carmesí, por fondo.

Item, un Santo Cristo sobredorado en plancha de plata labrada, por cruz, con muchas piedras, que sirve en el altar mayor.

Item, dos águilas imperiales de plata labrada, con seis arandelitas por remate.

Item, cuatro mallas grandes sobre

terciopelos carmesi, y enmedio una lámina S.^a (sic) (1) sobredorada, con sus piés correspondientes á modo de jarro, con su poco de filigrana y pedrería.

Item, otros dos piés de ramos que tienen su plancha de plata.

Item, dos incensarios con su naveta.

Item, un acetre con su bisopo.

Item, un vasito con su tapa para purificarse los dedos, y otro platillo con tapita para una escudilla de cristal para lo mismo.

Item, la cruz del pendon; ella sola pesa dos libras y once onzas.

Item, dos tembladeras, una grande y otra chica, con su cuchara, también de plata, para hacer hostias.

Item, hostiario y un salerito para los bautismos, con sus tapas.

Item, seis ampollas en que están los santos óleos.

Item, las arras con sus seis anillos, para casamientos.

Item, cucharillas para poner el agua en el cáliz, siete, y unas espabiladeras de plata.

Item, ocho pares de vinajeras con sus ocho platillos; dos de pares ellas sin tapa.

Item, un plato de plata para recibir el bonete del sacerdote.

Dicha plata de estas diez partidas que no tienen palo ó hierro, ni es cosa sagrada, pesa sesenta marcos y tres onzas de plata.

Item, seis cornucopias con doce marcos y medio.

Item, diez marcos de plata chafalonía para alhajas de la iglesia, que con lo hecho, son quinientos cuarenta y cinco marcos y cuatro onzas, que

al peso solo, importan cuatro mil trescientos y veinte pesos.

Ornamentos blancos para el altar.

Primeramente, un terno completo de tisú de oro, con flores de seda y plata; es á saber: casulla y dalmáticas con pluvial, frontal, paño de cáliz y facistol, todo con forro de tafetan amarillo y guarniciones de plata.

Item, otro terno de tisú de plata, con flores de seda y oro, capa, casulla, dalmáticas, con sus estolas y manipulos, paño de cáliz y frontal; todo con galon de oro y forro de tafetan color de perla.

Item, una casulla de brocado de oro con galon de oro y forro azul, con lo demás.

Item, dos casullas de brocado de oro con galon y puntas de oro; sus estolas, manipulos, frontal y capa de lo mismo, con el forro todo de tafetan colorado.

Item, tres casullas amarillas y flores de color de perla, con puntas de plata y forro de tafetan azul, con sus frontales.

Item, otra casulla de brocatillo con guarnicion de oro y forro colorado, con su frontal.

Item, otra casulla de media persianilla de color de perla, con flores amarillas, con guarnicion de plata y forro de calamaço de seda.

Item, una casulla bordada de seda y oro, con puntas de oro, con forro encarnado.

Item, otra dicha, de brocatillo en campo de lama.

Item, tres dichas, de raso con puntillas de oro; la una con forro de tafetan de color de perla, y la otra con galon de plata, y la otra con guarnicion falsa, forradas en tafetan encarnado; todas las cuales tienen sus estolas, ma-

(1) Tal vez fuese abreviatura mal entendida de la palabra que sigue.

nútipulos, paño de cáliz y frontal uniformes; los frontales por todos son catorce.

Item, fuera de las capas de los domos ternos y la de brocato, hay una bordada de seda y oro, en todo semejante á la casulla, con puntas de oro y forro encarnado de tafetan.

Item, otras dos capas de raso; una con galon de plata y oro y forro de color de perla, y la otra con puntas de plata y forro azul.

Item, otra dicha, de brocatillo en campo de lana con galon de oro y forro verde.

Item, otra dicha, de brocatillo de oro con galon de plata y forro encarnado; las capas blancas por todo, son nueve.

Ornamentos colorados.

Primeramente, un ornamento de glassé de plata en campo carmesí; es á saber: capa, casulla, frontal, paño de cáliz, estola, etc., todo guarnecido con puntas de oro y forro de tafetan amarillo.

Item, casulla, frontal, paño de cáliz, estola de terciopelo carmesí bordada de plata, con puntas de plata y forro colorado.

Item, dos casullas de terciopelo carmesí con sus frontales y capas de lo mismo, con manipulos y estolas, y paños de cálices, con forro de color de perla y con puntas de plata.

Item, una casulla de brocatillo colorado, con guarnicion de plata y forro de color de perla.

Item, otra de lana de plata con guarnicion de oro y forro colorado.

Item, otra dicha, de brocatillo con guarnicion de plata y forrada de tafetan colorado.

Item, otra dicha, de lo mismo, en campo de lana y la misma guarnicion, con forro de color de perla.

Item, tres dichas, de damasco carmesí con guarnicion falsa y forradas de tafetan carmesí, con sus tres frontales.

Item, dos dichas, de raso, con la misma guarnicion y forro todo, y cada una con sus estolas, manipulos, paño de cáliz y bolsas correspondientes.

Item, doce frontales iguales á los expresados arriba, con cuatro capas correspondientes á los arriba dichos ornamentos.

Ornamentos morados.

Una casulla, capa y frontal de tisú de oro en fondo morado, con guarnicion doble y forro de tafetan carmesí, con su estola, manipulo, paño de cáliz y bolsa de corporales.

Item, casullas y capa de brocato de oro, en fondo de color de canela, con guarnicion de plata y forradas de tafetan doble musgo.

Item, casulla y capa de terciopelo morado con guarnicion de plata y forro de picote ó griseta aplomada.

Item, dos casullas de damasco morado, con sus estolas, manipulos, paños de cálices y frontal, con guarnicion falsa; los frontales son cuatro y las capas tres.

Ornamentos verdes.

Capa, casulla y frontal, de brocato de plata en fondo verde con galon de oro y forro correspondientes, con estola, manipulos, paño de cáliz y bolsa.

Item, dos casullas de lana de aguas, con capa uniforme, con sus estolas, manipulos, bolsas y frontal, con guarnicion falsa, con forro verde; los frontales verdes son tres, capas dos.

Item, otra casulla de damasco ver-

de con estola, etc., todo con guarnición de seda; las capas son dos.

Ornamentos negros.

Primeramente, capa y tres casullas de terciopelo negro con guarnición doble de plata y forro negro, con sus estolas, frontales, manípulos, paños de cálices.

Item, otra de terciopelo, fondo con su galon de plata, con estola, manípulo y paño de cálix; con frontal, todo con el forro, y otra capa de damasco con puntas de plata; los frontales son cuatro, y paños de facistol dos.

Item, una muceta de brocado de oro para llevar el Señor, guarnecida con encaje ancho de hilo de oro, y baldaquín de media persiana blanca con galon de oro y fleco de hilo de plata en medio.

Item, cinco mangas de cruz de tela de raso; una blanca, otra morada y dos negras, una de terciopelo y otra de damasco.

Dos paños de facistol blancos; uno bordado de seda y oro y otro en lama blanca, bordado, y con podrería.

Ropa blanca.

Veinte y tres albas de Cambray con más de tercia de encajes.

Siete otras, con encajes cuasi desde el medio; otras dos albas de bretaña con cribos y otras dos sin ellos; las cuatro nuevas, de bretaña.

Una de clarín á flores.

Ocho de bretaña con cribos y encajes, y otras dos lisas con encajes.

Quince amitos correspondientes á las albas.

Siete sobrepellices de clarín á flores.

Item, tres de Cambray y ocho de bretaña.

Treinta y seis corporales por todos.

Purificadores, por todos, setenta; cornualtares treinta y siete, y paños de narices quince.

Manteles del altar, tres de Cambray floreado; de bretaña y de otras telas, treinta y siete; paliás de bretaña, diez y seis.

Cingulos de cordon de seda, diez, y de cinta, cinco; de hilo de algodón, tres; paños de comulgatorio de bretaña, seis.

Seis tobajones, seis roquetes buenos para los acólitos, y por todos treinta; y sobrepellices para los mismos, ocho, y roquetes de algodón para los mismos, doce, y otros seis nuevos de bretaña.

Misales por todos, nueve.

Tres sillas para los oficiales del altar, forradas en terciopelo carmesí y galon de plata, doradas; y otras dos aferradas con rasete verde; doradas, también con su galon, pero usadas y antiguas.

Y seis sillitas para los acólitos, pintadas y galon, doradas.

Sotanillas para los acólitos, de granilla colorada, diez, y de sempiterna colorada, diez y nueve; de lo mismo, azules, quince, de medio carro; azules, seis, y de lienzo negro, quince; cintas para los roquetillos de los dichos, tres juegos y otras antiguas.

Campanillas de altar, diez y seis sueltas y cuatro pares á yuntas.

Alfombras para los altares, presbiterio y coro, once; una de ellas de más de once varas en cuadro, que costó mil pesos en Santa Fe, y otra de diez varas; las otras son más chicas.

Una lámpara de latón amarillo, con su vaso; incensario para los difuntos, con cadenilla de plata y naveta de latón.

Los hierros para hacer hostias.

Blandones de madera para el pres-

biterio, dorados, dos, y colorados, seis; todos antiguos.

El vestido de la Virgen es de periana y tafetan carmesí, y otro negro para la Semana Santa.

Gasa y tafetanes para el féretro del Santo Cristo del Viernes Santo. Bandas del altar, cuatro; dosel para el Señor, tres; manuales, tres, y dos rituales; las cuatro banderas borgoñas de tafetanes para infantería.

Un paño de púlpito, de primavera; un dosel viejo de lama colorada, usada, para los obispos.

Siete sobremesas de cañamazo de seda verde con flores á modo de damasco. Una sobremesa bordada de hilo de oro, plata y seda en raso azul.

El guion de lama de plata falsa bordado, y cuatro banderas para las congregaciones. Las cortinas de coleta para los altares menores, que los tres mayores las tienen puestas de listados de algodón con cerca de cuatrocientas varas.

Item, siete Santos Cristos para los altares.

Dos calderitos para el agua bendita, uno de estaño y otro de cobre.

Item, candeleros de metal amarillo, seis, y otro con sus dos arandelas en un pie, y seis palmatorias de lo mismo, y dos espabiladeras de hierro.

Jarros de peltre, seis entre todos, y cuatro vasos, y dos platos grandes para recibir los bonetes el acólito, fuera de otro que hay de plata, y un aguamanil de estaño con su nicho.

Un capote de barragan de color de canela y sombrero para llevar el viático privadamente, con sus faroles; ocho paños negros de lienzo peludo para los difuntos, y otro de damasco viejo con cruz blanca de lo mismo para el túmulo; cuatro cortinas eribadas para las ventanas de la sacristía,

con vidrios. Un Santo Cristo de mármol.

Nueve vestidos de ángeles para muchachitos, con sus coronas, jubones de terciopelo carmesí bordados de hilo de plata, y sus polkeritas de breña con encajes para abajo; y para encima, de raso, tafetanes, con su juego de bandas y guarnicion, y su banderola con lámina del Santo Patron, con sus ocho arandelas para sus luces en misa y vísperas.

Ocho camisetas de lienzo, bordadas de lana por las orlas, para los que llevan el difunto de los niños.

Estatuas de varios santos, de cuerpo entero, veinte.

En la sacristía, su cajonería para guardar dichos ornamentos, y arca y cajones bastantes.

Item, la cruz alta, de madera plateada, con sus dos pares de ciriales, para los días ordinarios; en la iglesia sus bancos para los cabildos.

Item, la música está corriente y buena, entre indios que, demás de las bastantes solfas y motetes, salmos y cantatas, tiene sus instrumentos, como son:

Chirimías con sus bajones, dos juegos; arpas grandes, cuatro, y chicas, otras cuatro; violones, dos; violines, siete, y dos nuevos; fagotillo, un juego; cornetas, dos; clarines, tres; guitarras, cuatro; espinetas, dos, una de ellas no encordada; órgano bueno.

COSAS DE ALMACEN EXISTENTES: TAFETANES Y SEDA.

Tafetanes.

Colorado, trece y cuarta varas (sic).
Amarillo doble, diez varas y cuarta.
Blanco doble, treinta varas y media.
Raso blanco, quince varas y cuarta.

Tafetan carmesí doble de aguas, cuatro varas y cuarta.

Tafetan naranjado, cinco y media varas.

Rasete de flores carmesí, cinco varas.

Persianilla carmesí, doce y media varas.

Tisú rico, dos varas y cuarta.

Añil, veintisiete libras.

Hierro, en veintidos barras dobles, cincuenta arrobas.

Cera blanqueada, ocho arrobas.

Velas de cera, cuarenta.

Alumbre, un saco que se usa, con seis arrobas que tuvo.

Lanzas de hierro, veintiseis.

Velas de sebo, dos mil.

Sebo, treinta y cinco arrobas.

Acero, ocho arrobas.

Oro batido, quinientos libras.

Sal, en treinta y dos sacos.

Diez y seis palas de hortelano, á diez y ocho reales pieza.

Ocho y media libras de alumbre de Castilla.

Azadas para lo mismo, nueve, á diez y ocho reales.

Estafío en media marca, tres arrobas y una libra.

En otra, de plomo, tres arrobas.

Tabaco paraguay, un saco, torcido.

Colores para pintar.

Cardenillo.

Ocre, nueve libras.

Ocre soubra.

Almagre, seis libras.

Albayalde, seis libras.

Azarcon, cinco libras.

Poños azules, dos libras.

Escopetas, enteras.

Siete pares de pistolas.

Cerradura, una.

Diez y ocho hachas vizcainas.

Cinco cuchillones.

Una cajita con melindre.

Tres piezas de estopilla ó platilla.

Tres libras cuatro onzas de galones y flecos de hilo de plata, con retazos de galon milanés.

Dos libras entre hilo de oro y plata.

Una libra tres onzas de toda cinta, entre amapola y atisuada.

Una libra y ocho onzas de liston doble, surtido.

Cinco onzas y media de botones de oro.

Siete onzas de cintas y liston.

Seda surtida, de toda laya, cinco libras y media.

Hilo surtido, seis libras.

Nueve mil agujas.

Cuarenta y ocho tijeras.

Dos resmas de papel y una gruesa de botones de similar.

Ciento ochenta y nueve vidrios de ventana.

Seis gurbias y diez cepillos y diez escoplos.

Hilo de hierro, delgado, veinte libras, y diez y seis limas finas y ocho grandes.

Lienzo grueso, mil trescientas ochenta y dos varas, nueve piezas.

De toldo, ochenta y tres varas.

Diez y seis cepillos para molduras de retablos armados.

Dos cajones de clavos que se usan.

Platillos, entre grandes y chicos, veintisiete.

De loza fina, treinta y uno por todos.

Vasos de cristal, entre todos, surtidos, veinte.

Una frasería diez y ochenta (sic) (1).

(1) Sin dada con diez y ocho frascos.

Otras dos dichas, de doce, y otra de diez frascos; las dos con todos sus frascos.

Tres canoas.

Incienso, seis libras.

Metal campanil, treinta y media arrobas.

Veintidos telares ocupados y corrientes, cada uno con su pieza de ropa que se hace cada una, con doscientas treinta varas de urdimbre.

Ajuar de casa.

Primeramente, para afeitar hay su bolsa con sus navajas de barbear, nueve. En la cocina, siete tachos grandes, seis chicos, tres sartenes, olla de hierro, y lo necesario para la comida para todos los enfermos del pueblo, que tienen dos veces al día comida, máximo los que han recibido alguna sacramento. Platos de peltre que sirven para los huéspedes, sacerdotes y oficiales en el refectorio.

Con ocho cubiertos, cucharas, cuchillos y tenedores, servilletas, y seis fuentes ó platos grandes de lo mismo, con sus cuatro mesas y demás adorno religioso; dos baleros, y otro para postas.

Dos relojes, uno con los días del mes, con ocho de cuerda, y otro en el corredor. Tres alambiques usados y antiguos, dos marcos con sus dos balancitas, balanzas y romana con sus pesas.

Lancetas para los enfermos, tres.

Cosas existentes en poder de los mayordomos y en los almacenes.

Camini en ciento y siete tercios setecientas ochenta y cuatro arrobas, y en noventa y cuatro sacos para el gasto, mil ochocientas arrobas.

Algodón, en diez y seis sacos, trescientas ochenta y una arrobas.

Lana, en cinco sacos, cincuenta y dos arrobas.

Trigo, en cincuenta y cuatro sacos, cincuenta y dos arrobas.

Sembrado, cinco fanegas, ocho almudes.

Cebada en sacos, ciento y veinte.

Sembrada en dos parajes, seis fanegas y cuatro almudes.

Arroz, diez fanegas.

Aberjas, veintiseis fanegas.

Alberjas, sembradas, siete fanegas.

Jijas en sacos, cincuenta fanegas.

Jijas en sacos, veinte y tres fanegas.

De las mismas, sembradas, dos fanegas.

Habas, ciento y treinta fanegas, y sembradas en dos parajes, cuatro fanegas.

Lentejas, diez y seis fanegas, y sembradas, diez y seis almudes, en un solo lugar.

Porotillos, veinte fanegas.

Maiz más de. (sic).

Sembrado. (sic).

Garbanzos en tres sacos, cuatro fanegas.

Una de porotos blancos.

Sembrados, garbanzos, dos almudes, y porotos dos almudes.

En la estancia de San Marcos.

Vacas, entre todo, seis mil doscientas y diez.

Lecheras, ciento setenta y cuatro.

Bueyes, cuatrocientos trece.

Ovejas mil novecientas sesenta y seis, y veinte capones.

Yeguas, cuatrocientas sesenta y cinco.

Potrillos y potrancas, y una mulita, diez y siete; todos herrados.

Burros hechoreos, tres.

Mulas mansas, treinta y seis.

Caballos, por todos, trescientos diez y siete.

Burros y burras, doce.

Los animales para el servicio del pueblo.

Primeramente, bueyes, setecientos ochenta.

Cárneros y ovejas, veintiseis.

Para el gasto de la gente, entre toros y vacas, seiscientos treinta y dos, á peso cabeza.

Puercos, su cría, diez y ocho.

Doce caballos de paso.

SeSENTA y dos mulas de paso.

SeSENTA y tres mulas mansas.

Caballos mansos, treinta.

Vestidos para el cabildo, para su fiesta y recibimientos de gobernadores y obispos.

Primeramente, siete casacas de tornasol de seda, bordadas de hilo de oro, plata, seda, con sus botones, apreciadas en cincuenta y dos pesos cada una.

Item, otras ocho casacas de granilla, bordadas con hilo de plata, y sus botones, con todas sus delanteras de chupa y calzones, etc.

Cuatro de paño azul, fino, bordadas con hilo de plata, con sus delanteras de chupa, y calzones.

Item, dos casacas para el alférez real; la una de terciopelo carmesí, bordada con hilo de plata, con sus delanteras de chupa de brocate, y la otra de paño musgo, fino, bordada de hilo de oro, con su chupa de lo mismo.

Cuatro casacas de calamaco de seda hiladillo.

Cuatro de calamaco azul.

Ocho casacas negras, dos de fondo, y las otras seis de damasco, con sus franquillas de plata.

Todos los vestidos dichos con sus correspondientes calzones, medias y zapatos, corbatas, sombreros, pañue-

los, más de cincuenta; como constará de la lista que está en poder de los mayordomos, todo por menudo.

Para los danzantes, hombres y muchachos.

Cuarenta y cuatro casacas ó más, con sus otros vestidos de moro, de negros, y segun la diversidad de las danzas, que son muchas, con más de cuarenta pares de medias de seda, zapatos, etc.; para los principales, para sus juegos á caballo, ocho juegos de mandiles y pistoleras, ya de granilla, ya sempiterna azul y colorada, con sus franjas de plata, como consta por menudo de las listas de los mayordomos, como tambien los vestidos del cabildo chico de los muchachos que tiene los mismos oficios, vestidos y sus fiestas y danzas con los mismos juegos y entretenimientos y ceremonias como los grandes. En cuyos vestidos se consumió buena porcion de plata; todo para el oficio á las cosas de Dios y del Rey, que Dios guarde.

Libros.

(Unas trescientas y diez obras forman el inventario.)

Diez y ocho tomos, doctrinas, ejemplos y sermones en lengua guaraní, vocabularios y tesoros, etc., y más de cuarenta libritos chicos, misceláneas y otras cosas, y cuatro breviarios completos en varios cuerpos, antiguos, de los padres difuntos, para los músicos y semana santa.

Y los libros de bautismos, matrículas, entierros y confirmaciones, etc.

Mandioccal de más de doscientas varas de ancho y quinientas de largo, intacto, del año de sesenta y siete, y dos batatales mayores, tambien intactos.

tos, por tener mucho la gente en sus chacaras particulares.

Un yerbalito chico y el yerbal grande, de más de cuarenta mil plantas, espaz de hacerse de tres para cuatro mil arrobas de yerba camini cada año, como se hicieron el año pasado, y otro chico.

Tres algodones grandes de más de cuatrocientas varas en cuadro, y otros dos chicos; dos cañaverallitos, un mandiocal grande de cerca de doscientas varas en cuadro y otro más chico.

Dos batatales de más de cuatrocientas varas en cuadro, sin otros retazos.

Tres duraznales ó huertas cerca del pueblo, sin la dicha huerta, con otros árboles frutales.

Cheru corregidor farapiago (1) indio rera pipe.

Che teniente, Chl. Chora.

Che alcalde primero voto, D. Crisótomo Neranda.

Che alcalde segundo voto, Eusebio Arapoti.

Che alférez real, Pascual Pindó.

Che regidor primero, Hermenegildo Curipí.

Che regidor segundo, D. Antonio Cuñambi.

Che regidor segundo, D. Bonifacio Agnara.

Che regidor cuarto, D. Chl. (2) Acatu.

Che alguacil mayor, Francisco Borja y Rabuye.

Che alcalde de la hermandad, Chl. Yabí.

Che alcalde segundo, Ignacio Yeguaca.

Che secretario, Luis Ati Ayapo Herapipe.

En el pueblo de San Luis Gonzaga, á diez y ocho de Agosto de mil setecientos sesenta y ocho. Habiéndose confrontado á toda prisa estos dos inventarios, en uno de los cuales hay algunas cosas borradas que las he anotado, pasó con todo el cabildo á reconocer la plata labrada de iglesia, con intervencion del reverendo P. Fr. Manuel Fernandez, religioso de San Francisco y actual cura de este pueblo, y se halló estar conforme; y segun me ha informado el cabildo, hay en los almacenes lo que en éste se expresa; y para que conste lo firmé con los señores oficiales, el Pedro, que fué cura, y el Bdo. P. Cura actual, en dicho día, mes y año. — FRANCISCO BRUNO DE ZAVALA. — JUAN FARRER, de la Compañía de Jesus. — MANUEL DE LA RUBIA. — FR. MANUEL FERNANDEZ, cura interinario (sic). — JOSÉ GOMEZ DE MESA. — ANTONIO DE QUIRÓS, administrador de San Luis. — CHL. CHORA, teniente de corregidor de este pueblo de San Luis Gonzaga. — A ruego por el alcalde de primer voto Hermenegildo Curipí, JUAN AGUSTIN ATI. — CHL. CHORA, teniente de corregidor de este pueblo de San Luis Gonzaga. — HERMENEGILDO CURIPÍ, regidor decano. — D. ANTONIO CUÑAMBI, regidor. — IGNACIO PINDO, mayordomo de este pueblo de San Luis. — EVARISTO ARAY, mayordomo del pueblo de San Luis. — JOAQUIN PINDO, procurador del pueblo de San Luis. — Ante mí, LUIS ATI, secretario de cabildo.

En el pueblo de San Luis Gonzaga de la nacion guaraní, en diez y ocho de

(1) Che, ya; la poca exactitud de la ortografía hace que no pudimos intercalar la traducción de algunas de estas palabras en guaraní, como p. e. esta *farapiago*, en que hay error segura-

mente, puesto que el guaraní carece de la letra f.

(2) Abreviatura de Cristóbal.

Agosto de mil setecientos sesenta y ocho; el capitán de dragones de Buenos Aires D. Francisco Bruno de Zavala, comisionado por el Excmo. Sr. Gobernador y Capitán General D. Francisco Bucareli y Ursúa, en presencia de todo el cabildo, entregó las tres llaves que se han puesto en el principal almacén, en el nombre del Rey, nuestro señor, D. Carlos III (que Dios guarde), y de orden del Excmo. Sr. Gobernador y Capitán General, la primera á Cristóbal Choro, teniente de corregidor de este pueblo; la segunda á Ignacio Pindo, mayordomo, y la tercera á D. Antonio de Quirós, sargento de las milicias de Corrientes, administrador nombrado por S. E. para este pueblo; y para que conste lo firmo con los señores oficiales y cabildo en dicho día, mes y año.—FRANCISCO BRUNO DE ZAVALA.—MANUEL DE LA RUBIA.—JOSÉ GÓMEZ DE MESA.—CHIL CHORA, teniente de corregidor de San Luis Gonzaga.—ANTONIO DE QUIRÓS, administrador de San Luis.—HERNÁNDEZ GILLO CURRÚ, regidor decano.—D. ANTONIO CUSAMBI, regidor.—IGNACIO PINDO, mayordomo del pueblo de San Luis.—EVARISTO ARAY, mayordomo del pueblo de San Luis.—JOAQUÍN PINDO, procurador del pueblo de San Luis.—Ante mí, LUIS ATI, secretario de cabildo.

Tiene este inventario del pueblo de San Luis siete fojas, inclusa ésta, rubricadas de mi mano y numeradas. San Luis, á diez y ocho de Agosto de mil setecientos sesenta y ocho. — FRANCISCO BRUNO DE ZAVALA.

Buenos Aires, diez y ocho de Setiembre de mil setecientos sesenta y ocho.

Pasen estos autos al escribano de gobierno, para que, sacando testimonio por duplicado, los devuelva á mis manos para dar cuenta á S. M. — BUCARELI.

Concuerda esta compulsa con los autos originales de su contexto, á que me remito, la cual va escrita en treinta y nueve fojas con ésta, todas rubricadas de mi puño. Y en virtud de lo mandado, y para pasar á manos del Excmo. señor Gobernador y Capitán General con los dichos originales, la signo y firmo en Buenos Aires, á veinte y uno de Octubre de mil setecientos sesenta y ocho. — JOSÉ ZENZANO, escribano real, público y de gobierno.

Damos fe que D. José Zenzano, de quien este testimonio va signado y firmado, es tal escribano público y de gobierno como se nombra, fiel, legal y de confianza, y á sus instrumentos, autos y demás despachos que ante el susodicho han pasado y pasan, se les ha dado y da entera fe y crédito. Fecha *et supra*. — JOSÉ GARCÍA ECHASURU, escribano público. — FRANCISCO JAVIER CONGELL, escribano de S. M.

INVENTARIO DEL PUEBLO DE LA CONCEPCION.

MEMORIA DE LOS VESTIDOS DE CABILDANTES, MILITARES Y DANZANTES QUE HAY EN ESTE PUEBLO DE LA CONCEPCION.

Vestidos de cabildantes y militares.

Una casaca de brocado amarillo con chupa y calzones de raso azul; una casaca de terciopelo con calzones, colorada, y chupa de raso azul para el alférez real.

Dos casacas y dos pares de calzones de persiana colorada, con chupas de lo mismo, amarillas, para el corregidor.

Seis casacas con seis pares de calzones de damasco colorado, con chupas de lo mismo, amarillas, para el cabildo.

Tres casacas con su cinta de plata, con tres pares de calzones del mismo damasco, y tres chupas de raso amarillo para el maestro de campo.

Cuatro casacas con ojales de oro, con cuatro pares de calzones del mismo damasco, y cuatro chupas del mismo raso, amarillo, para la infantería.

Cuatro casacas y cuatro pares de calzones de damasco verde, y cuatro chupas de raso azul para los alféreces de infantería.

Dos casacas de paño colorado, con dos chupas de raso azul, y dos pares de calzones del mismo color, de paño, para el alguacil mayor.

Cuatro casaquetas de raso azul para los soldados.

Cuatro chupas blancas de lienzo, bordadas.

Cuatro pares de calzones de raso amarillo.

Cuatro casacas de raso colorado.

Cuatro chupas de raso amarillo y cuatro pares de calzones de paño plateado, para los capitanes de infantería.

Cuatro casacas de brocado y lama, con cuatro chupas de lienzo, bordadas, y cuatro pares de calzones de tripe azul, para los alféreces de á caballo.

Cuatro casacas de paño colorado, con cuatro chupas de raso azul, para los soldados.

Cuatro casaquetas de paño colorado para los ayudantes.

Diez y ocho casacas de paño azul y camellon, para los soldados.

Seis casacas con seis pares de calzones de paño azul y seis chupas de raso.

Diez y nueve sombreros galoneados, ocho con ribete y ocho ordinarios.

Veinte pares de medias de lana.

Veinticuatro corbatas.

Veintidos camisas.

Cinco pares de pistolas.

Veinte aderezos de silla jineta.
Tres pares de estribos de bronce.
Cuatro pares de espuelas, las unas de plata.
Cuatro espadas.
Cuatro espadines.

Vestidos de damantes.

Una casaca y calzones de terciopelo colorado, con chupa de raso azul.

Dos casacas y calzones de damasco azul, con chupas de amarillo.

Cuatro casacas y dos chupas de raso azul, con cuatro pares de calzones de damasco verde.

Dos casacas y dos pares de calzones de persiana colorada, con chupas de raso listado.

Dos casacas de damasco colorado.

Una de persiana, pequeña, con dos pares de calzones de terciopelo.

Dos casaquitas de damasco morado con sus chupas de indianilla y calzones de persiana.

Cuatro casaquetas de damasco verde.

Cinco polleras de raso amarillo y ocho de lienzo.

Una angarica de raso colorado con mangas largas.

Una capita de tafetan amarillo.

Un vestido de raso azul, calzones de damasco colorado, y capita de tafetan amarillo.

Uno dicho, de persiana amarilla, calzones de damasco morado y capa de raso azul.

Uno dicho, con mangas largas, de raso amarillo, calzones de damasco colorado y capa de tafetan doble nácar.

Uno dicho, de raso amarillo, con calzones de damasco morado y capa de tafetan.

Dos casacas de raso plateado, con chupas de brocado verde y calzones

de persiana colorada; ocho juboncitos de raso verde, ocho polleras y ocho pares de calzones de indianilla.

Cuatro juboncitos y cuatro polleras de lana.

Dos casaquitas amarillas, con dos chupas de listado.

Una casaquita de paño azul, y calzones de damasco amarillo.

Cuatro vestidos con sus capitas de raso.

Siete camisas.

Treinta corbatas.

Veinticuatro pares de medias.

Ocho gorros carapá.

Dos coronas de abalorios.

Cuatro dichas, de madera.

Una casaca pequeña, de terciopelo raso colorado.

Siete chupitas; de persiana amarilla las tres, dos coloradas y las dos de raso.

Ocho pares de calzones.

Dos chupitas de grana.

Una casaca y calzones de damasco colorado.

Cuatro chupitas de raso con sus capitas pegadas, de tafetan.

Dos capitas de terciopelo, verdes.

Después se añadieron cuatro vestidos de húngaros y cuatro de persas; los de húngaro de granilla, los de persa de seda.—Joaquín CARDIEL, de la Compañía de Jesús.

INDICE DE LOS LIBROS DE ESTE PUEBLO DE LA CONCEPCION, AÑO DE MIL SETECIENTOS SESENTA Y OCHO (1).

En guaraní.

Tesoro guaraní, dos tomos.

Catecismo en guaraní, por el P. Antonio Ruiz, cuatro tomos.

(1) Ascendió su número á 134 artículos.

MEMORIA DE LO QUE HAY EN LOS ALMACENES DEL PUEBLO DE LA CONCEPCION DEL URUGUAY.

Primeramente, tafetan sencillo, colorado, verde, azul y morado, ciento sesenta y cuatro varas.

Item, tafetan doble, verde, nueve varas y una tercia.

Item, terciopelo carmesí, tres varas.

Item, raso con flores blancas, veintiocho varas y tres cuartas.

Item, persiana, diez varas.

Item, damasco blanco, cinco varas.

Item, lama de plata, diez varas y media.

Item, damasco, una vara y tres cuartas.

Item, una cortina que lo fué de la Virgen, y parece de persiana, nueve varas.

Item, telilla de la China, catorce varas.

Item, algunos pocos retazos de algunas telas.

Esto es lo que hay de telas de seda.

Item, hilo de oro y de plata, dos libras y dos onzas; lo más está embramado en sus palitos; estos palitos pesarán como seis onzas, y así lo neto será una libra y doce onzas.

Item, siete libras y cuatro onzas de tejos en plata y en otros pedazos, para candeleros de iglesia.

Item, ciento sesenta pesos y cinco reales en monedas de plata: es plata que han dado varios españoles que en varios tiempos han pasado por este pueblo y han comprado cosas del común del pueblo, y entre ellos hay una moneda de oro que pesa un adarme.

Item, diez y nueve varas de una tela de lino con flores, muy delgada.

Item, doce varas de una tela como breña.

Item, dos piezas de breña.

Item, doce varas de una tela de lino delgado, listada.

Item, algunos pocos retazos de lino.

Item, cintas de seda de todas layas, seis libras y cuatro onzas.

Item, seda suelta de todos colores, una libra y doce onzas.

Item, galones de oro y plata de diversas layas, los más nuevos, algunos viejos y varios en retazos, dos libras y media.

Item, espejos chicos de seis dedos de largo y cinco de ancho, con sus cajitas, hay en los cajones del almacén doscientos cuarenta y ocho, y dos grandes de tercia de largo y cuarta de ancho; y en el altar mayor hay muchos, chicos, y siete grandes como los dos dichos; los chicos del altar mayor son setenta y seis, y el frontal tiene muchos más.

Item, cascabeles grandes de fundición, algo mayores que nueces, seiscientos cinco, y chicos, amarillos, poco mayores que avellanas, trescientos diez y seis; y en el aposento de los vestidos de los danzantes, diez y nueve de fundición, y chicos ochenta y tres.

Item, incienso venido de Europa, doce libras neto.

Item, menjol, nueve libras neto.

Item, bermellon, catorce libras neto.

Item, azarcon, diez libras y algo de todos colores; el azarcon es neto.

Item, polvos azules, veinticuatro libras y media neto.

Item, albayalde, diez y seis libras neto.

Item, algo de alcaparrosa.

Item, goma arábiga, ocho libras, y algo de goma de Curupay y de Casís.

Item, vacinillas, once, de metal amarillo.

Item, cerraduras, nueve: las cinco son inglesas, de metal amarillo.

Item, algunos pedazos y planchas de metal amarillo.

Item, algunos pocos cuchillos y tijeras.

Item, plomo, once arrobas y trece libras neto.

Item, estaño, siete arrobas y diez libras neto.

Item, yerba camini, ciento veinticuatro tercios con novecientas ochenta y nueve arrobas diez y ocho libras bruto.

Item, algodón, cuarenta sacos con novecientas ochenta y dos arrobas, veintitres libras brutas, de este año, y del pasado, veintitres sacos.

Item, tabaco, un saco con diez y ocho arrobas diez libras brutas.

Item, vidrios para ventanas, cosa de setecientos.

Item, lienzo grueso y mediano, diez mil novecientas cuarenta y seis varas, y de delgado, trescientas noventa y dos varas; del primero cincuenta y una piezas, y del segundo dos piezas.

Item, en los telares, veintisiete piezas, que pasan de doscientas varas en acabándose.

Item, cuerdas de espineta, algunas docenas.

Item, aruelas para fabricar, cuatrocientas catorce.

Item, barretas de hierro, ciento.

Item, romanas para pesar, cuatro; una de éstas tiene prestada el capitán D. Antonio Jarauta, comandante del destacamento del Monte Grande.

Y con ella tiene prestado un pedrero de milicia que estaba en este pueblo, y era en hacienda del pueblo.

Item, azadas y pala-picos, doscientas treinta y dos.

Item, palas, ciento noventa y ocho; son de hierro.

Item, escoplos, cuatrocientos treinta y uno.

Item, picos para labrar piedras, doscientos diez y seis.

Item, cepillos, diez.

Item, machetes, ciento cincuenta y seis.

Item, lanzas, ciento noventa y cinco, y de éstas hay cuatro en la estancia.

Item, cera de España, una arroba y diez y seis libras, en doscientas y cinco velas.

Item, cera de la tierra, dos arrobas y diez libras.

Item, tachos ó peroles, uno grande de fundición, de metal campanil, siete grandes de cobre, dos chicos de cobre y cinco medianos de lo mismo; dos grandes y dos chicos de metal amarillo; con que en todo son diez y nueve tachos.

Item, ollas de cobre, dos algo grandes.

Item, sartenes de hierro, dos chicas.

Para el refectorio.

Tobajones ó paños de manos, dos.

Item, cucharas, trece.

Item, tenedores, trece.

Item, cuchillos de mesa, siete.

Item, vasos de cristal y vidrio, seis.

Item, vinajeras, tres.

Item, platos de estaño, veinticuatro; y en el almacén hay más cucharas, tenedores y platos y vasos.

Item, sillas, entre grandes y chicas, nuevas y viejas, sanas y rotas, hay cincuenta y cuatro.

Item, manteles, cinco.

Item, servilletas, ocho.

Alhajas de los músicos.

Arpas grandes, cuatro.

Rabelos, seis.

Rabelones, dos.

Espinetas, una.

Violas, dos.

Bajones grandes, dos.
 Bajones menores, cuatro.
 Chirimías grandes y pequeñas, diez.
 Fagotillos, uno.
 Cornetas, dos.
 Plantas de música, cuatro.
 Órganos, uno.
 Clarines, cuatro.

Ademas de esto hay en el almacén once chirimías chicas y grandes y dos fagotillos.

Alhajas de plateros.

Martillos, nueve.
 Cinceles, nueve.
 Moldes redondos, dos.
 Moldes para tornillos, nueve.
 Moldes para clavos, nueve.
 Tornillos de mano, uno.
 Otro grande, uno.
 Compás largo, uno.
 Compás arqueado, dos.
 Alicates, uno.
 Limas, dos.
 Tudel, uno.
 Varilla de clarines, una.
 Cartabon de hierro, uno.
 Tijeras grandes y chicas, siete.

Escoplos para cortar plata y para hacer molduras, tres.

Tenazas, dos.

Los carpinteros tienen abundancia de sierras, escoplos, taladros, barrenas y otros instrumentos; en el almacén hay buen número de escoplos y algunas limas.

Alhajas de herreros y corrajesos.

Yunque, tres.
 Martillos grandes, ocho.
 Martillos chicos, siete.
 Ternos, tres.
 Tenazas, ocho.
 Espetos, dos.
 Rufrienzas, dos.
 Funzones grandes, dos.

Tenazas, cinco.
 Repartidor, uno.
 Claveras, tres.
 Tarragas, dos.
 Entenayas, una.
 Limas, quince.
 Limatones, tres.
 Cuchillas, una.
 Pionadas, una.
 Cinceles, doce.
 Brocas, nueve.
 Taladros, uno.
 Palas, dos.
 Barretas, dos.
 Compases, uno.
 Tenazas, ocho.
 Argollas, ocho.
 Rascadores, uno.
 Rompederas, una.
 Sierras chicas, dos.

Estancias.

Tiene este pueblo cuatro estancias, tres despobladas en la banda oriental del Uruguay, y una poblada, que es la grande del río Aguapey, á veinte leguas de aquí, hácia el Sudoeste, que llaman del Aguapey, cuyos mapas y títulos de todas éstas están en el archivo con los mapas y títulos de todas las demas tierras de alrededor del pueblo; tiene tambien una estancia de ganado vacuno á tres leguas del pueblo, á orillas del río Arecoatay, y está poblada de ganado mayor y menor.

Ganados.

A fines de Enero de este año de mil setecientos sesenta y ocho visité los puestos y rodeos de todas las estancias pobladas, y hallé de vacas, veinte y cinco mil ochocientas cincuenta y dos cabezas, y regulado el procreo desde Enero á este mes de Agosto, con lo que se ha gastado para la manu-

tencion del pueblo, de los estancieros y otros muchos gastos que se han hecho en viajes de carretas, etc., y prevenciones con ocasion de la venida del señor Gobernador, que han sido muchos más que otros años; y entrando tambien en esta regularidad de haber sacado algunos pueblos cantidad de vacas que de sus estancias se habian pasado á la de este pueblo, y las que este pueblo ha pasado de otras estancias para la suya, por haberse pasado á ellas á causa de no ser estancia cercada; haciéndonos cargo de todo esto, juzgo, que hoy en todas las estancias, habrá el número de veinte y cuatro mil cabezas.

Item, en dicha visita hallé buyes, dos mil.

Caballos mansos en el pueblo y fuera, en varios mandados, seiscientos y siete.

Cría de caballos en cuatro puestos con crías, hechoros, etc., quinientos y cincuenta.

Cría de caballo y burra, veinte y cuatro cabezas.

Cría de burros, cien cabezas.

Ovejas, en la estancia dicha del Aguapey y cerca del pueblo, once mil doscientas y quince.

Mulas mansas, en el pueblo y fuera de él, en varios mandados, cuatrocientas y cuarenta y cinco.

Plantíos.

Hay tres yerbales, uno antiguo y grande, como un cuarto de legua de largo y medio de ancho. Detrás de la huerta de casa del Padre, otro de algunos años, menor, y cercano á éste otro, no grande, á legua y media del pueblo.

Hay tres algodónales grandes en tres parajes. Cada uno está dividido en nueve partes, y cada parte de éstas

la labra una parcialidad de indios, porque el pueblo para su gobierno económico está dividido en nueve parcialidades.

Camas y colchones.

Doscientas cujas que hay distribuidas en el pueblo por disposicion del corregidor, para alojar al General cuando venga.

Item, ochenta colchones de á ocho varas de lienzo cada uno, sin llenarse, de algodón.

Item, ciento y noventa y un colchones, distribuidos en las doscientas cujas, llenos de algodón, y cada uno tiene ocho varas de lienzo.

MEMORIA DE LAS ALHAJAS DE ESTA IGLESIA DEL PUEBLO DE LA CONCEPCION DEL URUGUAY, EN LA VISITA DEL ILUSTRÍSIMO SEÑOR OBISPO DON MANUEL ANTONIO DE LA TORRE, EN NUEVE DE ENERO DE MIL SETECIENTOS SESENTA Y CUATRO AÑOS.

Ornamentos blancos.

Una capa de brocado de oro, encaje y puntilla de plata rosado.

Otra de medio tapiz, puntilla de oro.

Un termo de brocado, flores de oro y seda, en campo de lana, encaje de plata, con capa, dalmáticas, casullas, paño de facistol, frontal, etc., carmesí.

Item, otro de persiana, franja de oro.

Item, una de brocatillo, de plata.

Item, una de persiana, galoncillo de oro.

Casullas.

Tres de brocado de oro, galon de puntilla de plata.

Tres de persiana, galon de oro.

Dos de media persiana, galoncito de oro.

Tres usadas, de lo mismo, puntilla de plata.

Una de brocado de plata, galon de plata.

Dos de persiana, galon de oro.

Tres de medio tapiz, galon de plata.

Dos de tapiz, galon de plata, azul.

Dos de persiana, cinta plateada.

Una de lo mismo, puntilla de plata, morado.

ENCARNADOS.

Capas.

Dos de persiana, punta ancha de plata color de caña, encarnado.

Una de brocatillo, encaje de plata verde.

Casullas.

Cinco de persiana, galon de plata amarillo; morado, dos.

Una de brocado de plata, encarnado.

Dos de brocatillo chino, guarnicion ordinaria.

Tres de damasco, guarnicion dicha.

Una de fondo, usada, amarillo, guarnicion falsa.

Una de terciopelo, vieja.

Una de raso, vieja, rosa.

Una de medio tapiz, galon de plata, caña.

MORADOS.

Capas.

Una de persiana, guarnicion ordinaria, encarnado.

Una de terciopelo, punta ancha de plata, encarnado.

Casullas.

Dos de brocado de plata, guarnicion ordinaria, musgo.

Tres de persiana, guarnicion de plata, morado.

Dos de damasco, guarnicion ordinaria, encarnado.

Una de terciopelo, vieja.

Dos de raso, viejas.

VERDES.

Capas.

Una de brocado, flores de oro y plata, galon de plata, encarnado.

Una de lama á flores, galon falso encarnado.

Casullas.

Dos, uniformes á las capas.

Una de terciopelo, encaje falso verde.

Una lama de aguas, guarnicion falsa verde.

NEGROS.

Capas.

Una de fondo, puntilla de plata, nobleza negra.

Una de griseta, encaje ancho de plata morado.

Casullas.

Tres de terciopelo fondo; una vieja, puntilla plata.

Una de griseta, galoncito de plata.

Dos de damasco, guarnicion falsa, y dos dalmáticas zangalete.

ROPA BLANCA.

Albas.

Albas, siete de breña fina con tres órdenes de encajes, una con cribos, usada.

Una dicha, con puntilla.

Doce de breña ordinaria.

Veinte y cuatro amitos, de dicha.

Cinco corporales finos con encajes.
Veinte de bretaña con puntilla de encaje.

Veinte y cuatro purificadores, entre finos y ordinarios.

Catorce dichos, finos.

Doce cornualtares de bretaña.

Diez y seis manteles de bretaña.

Seis roquetes finos de bretaña, con cinco ordinarios de encaje.

Doce dichos, de lo mismo, con punta de encaje.

Doce dichos, entre finos, con tres órdenes de encajes.

Doce de bretaña ordinaria, usados, uniformes.

Item, veinte y cuatro de lienzo con cribos.

Diez sobrepellices de bretaña.

Once cíngulos de hilo algodón.

Cuatro misales nuevos y cinco viejos.

Un ritual romano viejo, y dos de guaraní viejos.

Seis tabajones.

Seis sotanillas de granilla, seis de sempiterna, encarnadas, nuevas; ocho de lo mismo; usadas, seis.

Item, un incensario de metal con naveta.

Item, cinco cruces de altar con crucifijos.

Todo esto es copia del borrador que dejó aquí el secretario de dicho señor Obispo, y está trasladado con la misma puntuación del borrador; dicho borrador original se guarda con esta copia.

Plata.

Primeramente, una custodia sobredorada y esmaltada, con varias piedras.

Item, un ocon con dos cascos dorados.

Item, una cajeta para los viáticos.

Item, siete cálices con sus patenas; los dos labrados.

Item, siete pares de vinajeras con sus platillos y cucharitas.

Item, una cruz parroquial y otra grande, y dos chicas para estandartes.

Item, dos ciriales.

Item, seis blandones y cuatro candeleros.

Item, una sacra con su evangelio y Loroño, en que estaban grabadas las palabras.

Item, dos incensarios con una naveta y cuchara.

Item, un acetre con su hisopo.

Item, la llave del sagrario.

Item, una jarra y otra más para comulgar.

Item, un hostiario.

Item, un vaso para sal bendita.

Item, otro para purificar los dedos, con su platillo.

Item, tres crismeras.

Item, una lámpara grande.

Item, una campanilla.

Item, las arras para casamientos, que son trece reales de á dos.

Toda esta plata es también copia del borrador.

Además del borrador, están todos estos ornamentos de seda y plata escritos en limpio en un libro aparte, con firma del señor Obispo, su secretario y del actual cura.

Después de la visita dicha, de Enero de mil setecientos sesenta y cuatro, se añadió lo siguiente:

Primeramente, seis pedazos de periana de á dos tercias, para poner sobre los platos grandes ó fuentes en que se pone el cáliz al ir á decir misa.

Item, un mantel de cinco varas y media de largo, y se bendijo.

Item, dos pedazos de madera aferrados con planchas de plata, de media vara de largos y cuatro dedos de alto

ó gruesos, con tres agujeros cada uno, en que están tres arandelas de plata, y sirven para poner en cada uno tres velas de cera cuando está el Santísimo patente.

Item, se hicieron tres crismeras de plata para traer en ellas los santos óleos desde el pueblo de la Candelaria, adonde van desde Buenos Aires, despues que los bendice el señor Obispo.

Item, se hicieron nuevos hierros de hostias, con sola la cruz grabada.

Item, se doraron los cálices que estaban sin dorar, excepto uno que por muy delgado no se pudo dorar.

Item, se dió un ornamento de misa, ménos el cáliz, para una misión de infieles. Es de una tela como nobleza, que parece inferior á la persiana: se dió de limosna con consentimiento de los indios. — JOSÉ CARDIEL, de la Compañía de Jesús.

En el mismo día se empezó el cotejo del inventario por las alhajas de iglesia y sacristía, con asistencia del expresado regular José Cardiel, del Padre Fr. Luis Pintos, que entra á sustituir el oficio de cura, del corregidor y del cabildo del pueblo, y llamándose por el mismo orden de dicho inventario, se reconoció la existencia de todo, excepto lo siguiente:

De ménos.

Seis roquetes de bretaña entrefinos, con tres órdenes de encajes.

Doce dichos, ordinarios, usados.

De más.

Cincuenta y un frontales de las mismas telas que los ornamentos.

Una alfombra grande.

Cuatro menores.

Un palio de persiana, con varas de palo.

Una silla de manos para llevar el viático.

Descortinas de lienzo ordinario, para cubrir los altares.

Un reloj de campanilla con su caja de cuerpo entero en la sacristía.

Tres sillas viejas pintadas, forradas en damasco.

Seis taburetes para los asistentes á las misas cantadas.

Un paño de serafina que cubre todo el cajón de los ornamentos.

Ocho cuadernos para los sacramentos, entierros y vísperas, forrados en varias telas de plata, oro y seda.

Diez campanillas de metal.

Ocho campanas entre grandes y pequeñas.

Un cajón de dos cuerpos, de madera, en ocho divisiones y su remate, que sirve para guardar los ornamentos y revestiras.

Un órgano.

Cuatro confesionarios con follajes de madera, pintados y dorados.

Cinco retablos, asimismo dorados y pintados.

Y habiendo preguntado al expresado regular la causa de estas diferencias, dijo que los seis roquetes, por ser viejos, se habían deshecho para componer otros, y los doce hacia juicio fuese equivocación; y en cuanto á lo demas, no lo puso, por parecerle que no era preciso, y en estos términos el referido P. Fr. Luis Pintos se dió por recibido de todo, ofreciendo cuidar de la permanencia de ello, y de dar la correspondiente razon en los tiempos debidos. Y para que conste, firmé esta diligencia con el dicho Fr. Luis, el corregidor y el secretario de cabildo, y ante los testigos con quienes se actúa. — FRANCISCO PEREZ DE SARAVIA. — FR. LUIS PINTOS. — Corregidor, PEDRO CURIMANDE. — Secretario, LAU-

REANO CATRÉ.—Testigo, ESTÉBAN SANCHEZ.—Testigo, MARTIN JOSÉ DE ARCE.

En dicho día y con la misma asistencia, se continuó el reconocimiento y cotejo de la librería que contiene el inventario, como perteneciente al dicho pueblo, y se hallaron en sus estantes respectivos; de ellos se recibió el citado Padre Predicador general, Fr. Luis Pintos, como también de los cuatro libros correspondientes á iglesia, en que se asientan los bautismos, las confirmaciones, los casamientos y entierros que se hacen en este pueblo, todos visitados por el Ilmo. Sr. Don Manuel de la Torre, dignísimo obispo de Buenos Aires, bajo de la misma obligación de cuidar de su permanencia, y lo firmó conmigo y los demas que constan de la antecedente diligencia.—FRANCISCO PERRE DE SARAVIA.—FR. LUIS PINTOS.—LAUREANO CATRÉ, Secretario.—PEDRO CURIMANDÉ, Corregidor.—Testigo, ESTÉBAN SANCHEZ.—Testigo, MARTIN JOSÉ DE ARCE.

En el citado pueblo, á nueve del referido mes y año, con asistencia del regular José Cardiel, del expresado cabildo, del procurador de dicho pueblo, de D. Estéban Sanchez, administrador nombrado por el Excmo. Sr. Gobernador y Capitan General, y de los mayordomos indios, se pasó al reconocimiento de los almacenes en que afirmaron existir los demas efectos que contiene el inventario, como pertenecientes á dicho pueblo, y se encontraron en ellos todos los que en él se especifican, con las diferencias y declaraciones siguientes:

La partida de algunos pocos retazos de tela, es de cinco pedazos de brocato blanco y oro, que todos juntos tienen tres varas y tres cuartas; otros cinco de brocato verde con tres varas y tres cuartas; otros cinco de

medio tapiz blanco, usado, con tres varas y tres cuartas; otros cinco de fondo negro, usado, con tres varas y tres cuartas; uno de medio tapiz azul con dos varas.

La partida de algunos pocos retazos de lino, es de tres cortes de platilla bordados de lana, para juboncillos.

La de cintas de seda de todas layas, son de plata y oro falso, y sólo pesan cuatro libras y doce onzas.

De la partida de seda faltan dos onzas.

La partida de galones de oro y plata de diversas layas, con peso de dos libras y media, es inútil, porque la mayor parte son muy usados y todos falsos.

La partida de alcaparrosa pesa media libra.

La de cuchillos y tijeras es de una docena de cuchillos de cabo ligero y tres pares de tijeras de sastrecillo.

La de cuerdas de espineta es de cuatro docenas.

La de cucharas, tenedores, platos y vasos es de siete cucharas, siete tenedores, cinco platos y diez y ocho vasos de todos tamaños.

La de los escoplos y limas es de trece escoplos y diez y siete limas.

Se halló demas de lo inventariado.

Una pieza de encajes del Paí, de cuatro dedos de ancho con catorce varas.

Varios pedazos de encajes de la misma calidad, de dos dedos de ancho, treinta varas.

Tres rosinas de papel blanco.

Un estante de madera con nueve cajones en que están los efectos.

Una litera para el servicio de los Padres curas.

Un peso de balanzas de madera con porción de piedras forradas en cuero

que sirven para pesas de él. En cuyos términos se verificó la existencia, y luego se pusieron á dichos almacenes dos llaves más de las que cada uno tenía, según lo prevenido por S. E., entregándose una á D. Pedro Curimandé, corregidor de dicho pueblo, otra al administrador español y la restante al mayordomo nombrado Juan Yaguaché; imponiendo á dicho cabildo por medio de intérpretes, y en consecuencia de la instrucción de S. E., que nada podría extraerse de dichos almacenes para el uso, giro y adelantamiento del pueblo, sin su acuerdo y asistencia; y al administrador español, que ningún otro documento será bastante para su descargo, que solos aquellos que fuesen privados por el dicho cabildo y mayordomo; de que quedaron entendidos, y firmaron conmigo esta diligencia el corregidor, el secretario, el administrador español, el mayordomo del pueblo, y los testigos ante quienes se actúa á falta de escribano.—FRANCISCO PEREZ DE SARAVIA.—Corregidor, PEDRO CURIMANDÉ.—Secretario, LAUREANO CAYRÉ.—Mayordomo, JUAN YAGUACHÉ.—Testigo, ESTÉBAN SANCHEZ.—Testigo, MARTIN JOSÉ DE ARCE.

Incontinenti, con asistencia de los del referido cabildo y presencia del nominado regular José Cardiel, se reconocieron los aposentos en que habitaban y el archivo que tenía dicho Cardiel en el suyo, y en ellos se encontró la ropa de su uso y libros de devociones, que le hice entregar; y en el archivo dos papeles sueltos escritos por el citado Cardiel; el uno dice: *Cuentas con el oficio de misiones de Buenos Aires; y el otro: Memoria de lo que deben al pueblo de la Concepción de Uruguay; los que mandé agrogar á estos autos.*

Asimismo se hallaron dos recibos,

uno de D. Francisco Javier de Rojas, vecino del Paraguay, su fecha 26 de Abril de 1763, de un tercio de yerba y cuatro arrobas de tabaco.

Otro de D. Lorenzo Recalde, su fecha treinta de Agosto de sesenta y cinco, de dos arrobas y tres libras netas de tabaco.

Un vale de D. Juan José de la Cueva, su fecha diez de Julio de mil setecientos sesenta y tres, en que debe á este pueblo siete arrobas y media de azúcar blanca.

Una certificación que acredita debe á este pueblo la procuraduría de misiones del colegio del Paraguay setenta y ocho arrobas de yerba.

Un papel del procurador que fué de misiones del colegio de Buenos-Ayres, Roque Vallester, que califica el estado de las cuentas de este pueblo con el oficio de misiones de Santa Fe, hasta el año de mil setecientos sesenta y dos.

Una carta del P. Procurador Manuel Arnal, que manifiesta igual estado de cuentas de este pueblo con el oficio de misiones de Santa Fe, hasta el año de mil setecientos sesenta y seis.

Seguidamente se reconocieron en dicho archivo los mapas de las tierras y jurisdicción que le pertenece, con los títulos de su propiedad y otros papeles correspondientes al mismo cabildo, y no habiendo otra cosa, se concluyó esta diligencia, que firmé con los testigos con quienes actúo.—FRANCISCO PEREZ DE SARAVIA.—Testigo, ESTÉBAN SANCHEZ.—Testigo, MARTIN JOSÉ DE ARCE.

CUENTAS CON EL OFICIO DE MISIONES DE BUENOS-AIRES.

El último ajuste de cuentas fué á primero de Enero de mil setecientos

sesenta y uno, hasta Diciembre del mismo, y según este ajuste, resta este pueblo de la Concepción á deber la cortedad de tres cuartillos de real. Despreciando esto, por ser cosa tan corta, dirémos que quedamos en paz. Y quedan en sér en dicho oficio treinta piezas de lienzo, que suelen tener algo más que doscientas varas. Hasta aquí consta del papel de cuentas del P. Roque Valleser, que entónces era Procurador de dicho oficio, y se guarda de su mano; despues no han tenido cuentas, y así se ponen aquí las partidas de hacienda que han ido y las que ha enviado al P. Procurador.

Debe el oficio.

Ademas de treinta piezas que quedan en sér, se enviaron doce piezas de lienzo delgado del año sesenta y dos.

Item, otras veinte y cinco de lo mismo, y cuatrocientas y cincuenta arrobas de yerba del año sesenta y tres.

Item, debe mil varas de lienzo mediano, que por Marzo de sesenta y cuatro se dieron á cien indios de este pueblo, que por órden del Sr. Gobernador fueron al sitio de la Colonia, y mandó el Sr. Gobernador que se les diese este lienzo á la vuelta en su pueblo, prometiendo S. E. pagarlo de Procuraduría de Misiones.

Item, por Febrero de sesenta y cuatro, se enviaron cuatrocientas veinte y siete arrobas cinco libras, bruto, de yerba.

Item, por Enero de sesenta y cinco, cuatrocientas arrobas de yerba.

Item, el mismo año se le envió una libranza de mil cuatrocientos y noventa y un pesos para el teniente coronel D. Antonio Catani, los cuales mil cuatrocientos noventa y un pesos

los había él prestado á este pueblo de la Concepción para comprar vacas al pueblo de Itati de las Corrientes, que no las querían dar sino por plata.

Item, por Diciembre de sesenta y cinco se enviaron doscientas catorce arrobas de yerba, y treinta piezas de lienzo con seis mil trescientas ochenta y cuatro varas, brutas.

Item, á siete de Noviembre de sesenta y seis, diez piezas de lienzo con dos mil ciento y treinta varas, brutas.

Item, en el mismo día cuatrocientas veinte y seis arrobas seis libras brutas de yerba.

Item, este día cinco rollos de tabaco torcido con cincuenta y nueve arrobas, tres libras, brutas; la yerba toda es de camini.

Item, por una libranza á favor de Yapeyú, año de sesenta y tres, dos mil nuevecientos cuarenta y ocho pesos seis reales.

Item, por tres libranzas á favor del Córpus los años de sesenta y tres y sesenta y cuatro, mil doscientos treinta y tres pesos.

Esto es lo que se ha enviado en estos cinco años, y debe el oficio.

Ha de haber.

	Pesos.	Ra.
Por una memoria que llegó por Abril de sesenta y tres.	1489	3
Item, por otra que llegó á quince de Noviembre de sesenta y cuatro.	1343	2
Item, por otra que llegó por Junio de sesenta y cinco.	1317	4

En esta memoria vino una libreta de azogue con seis libras netas, y no la puso en la cuenta de dichos mil trescientos diez y siete pesos cuatro reales; se había pedido azogue.

Item, según las partidas de esta memoria y los precios en que se compararon, que expresaba el P. Procurador, salía aquí la suma de mil trescientos cincuenta y cuatro pesos un real, esto es, treinta y cuatro pesos más que la suma de la memoria. Ya se le avisó de esta equivocación y lo del azogue, para ver en qué consiste. En la Procuraduría se hallará el papel.

Faltan que poner aquí el tributo anual, el dierno, los gastos del amanuense, chasques, en pro de estos pueblos; limosna de las misas que se hacen decir en Buenos-Aires á clérigos y frailes por los difuntos del pueblo, además de las que aquí decimos de balde sin limosna, y otros gastos inexcusables que el P. Procurador suele poner en sus cuentas, que todo constará de los papeles de la procuraduría; faltan también los géneros que venían, y detuvieron en las Corrientes. — JOSÉ CARDIEL, de la Compañía de Jesús.

MEMORIA DE LO QUE DEBEN AL PUEBLO
DE LA CONCEPCION DEL URUGUAY.

	De.	Rs.
El pueblo de San Lorenzo		
debe.	18	6
El de Santo Tomás debe. . .	27	5
El de San Borja debe. . .	317	5

El oficio de misionero del Paraguay debe setenta y ocho arrobas de yerba de Palos, como consta de un papel que hay firmado del P. Procurador; otros particulares del Paraguay deben algunas partidas, como consta de papel firmado de ellos.

El oficio de misiones de Santa Fe debe 94 p. 1 r. y $\frac{3}{4}$, según el último ajuste de cuentas de primero de Enero de mil setecientos sesenta y seis, has-

ta primero de Enero de mil setecientos sesenta y siete.

Y tiene en séralí este pueblo, según dice dicho ajuste, dos piezas de lienzo y cincuenta y dos tercios de camini remitidos á Chile, de cuyo precio aun no se sabe; se enviaron á vender allá.

Las cuentas con el oficio de Buenos-Aires constan de otro papel aparte. Debe el pueblo de la Concepcion al Colegio de las Corrientes por compra de vacas y ovejas, diez y siete mil ciento diez y siete varas y media de lienzo ordinario, brutas, que con el tres por ciento hacen diez y siete mil quinientas catorce varas.

Hoy catorce de Junio de mil setecientos sesenta y ocho, hay hechas como la mitad, y la otra mitad está en los telares y en hilo; y según lo que ordinariamente se teje, entrando todos los que saben tejer, está toda la paga concluida ántes de dos meses.

Al pueblo de Itatí y á varios particulares eclesiásticos y seglares se compraron estos años vacas, ovejas, caballos y carretas; á todos se les pagó, como consta de sus recibos. El Colegio dijo que esperaba el último, y por eso se le paga el último. Por ser así verdad lo firmé. — JOSÉ CARDIEL, de la Compañía de Jesús.

Desde Agosto de mil setecientos sesenta y tres han estado enviando los pueblos bizcochos al destacamento de soldados españoles fronteros de los portugueses; este pueblo ha enviado como sesenta y cuatro arrobas. Aquí es á dos pesos la arroba; no se dice quién lo pagará.

Además del bizcocho, se han enviado al destacamento en varios tiempos, caballos, escopetas, plomo y otras varias cosas que supongo estarán apuntadas en el oficio del Padre superior.

nada de esto se ha pagado, ni el bixcocho. Lorenzo Pedros, español, es capataz de la estancia grande del Aguapey; gana veinte y cinco varas

de lienzo ordinario cada mes; está pagado, y sólo se le debe hasta primero de Agosto de mil setecientos sesenta y ocho, treinta y ocho varas.

En este referido pueblo y expresado día, con el fin de averiguar lo conducente á la administración que del mencionado pueblo corria á cargo del P. José Cardiel, del orden de la Compañía, y asimismo á la certeza y claridad de las deudas que comprende el inventario que me ha exhibido, y los papeles agregados á estos autos, le recibí juramento, que lo hizo *in verbo sacerdotis, facti pectore*, por el cual ofreció decir verdad; y siéndole preguntado si además de lo que consta en el inventario que me entregó y lo que despues se ha notado de diferencias al tiempo del cotejo, y de los papeles que se han agregado, halla algunos más bienes que declarar, deudas, acciones ó derechos en favor ó en contra de este pueblo, dijo que no hace memoria de otra cosa que de lo inventariado, notado despues y lo que comprenden los dos papeles agregados, que el uno lo tenía firmado, y ambos son de su letra, y por tales los reconoce; y que además de lo que ha manifestado, se acuerda de que hay tambien, pertenecientes al pueblo, veinte carretas que están empleadas en el transporte de la conducta que tras el Excmo. Sr. Gobernador y Capitan General, y nueve cañas, y responde.

Preguntado qué método tenían establecido para el reintegro ó pago de las deudas, dijo que era el de permutar los efectos y frutos, así recogidos y manufacturados en el pueblo, como de los que remitian de los oficios de Buenos Aires, Santa Fe y el Paraguay, con lo necesario para el pueblo y su iglesia; y otras veces dando por dinero las cosas del pueblo, y comprándole las que necesitaba con el mismo dinero, y en iguales términos se han cobrado y pagado las deudas, y responde.

Preguntado con qué sujetos de su religion ó fuera de ella llevaba correspondencia relativa á esta administración, dijo que principalmente la llevaba con los procuradores de misiones; aunque en el tiempo que ha estado de cura en este pueblo, lo más que ha tenido ha sido la compra de ganados mayores y menores y de carretas con seculares y eclesiásticos de Corrientes, para poblar las estancias y ocurrir á otras necesidades del pueblo, y responde.

Preguntado si llevaba cuenta y razon formal de todos los negocios y tratos, pagos y confianzas que se le han ofrecido con motivo de su encargo, si esta cuenta ó noticia está en uno ó más libros, y dónde existen éstos y los demas papeles respectivos, dijo que es cierto llevaba cuenta exacta de todo, pero que como concluyó aquellos negocios, quemó los papeles porque no sirven de confusion, y por juzgarlos inútiles, reduciéndose á lo pendiente que tiene expresado en los dos papeles reconocidos, sin que haya otros libros ni documentos que los que están inventariados y de que se ha tomado razon, y responde.

Preguntado si se quedaba con copia de la correspondencia que ha declarado llevaba, dónde existe, y las cartas originales que ha recibido, dijo que ya tiene satisfecho á esta pregunta en la anterior, y responde.

Preguntado si tiene algunos caudales en su poder ó en el de otra persona, dijo que no, y responde.

Preguntado si tenía ó ha tenido otro Padre coadjutor, lego ó extraño, que le ayudase á llevar la correspondencia y libros para el manejo de esta administración, dijo que no, y responde.

Preguntado si á más de los créditos y débitos de que está hecha mención en los autos, hay algunos otros pendientes con los dichos oficios ó distintos individuos, dijo que no, y responde.

Preguntado qué método tenían establecido de comerciar unos pueblos con otros, dijo que el conmutar unos géneros con otros, segun las necesidades recíprocas, y responde.

Preguntado dónde se halla el ganado que señala el inventario, en qué número de estancias está distribuido, qué otras cosas hay en ellas y cuánto es el todo del distrito que comprenden, dijo que se remite al inventario en cuanto al ganado, número de estancias y su distribución; y por lo respectivo al distrito de dichas estancias, se remite á los títulos y mapas que están en el archivo, y responde.

Preguntado de qué forma recibió ó tenía las planchas de plata que pone en el inventario, dijo que cuando entró á servir el curato de este pueblo, notó que las indias usaban de muchos zarcillos demasiado grandes, de plata, y las pudo reducir á que se los diesen para ayuda de hacer unos candeleros para la iglesia, dándoles otros zarcillos más semejantes á los que usan las españolas; añadiendo tambien de la hacienda comun del pueblo algunas chucherías para completar poco más ó ménos su valor; y que el haberlos reducido á planchas fué para ejecutar la obra, y responde.

Con lo cual, y reservando el tomarle las demas declaraciones que se conceptuasen necesarias, habiéndosele leído, se cerró ésta en que se afirmó y ratificó; dijo ser de sesenta y cinco años, y lo firmó con los testigos ante quienes se actuó á falta de escribano.—FRANCISCO PEREZ DE SARAVIA.—JOSÉ CARDIEL, de la Compañía de Jesus.—Testigo, ESTEBAN SANCHEZ.—Testigo, MARTIN JOSÉ DE ARCE.

En el pueblo de la Concepcion, á diez dias del mes de Agosto de este presente año, á las once de la mañana, le hice saber al Padre José Cardiel y al padre Miguel Marimon la real pragmática sancion, en presencia del corregidor, alférez real y secretario del cabildo de este pueblo, y afirmaron quedar entendidos en todo su contenido; é inmediatamente en dos carretas y una litera, que de antemano tuve prevenidas, por medio del corregidor y administrador del citado pueblo los hice poner y acomodar con sus equipajes y el viático necesario, entregándolos á una partida de tropa, al cargo del teniente D. Ignacio Gomez, para que, en conformidad de la órden del Excmo. Sr. Gobernador y Capitan General de estas provincias, los escolte y conduzca al pueblo de la Candelaria, llevándolos por fuera de los pueblos que hay en su tránsito, á fin de evitar inconvenientes. Y para que conste lo anoto.—FRANCISCO PEREZ DE SARAVIA.

En el expresado dia, mes y año, yo el comisionado hice entrega del archivo y papeles de este pueblo al corregidor y demas individuos de su cabildo,

en presencia del administrador, á quien en el mismo acto la ejecuté por lo tocante á las deudas en pró y en contra de este pueblo, encargándole su cobro y pago, y que en los tiempos oportunos cuente los ganados que en los inventarios se refieren, dándole los dos capítulos de la instruccion provisional que se ha de observar en punto á la cuenta y razon de lo entregado y al método distributivo de los trabajos y aplicacion con que á ello se han de dedicar; y para que conste lo anoto, firmando con el administrador y dos testigos que se hallaron presentes.—FRANCISCO PÉREZ DE SARAVIA.—ESTÉBAN SÁNCHEZ.—Testigo, MÁRCOS DE FUENTES.—Testigo, MARTÍN JOSÉ DE ARCE.

Inmediatamente saqué y entregué testimonio de estos autos, escrito en cuarenta y tres fojas, el que se puso en el archivo del cabildo; y para que conste lo anoto con los testigos.—FRANCISCO PÉREZ DE SARAVIA.—Testigo, MÁRCOS DE FUENTES.—Testigo, MARTÍN JOSÉ DE ARCE.

DECRETO.—Buenos-Aires, diez y ocho de Setiembre de mil setecientos sesenta y ocho.—Pasen estos autos al escribano de gobierno para que, sacando testimonio por duplicado, me los devuelva para dar cuenta á S. M.—BUCARELLI.

Concuerda con los originales de su contexto, á que me remito, y en virtud de lo mandado, y para pasar á manos del Excmo. Sr. Gobernador y Capitan General de esta provincia con dichos originales, signo y firmo la presente en Buenos-Aires á veintinueve de Octubre de mil setecientos sesenta y ocho.—JOSÉ ZENZANO, escribano real, público y de gobierno.



San Luis, a Missão

Um livro para esmiuçar o processo histórico da Missão de San Luis

Passados mais de 300 anos desde a fundação da Missão de San Luis, estamos diante de uma verdadeira riqueza cultural e histórica. Por isso, é preciso valorizar esta obra que acaba de sair dos escaninhos do IHGSLG sob a regência dos pesquisadores, professora Anna Olívia do Nascimento, Presidente, e professor Anderson Luiz Amaral Schmitz, coordenador do Centro de Documentação e Memória. Como não nos entusiasmar com tamanha dose informativa que nos chega às mãos?

O filósofo John Locke (1632-1704) afirma que "Ler fornece ao espírito materiais para o conhecimento, mas só o pensar faz nosso o que lemos". Com base nessa frase, penso muito sobre o que li neste livro editado agora. Produzido na Gráfica A Notícia sob a responsabilidade do técnico Luiz Homero Ávila, traz informações até então desconhecidas e, por essa razão, talvez seja a melhor reunião de subsídios sobre um povo específico do conjunto missioneiro.

Graças à pesquisa dos dois estudiosos desse tema, temos a chance de aprofundar o conhecimento sobre a notável experiência desta região. Não podemos esquecer o que as Missões representam para a cultura rio-grandense. E *San Luis, a Missão* é, ao mesmo tempo, científico, informativo e didático e capaz de estabelecer conexões profundas de espaço e tempo num viés temporal que vem desde o século XVII até hoje.

Ao lê-lo, temos a nítida sensação da importância da escrita pois, desde que as cidades surgiram no contexto social, as pessoas sentiram necessidade de se organizar e, nesse sentido, a prática de escrever surgiu como elemento decisivo. Ocorre, no entanto, que a maioria das pessoas continuava analfabeta e apenas um punhado de dirigentes era de letrados.

Fatos e depoimentos de jesuítas e de índios como Crisanto Neranda, chegam agora ao conhecimento dos leitores. Escritos como cartas, atas, relatórios e outros informes que abordam contatos com autoridades e populações nativas nos chegam por meio desta obra.

É a história do período missioneiro são-luizense evocada, finalmente, com toda sua carga emocional, concreta e verdadeira, sem enfeites ou distorções. Este livro que traz à luz tantas informações sobre a antiga Missão é imprescindível para os interessados em conhecer essa instigante obra.

Ivone Ávila

Sócia fundadora do IHGSLG

Amoroso este Sr. con todos de sus antiguas Costumbres. Acuden ya con
 mucha frecuencia à la Iglesia, no solo los de fiesta, sino tambien
 los de trabajo, así à la Misa, como al Ros. frequentan mucho los
 Sacram^{tos} de la Penit.^a, y Comunión: y se acuerda en ellas Compañias,
 de los, y exhorta de sus malas Costumbres. Cuidan mucho de sus hijos,
 de que vayan à la Doctrina Christiana, que acuden à ella un muchacho
 de quince, viniendo por las cañas, para allanar à tiempo, y está sea-
 reando de vigas algunas, quando son con ellos. No está el Sr. los Indios
 de suyo tan acorados, y el más ellos muchas veces bien comidos,
 cumplir con las ayunas d.^a y p.^a, más otros cojen un pedazo de car-
 ne, que por su pobreza solo de algunas veces, es para repartirlo à sus
 pequeños hijos, no más, que en algunas veces, se puede traer por los
 bovinos. Descienden con muchas, y repéndas más en alguna de
 las Congregaciones. y así por personas tales, que viven al p.^o de
 los pecados, que llegan à su noticia, para q.^e los venida fin.^a vivan ya
 de otra suerte, con muchas, y buenas costumbres de Christianidad, piedad, y
 servicio de Dios. y en II.^a m.^a tambien para las niñas ya con ojos
 de misericordia. mejorando de pueblo en lo temporal, dándoles buen tra-
 go de sus Sembrados, multiplicando sus Ganados, y librándolos de tanto
 de las pestes, como antes padecían, y particular^{mente} de tantos hijos, que in-
 ducen tanta vida en ellos.

Los hijos, que aquí están, así como ya los ejercicios espirituales.

El Sr. siempre